

conduzida. Do método dialético ao neo-institucionalismo, estas ferramentas permitiram o enriquecimento da obra apresentada na medida em que possibilitaram reunir um conjunto de preocupações analíticas, essencialmente plural.

A multiplicidade temática, longe de reduzir o significado de seus resultados, revela, a nosso ver, a compreensão da importância dessas reflexões evidenciadas nas conclusões obtidas. Esses resultados, se ao alcance dos *polycymakers*, permitirá aperfeiçoar a intervenção governamental na Amazônia mediante políticas públicas de defesa, especialmente na Faixa de Fronteira.

O Observatório de Estudo de Defesa da Amazônia (OBED), e o organizador, ao oferecer o acesso a essas pesquisas espera oportunizar o encontro do leitor com especialistas nos assuntos abordados e, ao mesmo tempo, incentivar jovens cientistas a integrar a rede de pesquisadores em Defesa e Segurança Internacional, especialmente nessa região.

Esta obra traz ao leitor uma contribuição da Universidade sobre a investigação das dinâmicas sociopolíticas e espaciais, e a natureza de seus processos internos interpretadas no âmbito dos Estudos de Defesa.



Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia



ISBN 978-85-7143-085-3



9 788571 430853

Amazônia e Defesa
DOS FORTES ÀS NOVAS CONFLITUALIDADES

DURBENS MARTINS NASCIMENTO
(Organizador)

Amazônia e Defesa

DOS FORTES ÀS NOVAS CONFLITUALIDADES

DURBENS MARTINS NASCIMENTO
(Organizador)

Os desafios institucionais para diminuir os riscos de crescimento dos conflitos na Pan-Amazônia, sejam eles quais forem, são apresentados neste livro no sentido de construir outra abordagem sobre a Amazônia para a agenda internacional (Defesa e Segurança Internacional), sem, contudo, alterar as escalas de mérito das diversas temáticas que ocupam a atenção de agências de fomento, ONGs, governos, organizações multilaterais, e outras.

Agrupando as diversas reflexões expressas nos trabalhos aqui organizados, seus autores ambicionam aproximar respostas para questões-problemas que afligem a curiosidade científica na área dos Estudos de Defesa. Com efeito, são oferecidas explicações em campos disciplinares diferentes, as quais têm, na Ciência Política, na Arquitetura e Urbanismo, na Engenharia, na Geografia e nas Ciências Sociais, áreas de filiação de seus autores, o lugar dos arranjos conceituais e metodológicos por meio dos quais a investigação foi

AMAZÔNIA E DEFESA

DOS FORTES ÀS NOVAS CONFLITUALIDADES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor

Carlos Edilson Almeida Maneschy

Vice-Reitor

Horácio Schneider

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA

Coordenador

Armin Mathis

Vice-Coordenador

Fábio Carlos da Silva

Coordenadora do PPGDSTU

Ana Paula Vidal Bastos

Coordenador do PLADES

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Conselho Editorial

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

AMAZÔNIA E DEFESA

DOS FORTES ÀS NOVAS CONFLITUALIDADES

Durbens Martins Nascimento
(Organizador)

NAEA/UFPA

2010

Capa/Editoração

Israel Gutemberg

Revisão

Albano Rita Gomes, funcionário do NAEA

Roseany do Socorro Santos Caxias, funcionária do NAEA

Bolsistas

Giselle Elaine da Silva Ferreira

Regiane Ribeiro

Catálogo

Bibliotecária / NAEA

Contatos com o organizador:

durbensn@gmail.com

NAEA/UFPA

Av. Augusto Corrêa, 1. Sala 217

Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto

Bairro do Guamá, CEP 66.075-900, Belém, PA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Amazônia e defesa: dos fortes às novas conflitualidades / Durbens
Martins Nascimento (organizador). – Belém: NAEA/UFPA, 2010.
267 p.: il.; 21 cm

Inclui bibliografias

Reúne artigos apresentados no III Seminário Nacional sobre
Fronteira e Defesa na Amazônia, realizado em Belém, 22 a 23 de
junho de 2009.

ISBN: 978-85-7143-085-3

1. Segurança nacional - Amazônia. 2. Geopolítica - Amazônia.
3. Projeto Calha Norte. 4. Amazônia - Relações internacionais.
5. Amazônia - Defesa. 6. Amazônia- fronteira. I. Nascimento, Durbens
Martins, organizador.

CDD 21. ed. 327.09811

Ł Gluhlwrw#gh#f%osld2firs|uljkw#5343
sru2e|#QDHD2X1SD

Para João Jorge Nascimento
(meu mano)
(1980-2009)

A guerra pode levar a uma redistribuição de recursos, mas é o trabalho, e não a guerra, que cria riquezas. Talvez não da perspectiva de uma nação ou de uma tribo, mas da perspectiva da humanidade, a guerra nunca “compensou”. Kenneth N. Waltz (2004 {1954}; p. 278)

Talvez seja verdade que a União Soviética represente no momento a maior ameaça de guerra. Não é verdade que o desaparecimento a União Soviética permitiria aos Estados remanescentes viverem facilmente em paz. As guerras existem há séculos; a União Soviética só existe há décadas. Idem, p. 285.

AGRADECIMENTOS

A organização de um livro como este, que resulta de comunicações apresentadas em evento acadêmico e científico, envolve sempre um número significativo de pessoas. A lista é extensa e não caberia neste espaço destinado aos agradecimentos. As pessoas e entidades que agradecemos são uma pequena parte desse conjunto que contribuiu para o êxito tanto do Seminário quanto deste livro.

Em primeiro lugar, nossa gratidão com as pessoas que compuseram a Comissão Organizadora. O talento do Wando Dias Miranda, a paciência e competência do Aldo Lisboa, a dedicação da Nazaré Lavareda, a graça das bolsistas do Projeto Consórcio Forças Armadas Século XXI, Regiane Ribeiro e Gisele Elaine da Silva e da pesquisadora Aurilene dos Santos Ferreira. E a todos os conferencistas e as pessoas, universitárias ou não, que acompanharam como ouvinte ou participante dos debates, os nossos agradecimentos.

Uma menção especial ao Albano Gomes e a Roseany do Socorro Santos Caxias, funcionários da UFPA/NAEA, que cuidadosamente e de forma competente trataram da revisão ortográfica e gramatical dos *papers* que compõem este livro. À Dona Graça, pela singela contribuição ao Seminário ao nos proporcionar o cafezinho. E o registro da prestimosa colaboração do Israel Gutemberg, responsável pela diagramação e edição dos manuscritos.

Em segundo lugar, este livro não teria sido produzido sem os recursos da CAPES, através dos projetos *Consórcio Forças Armadas Século XXI* (UFPA/FGV/UFSCAR) e sem o apoio do Programa de Apoio ao Ensino e a Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa) para o ensino, a pesquisa e extensão na área da Defesa Nacional.

Nossos agradecimentos pela parceria ao professor Jadson Luís Rebelo Porto, coordenador do Projeto *Ajustes Espaciais em Faixa de Fronteira da Amazônia Setentrional Brasileira: dos dilemas espaciais à defesa nacional*.

Finalmente, nosso reconhecimento à instituição Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) pela oportunidade em oferecer aos pesquisadores um espaço acadêmico-institucional importante para o desenvolvimento dos estudos no âmbito das Relações Internacionais, Defesa e Segurança na Amazônia; e a Editora NAEA, por possibilitar esta publicação.

SOBRE OS AUTORES

Aiala Colares de Oliveira Couto - Geógrafo. Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas, pelo FIPAM/NAEA/UFPA. Mestrando do Programa de Planejamento do Desenvolvimento (PLADES/NAEA/UFPA). Pesquisador do Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia (OBED). Recebeu em 2008 o *Prêmio NAEA de Monografias* com o trabalho intitulado *A Geografia do Crime na Metrópole: da economia do narcotráfico à territorialização perversa em uma área de baixada de Belém*. E-mail: aialacolares@hotmail.com.

Alexandre Martins de Lima - Arquiteto e Urbanista. Mestre em Engenharia Civil (PPGEC-UFPA). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/UFPA). Professor da Universidade da Amazônia (UNAMA), da Faculdade de Estudos Aplicados do Pará (FEAPA) e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (DUMA-FAU/UFPA). E-mail: alexandre_lima@unama.br.

Aurilene dos Santos Ferreira - Bacharel e Licenciada Plena em Ciências Sociais. Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas, pelo FIPAM XX - NAEA/UFPA. Mestre pelo Programa de Planejamento do Desenvolvimento (PLADES/NAEA/UFPA). Pesquisadora do Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia (OBED). Recebeu em 2007 o *Prêmio NAEA de Monografias* com o trabalho *Instituições Políticas Locais e Desenvolvimento Urbano: uma Análise do PDDI de Itaituba*. E-mail: aurileneferreira@gmail.com.

Durbens Martins Nascimento - Cientista Político. Doutor em Desenvolvimento Socioambiental, pelo NAEA/UFPA. Pesquisador/professor do NAEA/UFPA. Professor Colaborador do Programa de Mestrado em Ciência Política (UFPA). Diretor de Programas e Projetos da Pró-Reitoria de Extensão da UFPA. Fundador e Coordenador do Observatório de Estudo de Defesa da Amazônia (OBED). Livros publicados (org.): *Relações Internacionais e Defesa da Amazônia*. Belém: Editora NAEA, 2008. 244 p. e *Governança, Integração e Meio Ambiente*. Belém: Edufpa, 2007. 128 p. E-mail: durbensn@gmail.com. Site: <http://www.obed.ufpa.br>.

Jadson Luís Rebelo Porto – Geógrafo. Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas. Professor titular da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP. Livro publicado: *Amapá: Principais Transformações econômicas e Institucionais (1943-2000)*. Macapá: SETEC/GEA, 2003.198 p. – E-mail: jadsonporto@yahoo.com.br. Home Page: www.unifap.br/professor/jadsonporto.

José Cauby Soares Monteiro – Cientista Político. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, pelo NAEA/UFPA. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFPA). Coordenador do Curso de Ciências Sociais/UFPA (1989-1992). Professor e orientador de pós-graduação em segurança pública. E-mail: caubymonteiro@uol.com.br.

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior – Geógrafo e Bacharel em Direito (UFPA). Doutor em Geografia Humana (USP). Realizou Pós-doutorado com ênfase em Políticas Urbanas no Institute des Hautes Études de l'Amérique Latine (Université Paris III/ Sorbonne Nouvelle – CNRS), França. É professor do NAEA/UFPA. Livros publicados: *Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém* (NAEA/UFPA, 1997) e *O espaço amazônico: sociedade e meio ambiente* (NPI/UFPA, 1997), em co-autoria. Livros organizados: *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local* (Editora Paka-Tatu, 2002), *Belém: a cidade e o rio na Amazônia* (UDUFPA, 2005), *Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências* (EDUFPA, 2008). E-mail: stclair@ufpa.br.

Sildo Pedro Sousa Cordovil – Bacharel em Ciências Sociais. Especialista em Políticas Públicas na Amazônia, pela UFPA. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA. É sociólogo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER – PA e tutor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. E-mail: sp-cordovil@hotmail.com.

Wando Dias Miranda – Bacharel e Licenciado Pleno em Ciências Sociais, pela UFPA. Mestrando do Programa de Ciência Política da UFPA. Pesquisador do Observatório de Estudo de Defesa da Amazônia (OBED). Professor colaborador do Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP). E-mail: wdmiranda23@hotmail.com.

SUMÁRIO

Agradecimentos	
Sobre os autores	
Prefácio	15
Capítulo 1	
Amazônia, intermestics e as Teorias de Relações Internacionais	
<i>José Cauby Soares Monteiro</i>	25
Capítulo 2	
Huntington e Waltz: reflexões para análise dos “novos” conflitos internacionais	
<i>Sildo Pedro Sousa Cordovil, Durbens Martins Nascimento</i>	57
Capítulo 3	
A evolução dos sistemas de informação/inteligência: um breve estudo histórico de suas origens	
<i>Wando Dias Miranda</i>	79
Capítulo 4	
Pensando a noção de fronteira: um olhar a partir da ciência geográfica	
<i>Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior</i>	101
Capítulo 5	
Santo Antônio de Gurupá: a base lusitana no setentrão amazônida	
<i>Alexandre Martins de Lima</i>	125
Capítulo 6	
Fatos e contradições na gênese da Engenharia Militar do Grão-Pará	
<i>Alexandre Martins de Lima</i>	141
Capítulo 7	
A Defesa da Amazônia nos tempos da ocupação	
<i>Durbens Martins Nascimento</i>	159

Capítulo 8 Geopolítica e Forças Armadas na Amazônia: desafios políticos e institucionais para a defesa no século XXI <i>Durbens Martins Nascimento</i>	177
Capítulo 9 Programa Calha Norte (PCN): política pública de segurança, defesa e de desenvolvimento regional no norte do Brasil <i>Aurilene dos Santos Ferreira</i>	201
Capítulo 10 Condição fronteira amapaense: da defesa nacional à integração (inter)nacional <i>Jadson Luís Rebelo Porto</i>	225
Capítulo 11 Tráfico de narcóticos na metrópole de Belém: das redes ilegais à territorialização perversa <i>Aiala Colares de Oliveira Couto</i>	249

PREFÁCIO

Sob o título de *Amazônia e Defesa: dos fortes às novas conflitualidades*, o livro traz ao leitor uma contribuição da academia sobre a investigação das dinâmicas sociopolíticas e espaciais na Pan-Amazônia e a natureza de seus processos circunscritos aos Estudos de Defesa, cujos temas são analisados, também, pelo ângulo das Relações Internacionais. Faz um recorte temporal desde o século XVII aos nossos dias (2010).

Busca suprir uma lacuna existente na literatura acadêmica reservada aos estudos de Defesa, singularmente sobre o papel da Pan-Amazônia nas estratégias de proteção e defesa de suas fronteiras, especialmente, da Amazônia brasileira.

Os estudos estão direta ou indiretamente ligados ao *Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa)*, lançado no final de 2005, cujo objetivo principal é estimular a formação de redes de pesquisadores entre instituições de ensino superior com o objetivo de produzir estudos, cujos resultados pretendidos visem ao fortalecimento do pensamento nacional nesta área de Defesa Nacional.

A rede multidisciplinar pertencentes à UFPA, à FGV e à UFSCar, desde 2006 vem organizando eventos com vistas a disseminar o debate em torno das questões relativas à inserção da Amazônia nas políticas de defesa implementadas pelo Governo Federal e os efeitos dessas políticas na definição e organização de uma rede institucional de proteção em torno das fronteiras do país ao Norte. Com esse espírito organizou

nos dias 10 e 11 de agosto de 2006, em Belém, o *Seminário Nacional em Defesa da Amazônia*, onde algumas das comunicações foram posteriormente publicadas no livro de mesmo nome, editado pelo professor Celso Castro e publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

Do sucesso desse evento decidiu criar no mesmo ano, como um dos objetivos do projeto *Consórcio Forças Armadas Século XXI*, o projeto de extensão universitária *Observatório de Estudos de Defesa Amazônia* (OBED), que organizou em dezembro de 2007, o *I Seminário de Relações Internacionais e Defesa na Amazônia*, também na capital do estado do Pará. Os trabalhos apresentados neste Seminário foram publicados no livro *Relações Internacionais e Defesa na Amazônia* (2008), organizado pelo professor Durbens M. Nascimento, lançado pela editora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Na verdade este evento foi considerado o II Seminário dessa natureza pelos organizadores.

Para este *III Seminário Nacional sobre Fronteira e Defesa na Amazônia* os (as) autores/ (as) do livro se fixam na área da Defesa a exemplo dos Encontros anteriores. Uma área de estudos e pesquisa essencialmente inter/multidisciplinar e de multiplicidade temática, que reúne uma diversidade de reflexões.

No Brasil, a Defesa como área de estudos tem apresentado um conjunto de reflexões especialmente sobre a inserção das Forças Armadas brasileiras no contexto da consolidação democrática; relação Estado e Forças Armadas; política e estratégia de guerra; as estratégias de defesa no mundo contemporâneo; questões de fronteira; segurança internacional; sobretudo tem apresentado reflexões sobre a análise do pensamento estratégico-militar de defesa, e outros temas.

Nos dias 22 e 23 de junho de 2009, o OBED, juntamente com o *Projeto Consórcio forças Armadas Século XXI* e o projeto *Ajustes Espaciais na Faixa de Fronteira Setentrional Brasileira: dos dilemas espaciais à defesa do território*, coordenado pelo professor Jadson Porto (UNIFAP), ambos financiados pelo Pró-Defesa, organizou o *III Seminário Nacional sobre Fronteira e Defesa na Amazônia*.

Este livro reúne os *papers* apresentados e debatidos neste seminário que reuniu estudantes, pesquisadores, autoridades militares e teve o objetivo de *apresentar e debater resultados de pesquisas concluídas e/ou em andamento* conduzidas por estudantes de pós-graduação e experientes pesquisadores da UFPA e da UNIFAP, no âmbito do *Pró-Defesa*.

O leitor terá a oportunidade de conhecer a aproximação explicativa para problemas atinentes à outra Amazônia: a Amazônia das instituições, dos projetos e do controle estratégico dos conflitos e da cooperação no âmbito da Segurança Regional.

Com efeito, os autores formulam questões que intrigam a ciência na compreensão dos eventos que marcaram o horizonte da conquista histórica por potências estrangeiras e na percepção do significado da presença da Amazônia na agenda internacional na contemporaneidade, protagonizada por agentes políticos e sociais que intencionaram e intencionam partilhar o processo decisional sobre o destino desta região, mais amplamente na sua dimensão Pan. Qual melhor teoria permite um entendimento mais eficiente do lugar da Amazônia brasileira nas estratégias de segurança subjacente à política de defesa e externa do Brasil e dos países fronteiriços? Em que medida as referências teóricas de Huntington e Kenneth Waltz nos ajuda entender as novas conflitualidades? Qual o trajeto

histórico-institucional dos sistemas de informação e inteligência do Brasil? O conceito de fronteira e de condição fronteiriça pode ser pensado isentando-se das dinâmicas na perspectiva socioespacial? Quais são as controvérsias acerca da produção da Engenharia Militar em Belém do Grão-Pará no século XVII? Que concepção arquitetônica impulsionou a construção de Fortes nos tempos da ocupação colonial e qual formato adquiriu a Defesa contra holandeses, ingleses e franceses? Existe um padrão geopolítico que permanece para além dos projetos de natureza militar, no contexto da democracia brasileira para a Amazônia? Como atua o Programa Calha Norte no estado do Pará (município de Monte Alegre) na definição de suas ações institucionais? E, finalmente, qual a posição escalar da cidade de Belém na rede do narcotráfico na Pan-Amazônia?

A obra está organizada em capítulos. O primeiro é o artigo de José Cauby Soares Monteiro. Em *Amazônia, intermestics e as Teorias de Relações Internacionais*, ele insere na agenda de pesquisa sobre a Amazônia a questão das relações entre processos de cooperação regional e as políticas externas dos países amazônicos em relação à Amazônia. Com o conceito de *intermestics* realiza uma discussão extremamente atual ressaltando o diálogo entre os principais paradigmas de análise e seus mais importantes representantes na Teoria de Relações Internacionais e identifica um padrão de relações bilaterais em detrimento do multiculturalismo levado a efeito na política externa brasileira.

Na sequência, Sildo Pedro S. Cordovil e Durbens M. Nascimento, analisam em *Huntington e Waltz: reflexões para análise dos “novos” conflitos internacionais*, o tema instigante das novas conflitualidades, abordando-o a partir das possibilidades teóricas deixadas por Huntington e Kenneth Waltz nas obras

O Choque de Civilizações e O Estado, o Homem e a Guerra, respectivamente. Eles observam à luz dos conflitos irregulares que marcam a época atual, as “guerras-fluxo”, a persistência da guerra na nova ordem mundial, suscitando seu entendimento pela diversidade cultural dos conflitos e pela forma como os grupos de poder se inserem na estrutura política internacional. O terrorismo e o narcotráfico têm se caracterizado como desafios inovadores à análise política internacional ainda pautada na relevância dos Estados nacionais.

Wando Dias Miranda, no capítulo subsequente, elenca os fatos mais significativos que motivaram o aprimoramento dos sistemas de informação e inteligência ao longo da história. Localiza um padrão de comportamento dos Estados, em perspectiva histórica, na tentativa de compor um quadro institucional e informacional de inteligência e contra-inteligência para subsidiar as autoridades estatais situadas em posição de comando na área da segurança e defesa a monitorar os adversários do Estado.

O quarto capítulo traz o artigo de Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior. Em *Pensando a Noção de Fronteira: um olhar a partir da ciência geográfica*, Saint-Clair analisa a problemática das fronteiras políticas como campo multidisciplinar, introduzindo a perspectiva socioespacial de análise com o objetivo de contribuir com o debate sobre o conceito pautado nas dinâmicas espaciais da fronteira ao Norte do Brasil. Apresenta um quadro interessante das discussões sobre as categorias espaço, região, território, lugar e fronteira, identificando as principais filiações teóricas e ressaltando os avanços recentes na área. O pesquisador defende a *pertinência de categorias trabalhadas pela ciência geográfica para a discussão da noção de fronteira*.

Em seguida, em *Santo Antônio de Gurupá: a base lusitana no setentrião amazônida*, Alexandre M. de Lima, resgata a relevância histórica da ocupação das terras ao extremo norte do Brasil no século XVII em direção a Belém do Grão-Pará. O autor sustenta que as bases lusitanas na Amazônia como o Forte de Santo Antônio de Gurupá, serviram como o braço português posicionado estrategicamente para a defesa do território e como conseqüência, acabou motivando a expansão rumo ao interior do Grão-Pará, dando origem a vila de Gurupá. No capítulo seguinte, ainda com Alexandre M. de Lima, em *Fatos e Contradições na Gênese da Engenharia Militar do Grão-Pará*, o autor analisa a produção da Engenharia Militar nos momentos seminais da colonização lusa nas terras de Belém. Ressalta que a construção e a expansão da Engenharia Militar na Amazônia surgiram da “necessidade de expulsão de invasores flamengos e bretões da região”. Arremata que a experiência construtiva a adaptar os preceitos de a consagrada engenharia militar lusitana foi o Forte do Presépio, mas esse fato é fonte de controvérsias quanto à relação entre a primitiva edificação militar e o Engenheiro do Estado do Brasil, Francisco Frias de Mesquita.

No sétimo capítulo, Durbens Martins Nascimento, na sequência histórica, em *A Defesa da Amazônia nos tempos da ocupação*, elabora uma interpretação das principais medidas políticas tomadas por Portugal nos séculos XVII e XVIII e no limiar do século XX para manter ingleses, espanhóis, holandeses e franceses para além dos limites demarcatórios definidos no Tratado de Madrid e no Tratado Provisional. Esses Tratados e a força das armas simbolizada na Expedição de Pedro Teixeira e no conflito do Contestado, deu a Portugal e Brasil o domínio supremo de parte do território amazônico.

Durbens Martins Nascimento no capítulo subsequente, *Geopolítica e Forças Armadas na Amazônia: desafios políticos e institucionais para a defesa no século XXI*, consubstanciado em suas pesquisas sobre as “questões de defesa na fronteira Norte”, identifica e caracteriza um padrão geopolítico expresso na categoria de população, de recurso natural e de dimensão territorial, contida na Política de Defesa Nacional (PDN), no Programa Calha Norte (PCN) e na Estratégia Militar de Defesa (EMD).

O nono capítulo intitula-se *Programa Calha Norte (PCN): política pública de segurança, defesa e de desenvolvimento regional no norte do Brasil*, no qual Aurilene dos Santos Ferreira destaca o enquanto ação do Estado brasileiro na área de defesa nacional, constituída não apenas pela atuação armada dos pelotões de fronteira em operações isoladas e/ou conjuntas com a Polícia Federal (PF) e com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), mas também das chamadas *Ações Subsidiárias* das Forças Armadas (obras voltadas para saneamento básico, construção de escolas, construção de postos de saúde, construção de terminais hidroviários, drenagem de águas, asfaltamento de ruas), dando destaque àquelas realizadas no município de Monte Alegre, no Pará.

No décimo capítulo do livro, o *paper* *Condição Fronteiriça Amapaense: da defesa nacional à integração (inter)nacional*, de Jadson Luís Rebelo Porto, insere a questão da construção da condição fronteiriça amapaense após a inserção no cenário internacional. Jadson lembra que a foz do rio Amazonas do ponto de vista histórico tem representado a entrada de interesses externos, tanto no que tange ao domínio territorial quanto pelo uso de seus produtos. A condição fronteiriça amapaense é

engendrada pela magnitude do Estado sob a justificativa da Defesa Nacional e da integração ao mundo globalizado.

O décimo primeiro e último capítulo, *Tráfico de narcóticos na metrópole de Belém: das redes ilegais à territorialização perversa*, trabalho resultante da monografia de especialização de Aiala Colares de Oliveira Couto, onde assegura que o crescimento indiscriminado do tráfico internacional de drogas vem despertando a atenção dos Estados-Nação. Desperta a atenção de Aiala Colares a Amazônia que tem um papel importante para as redes ilegais no narcotráfico, como porta de entrada e saída da droga para os principais mercados consumidores, devido a sua localização junto aos principais produtores de coca (Bolívia Colômbia e Peru).

As idéias expostas neste livro resultantes de pesquisas desenvolvidas por seus autores em diversos programas e pós-graduação localizados na região Norte, demonstra que está em andamento a consolidação de uma rede de pesquisadores atuando na área da Segurança Internacional e Defesa que anseiam por explicar as dinâmicas socioambientais e político-espaciais e estratégicas, sobretudo os mecanismos decisórios por meio dos quais agentes públicos fazem escolhas sobre o formato e as consequências desejadas do comportamento do que deve produzir as instituições estatais na Amazônia, com vistas a minimizar a vulnerabilidade das fronteiras, bem como contribuir com a ampliação e fortalecimento da integração/cooperação com os países vizinhos, especialmente ao Norte.

Estudantes pós-graduação, docentes de ensino médio e superior, profissionais que atuam na área da Defesa, autoridades públicas, enfim, todos aqueles que se interessam pelas temáticas aqui estudadas, acadêmicos ou não, têm, com esta publicação,

um importante instrumento para pesquisas, consultas, em suma, referências teóricas e metodológicas com vistas à investigação de questões estratégicas, políticas, ambientais e sociais que estão no rol das questões de agenda sobre a Pan-Amazônia.

Durbens Martins Nascimento

Belém-PA, maio de 2010

Capítulo 1

AMAZÔNIA, INTERMESTICS E AS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

José Cauby Soares Monteiro

1 INTRODUÇÃO

Ao se pretender esboçar as relações entre processos de cooperação regional (CHOI; CAPORASO, 2002; MÜLLER, 2002) e políticas externas (STUART, 2008) dos países amazônicos, esbarra-se numa tradição de relações bilaterais em detrimento do multilateralismo diplomático (SILVA; GONÇALVES, 2005, p. 139-141), além da permanente desconfiança destes países entre si mesmos concomitante ao aparente temor do fictício “subimperialismo brasileiro”¹, suspeição que pode ser facilmente compreendida quando se considera, por um lado, o alto grau de assimetria do Brasil com os demais países amazônicos em que ele se destaca tanto em termos territoriais (em torno de 70% da Amazônia sul-americana) quanto de iniciativas e capacidades (*capabilities*) e, por outro lado, o efeito causado pelo círculo vicioso que o baixo nível de cooperação e o bilateralismo diplomático forçosamente engendram.

¹ Para uma avaliação desta noção, ver a dissertação de Luce (2007) que atualiza a tese de Ruy Mauro Marini. Minha concepção, entretanto, é de que o subimperialismo é uma construção social, no sentido limitado de uma “ficção”, mas com razoável grau de verossimilhança.

Deixarei, propositadamente, de lado, neste ensaio, considerações teóricas e interpretativas acerca dos temas mais específicos da cooperação e da política externa brasileira (PEB) (CERVO; BUENO, 2002; PINHEIRO, 2004; OLIVEIRA, 2005) para me voltar à busca de teorias das relações entre políticas domésticas (MILNER, 1997; KEOHANE; MILNER, 1996) e sistema e segurança internacionais adequadas ao caso amazônico. Desde agora, e ao longo deste trabalho, assumirei como pressuposto, que política doméstica e segurança (securitização) se sobrepõem à questão da cooperação (MÜLLER, 2002) num contexto singular de conexão *intermestics* (KORANY, 2009, p. 61).

Estou convencido, portanto, de que, ainda hoje, a história da Amazônia brasileira, mais do (ou tanto) que suas congêneres sul-americanas (PARODI, 2002), tem sido a história de sua inserção internacional por meio de um forte controle e mediação, primeiro do Estado português e depois do Estado nacional brasileiro. Política doméstica e sistema internacional (MILNER, 1997; KEOHANE; MILNER, 1996), destarte, têm-se apresentado imbricados neste processo. Uma situação assemelhada, como registrei acima, ao que Bahgat Korany chama de *intermestics* (“conexão orgânica entre política internacional e política doméstica”) (KORANY, 2009, p. 61). Mais contemporaneamente, por exemplo, poder-se-ia registrar o mesmo considerável grau de internacionalização para um assunto considerado “doméstico” (“segurança nacional” (ROBINSON, 2008, p. 131-133), mas exclusivamente de “ordem interna”) como a história soterrada pelo segredo da *raison d'état* do terror estatal, como é o caso da Guerrilha do Araguaia (NASCIMENTO, 2000).

Tudo isto me levou a enfrentar a interpretação de três construções ou “invenções”, não no sentido de serem únicas e excludentemente produtos da imaginação dos atores, mas parte da realidade destes agentes por eles (re) construída ou (re) constituída. Na ordem inversa em que estas construções se hierarquizam, pode-se afirmar que a terceira delas diz respeito ao desenvolvimento (MARCOVITCH, 2005) não apenas estritamente econômico (GOMES; VERGOLINO, 1997), mas também como bem-estar social para a maioria da população, e a segunda se refere à segurança regional (tanto no âmbito nacional ou internacional), ou seja, à criação ou à existência de ameaças internas e externas, isto é, defesa nacional (CASTRO, 2006A; CASTRO, 2006b) e securitização variegada, e, finalmente, a primeira construção, a mais popularizada pela mídia, que se refere à questão ambiental (O’NEILL, 2009; SILVA, 2008; TULCHIN; GOLDING, 2006, MITCHELL, 2002; KOLK, 1996).

Colocadas propositadamente nesta ordem inversa e separadas umas das outras, verifica-se que se trata de uma evidente inversão de prioridades em que mulheres e homens estão em último lugar; soberania e território (BIERSTEKER, 2002) em segundo; e a “natureza” (ecologia ou ambientalismo) em primeiro. Na verdade, como num passe de mágica, o segundo lugar (segurança) acaba se impondo sobre os outros dois!

Se, por um lado, o peso da política doméstica na questão amazônica levou-me, num plano abstrato, às sugestões teóricas de Putnam (1992), Milner (1997) e Gourevitch (2002), por outro lado, o processo de securitização das questões amazônicas, por ser central tanto no discurso como nas ações dos atores, e, pelo fato da desarticulação temática também se expressar na análise teórica, conduziu-me, com a preocupação e a cautela

necessárias, a uma metodologia de pesquisa da problemática da securitização para superar a desconexão analítica destas questões. Essa busca foi ao encontro de autores como Buzan e Wæver, que elaboraram uma “estrutura da segurança internacional” por meio de tipos ou modelos nos quais a dinâmica da regionalização² da securitização constitui uma “teoria de segurança regional” centrada em “complexos de segurança”; e, também, em Kolodziej, que identifica quatro níveis de análise (interestatal, sistêmico, de atores transnacionais e domésticos).

A proposta de uma “estrutura da segurança internacional” por meio de tipos ou modelos tais como: padrão, centrado (superpotência, grande potência, potência regional e institucional), grande potência, e supercomplexos, nos quais a dinâmica da regionalização da securitização exerce uma influência ponderável, constituiria uma “teoria de segurança regional” centrada em “complexos de segurança”.

Kolodziej reconhece quatro níveis de análise: interestatal, sistêmico, de atores transnacionais e doméstico. As teorias substantivas (realismo, neorealismo, institucionalismo liberal, liberalismo clássico e neomarxismo) são testadas nos quatro níveis precedentes de análise pelas teorias de segurança de críticas metodológica e social (comportamentalismo e construtivismo (ADLER, 2002; FEARON; WENDT, 2002). Anteriormente, Kolodziej já destacara os efeitos regionalizadores da globalização no campo da segurança internacional (KOLODZIEJ, 1995). Tanto em Buzan e Waever

² Ressalta-se que neste trabalho foi adotada a concepção de Katzenstein (2005, p. 6-13) de região que é muito mais abrangente e elaborada do que a de Buzan, Weaver e Wilde (1998).

(2003), quanto em Kolodziej (2005), os paradigmas apresentados ainda deixam em aberto a questão crucial de qual teoria é a mais adequada para cada pesquisa (KEOHANE, 2008) ou até que ponto teorias limitam o escopo da investigação. Porém, os resultados alcançados testam e/ou recriam novas abordagens e todas elas (re) constroem as intersubjetividades sociais dos atores (KRATOCHWIL, 2008). Com o exercício metodológico desta tentativa construtivista eclética (WENDT, 2005; ADLER, 2002; FEARON; WENDT, 2002), é possível analisar o lugar que a Amazônia ocupa na formulação da PEB de cooperação vis-à-vis ao processo de securitização das questões amazônicas à política doméstica e aos demais países da região.

Para tanto, (re) elaboramos a conhecida narrativa de que o Grão Pará fora para Portugal, guardadas as devidas proporções territoriais e geopolíticas (RIBEIRO, 2005), o mesmo que a Guiana para França: uma área colonial periférica (CARDOSO, 1984). O Estado brasileiro herdou, em 1822/1823, de seu passado colonial, uma área geográfica escassamente povoada, com fronteiras mal-definidas e o fantasma de uma “cobiça internacional” (REIS, 1982), que não fora propriamente uma real preocupação dos atores e gestores da monarquia brasileira. Mesmo assim, criara desde o século XIX uma *path dependence* cultural na visão dos atores nacionais que dificilmente será removida ou substituída por uma cultura de defesa mais arejada (MIYAMOTO, 2008; MARQUES, 2007). A metrópole, face aos conflitos entre colonos e jesuítas na disputa pela mão-de-obra indígena, expulsou os missionários e consolidou seu poder estatal por meio dos diretórios (FARAGE, 1991). Em 1823, ocorreu a “adesão” à Independência, depois de ameaças e negociação dos mercenários ingleses com os comerciantes portugueses de Belém.

Nem a Cabanagem, em 1835/40 (MONTEIRO, 1994), ou a determinação americana em reivindicar a abertura do Rio Amazonas à navegação internacional (adiada até 1866), ou o *boom* da borracha (1850), ou o sucesso diplomático na questão do Acre e na demarcação das fronteiras com as Guianas, Colômbia e Peru não foram tão marcantes quanto a *débâcle* da economia gomífera³. A Região atravessou, desde então, uma era de decadência (1920-1950) que só se alteraria com a estrada Belém-Brasília e o desenvolvimentismo de JK aos militares. A Guerrilha do Araguaia (NASCIMENTO, 2000), a colonização, os conflitos de terra (LITTLE, 2001) e a magnitude das ações infraestruturais que surgiram na Região, e, concomitantemente, a divulgação dos impactos de tais ações no ecossistema e a pressão dos movimentos ambientalistas nacionais e internacionais (KOLK, 1996; DOMASK, 1998; SEDREZ, 1998, MITCHELL, 2002) impeliram os operadores de políticas na Região a considerarem os impactos ambientais (Silva, 2008; Barros-Plataiu, 2006; Duarte, 2003) do desenvolvimento econômico na Amazônia sem abandonar, todavia, suas preocupações tradicionais com defesa, segurança e território.

Com pouco sucesso, a iniciativa brasileira de um Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) (ANTIQUERA, 2006; KILKA, 2006; ROMÁN, 1998), firmado em 1978, tentou constituir-se num marco institucional de governança (ROSENAU; CZEMPIEL, 2000) dos países amazônicos. Retomado em 1995, o TCA passou a denominar-se de Organização (OTCA), e, a partir de 2002, estruturou-se como uma secretaria geral

³ Santos (1980), uma narrativa concorrente às interpretações usuais e que apreende a complexidade, inclusive internacional, desse processo encontra-se em Bentes (2005), à qual o autor agradece a gentileza da indicação bibliográfica.

(ANTIQUERA, 2006). Trinta anos depois, os resultados do Tratado são escassos. Atualmente, o novo papel internacional desempenhado pela Venezuela (FRANKLIN, 2008; MANDUCA, 2006; GUIMARÃES, 1995) na América do Sul (PARODI, 2002) e seu ingresso provável no MERCOSUL, a permanência da questão colombiana (Martins Filho (2006) e Villa (2009)⁴ e a retomada das preocupações ambientalistas (O'Neill, 2009; Silva, 2008; Mitchell, 2002) nas RI⁵ configuram um cenário mais complexo de cooperação na Região em que a questão ambiental, segurança e desenvolvimento ainda são temas desconexos.

2 SECURITIZAÇÃO E O *INTERPLAY* ENTRE OS NÍVEIS DOMÉSTICO/INTERNACIONAL

Para iniciar esta discussão, adotarei como ponto de partida o conceito de segurança elaborado por Robinson (2008, p. 01):

Segurança implica em ausência de ameaça. Tal afirmação tanto pode ser vista como uma noção absoluta – ou se está seguro ou não se está, ameaças existem ou não existem – ou como uma

⁴ No momento em que faço a revisão final deste texto (agosto/setembro/2009), desenrola-se um *affaire* internacional envolvendo os países da América do Sul e a instalação de bases militares norte-americanas na Colômbia, ao qual se acrescenta o envolvimento da embaixada brasileira na crise hondurenha.

⁵ Aliás é de O'Neill (2009) uma importante informação que ajuda a desvendar o porquê da internacionalização da Amazônia se prestar muito mais à paranóia nacionalista e militarista que a uma sadia construção social quando a autora enfatiza um dado geralmente omitido na análise internacional da região: a inexistência de um regime florestal internacional que administrasse a exploração e controlasse a destruição da floresta amazônica ou de qualquer outra floresta do planeta: “*A prominent exception is the forest regime: there is no global treaty governing the use of the world’s forests, despite efforts to create one*” (O'Neill, 2009: 72); ver também para o problema florestal amazônico Brondízio, 2005; Lu, Moran, Mausel & Brondízio, 2005; para um estudo comparativo da problemática internacional florestal ver toda a coletânea organizada por Moran & Ostrom, 2005.

condição relativa - variando-se os graus de segurança, maior ou menor proteção das ameaças. Pode-se também ver a segurança em termos objetivos e subjetivos, isto é, como uma avaliação de quantas ameaças, pessoas e instituições efetivamente se deparam e qual grau de proteção elas realmente possuem contra estas ameaças em contraposição ao quanto elas se sentem seguras.

Para entender como foi possível um autor comedido e simpático às abordagens tradicionais de segurança chegar a um conceito tão amplo, vou me remeter a Steve Smith que, inspirado na noção de Gallie, enfatiza que segurança é inerentemente um conceito contestado (e contestável) em que “nenhuma definição neutra é possível”. Smith, destarte, não vislumbra também “nenhum significado neutro do conceito” (2005, p. 27). Mas a partir daí, ter-se-ia que discutir os dois passos de Ken Booth (o segundo é corolário do primeiro): o aprofundamento e a ampliação do conceito de segurança, assim como a “politização da segurança” e a “securitização da política” (SMITH, 2005, p. 14), o que não é meu objetivo.

Securitização, por sua vez, é o movimento que direciona a política para além das regras do jogo estabelecidas e constitui os temas num tipo especial de política, ou acima da política, e “é um ato de discurso [*speech act*]”, isto é, “o processo de securitização é o que em teoria da linguagem chama-se de *ato de discurso*” (BUZAN, WÆVER; WILDE, 1998, p. 23- 26; ROBINSON, 2008, p. 187). Para ser bem sucedida, a securitização exige três componentes (ou passos): 1) ameaças existentes; 2) ação emergente; e 3) efeitos sobre as relações interunitárias da quebra voluntária de regras (BUZAN, WÆVER; WILDE, 1998, p. 26).

Tabela 1 - Securitização em Diferentes Níveis de Análise

Dinâmicas/ Setores	Militar	Ambiental	Econômico	Societal	Político
Global	**	****	****	**	***
Não-regional subsistêmica	**	**	**	**	*
Regional	****	***	***	****	****
Local	***	****	**	***	**

**** - securitização dominante; *** - securitização subdominante; ** - securitização insignificante; * - não-securitização

Fonte: Tradução da Figura 8.1 de Buzan, Wæver e Wilde (1989, p. 165).

Após quase três décadas da publicação de seu próprio artigo (1978), e quase duas do artigo de Putnam (1988)⁶, Gourevitch (em 2002) fez um balanço dos nexos analíticos entre política doméstica e RI, em que ressalta a “segunda imagem reversa” de inspiração waltziana ([1954] 2001). De acordo com Gourevitch, a primeira imagem (indivíduo) se caracteriza pela psicologia individual; a segunda imagem (o Estado) pelas instituições e estruturas socioeconômicas; e a terceira imagem pela anarquia. Waltz, entretanto, reafirma depois enfática e metodologicamente, mais refinadamente, na clássica obra de 1979 (2002), que o estudo das RI enquanto tal, infenso de uma análise reducionista, só é possível no nível sistêmico (WALTZ, 2002). Para Gourevitch, não obstante, há três maneiras de enfrentar o que ele chama de “endogenia” das dimensões doméstica e internacional da política.

⁶ “The second image reversed: international sources of domestic politics” e “Diplomacy and domestic politics: the logic of two level games”, ambos publicados na revista “International Organizations”, n. 32 e 42, respectivamente.

O primeiro nível seria o sistêmico, que mantém constante a política doméstica e explora a variação na arena internacional (não só estritamente o realismo (MORGENTHAU, 2003) e o neorealismo (WALTZ, 2002), mas também o institucionalismo neoliberal (STEIN, 2008) e o construtivismo sistêmico procedem este tipo de análise).

O segundo nível mantém o sistema relativamente constante, ao mesmo tempo em que se observam os aspectos da política doméstica que dão a forma como um país responde ao ambiente internacional, ou seja, a complexidade do sistema internacional e o desacordo entre países permitem uma política doméstica de escolha entre alternativas.

E em um terceiro nível de análise, procura-se explorar as interações (1) de níveis (sistema e unidade) e (2) de países entre si e forças internacionais:

Esta abordagem enfatiza a interação estratégica de todos estes elementos. Países avaliam uns aos outros em suas respectivas situações políticas domésticas; atores derivam suas preferências de padrões de influências, envolvendo outros atores e a política interna de outros países. Instituições, interesses e idéias, internamente aos países estão constantemente influenciando os mesmos fatores em outros países (GOUREVITCH, 2002, p. 310).

Em minha interpretação, esta formulação teórica de Gourevitch pode ser somada à ideia de Korany de “intermestics” (“conexão orgânica entre política internacional e política doméstica”) (KORANY, 2009, p. 61). Procuro com isso, assumindo explicitamente uma postura eclética, superar o “estatocentrismo” wendtiano na análise da política internacional, mas mantendo intacta a análise da (re) construção das identidades dos atores.

O construtivismo Wendtiano, em diálogo crítico com as correntes neorealistas e institucionalistas, ressaltou que, em vez de

verdades científicas logicamente estabelecidas, as consequências da anarquia – entendida como “o que os estados fazem dela” – para o sistema de Estados deveriam ser (re) interpretadas como “culturas”. Wendt apresentou então três culturas principais: a hobbesiana, que é a enfatizada pelos (neo) realistas, a lockeana e a kantiana, ambas destacadas pelo (neo) liberais ou neoinstitucionalistas, sendo a kantiana destacada pelos defensores da “paz democrática” (a tese de inspiração kantiana de que as democracias não fazem guerra entre si). Destas “construções sociais”, advém a constituição/construção sob inspiração hobbesiana do “inimigo”, na versão lockeana, do “adversário” (concorrência); e na kantiana, do “amigo” (paz). Tanto os estudos de segurança internacional quanto os estudos da política mundial tiveram uma nova e significativa (re) construção teórico-metodológica sob a égide da teoria construtivista (WENDT, 1999; ADLER, 2002; FEARON; WENDT, 2002).

Tais debates e diálogos metodológicos, acredito, atenderiam, por um lado, tanto à complexidade quanto às limitações da situação amazônica que são reconhecidas no âmbito de suas relações internacionais, isto é, de constrangimentos estruturais internacionais e políticas domésticas desfavoráveis à cooperação, mesmo que se analisasse exclusivamente o Brasil como ator principal; por outro lado, tais discussões “desprovincilizariam” as reflexões internacionalistas acerca da Amazônia (brasileira ou continental)⁷.

⁷ Numa outra perspectiva, concordo com Adriana Marques quando diz que: “[...] gostaria de esclarecer que esta tese não tem a pretensão de testar a eficácia de uma determinada perspectiva teórica [...], já que não utilizamos uma metodologia positivista, segundo a qual a principal tarefa do analista é testar a capacidade de uma determinada teoria para explicar o comportamento dos atores sociais. Optamos por uma análise ‘interpretativista’, cujo objetivo é interpretar o significado que os atores sociais atribuem às suas ações. [...] Procuramos, desta forma, desatar um nó muito presente nos estudos de política de segurança e defesa: definir qual é a relação entre as ideias e o comportamento político” (MARQUES, 2007, p.25).

3 AMAZÔNIA: DESENVOLVIMENTISMO, REGIONALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

A postura construtivista eclética (KATZENSTEIN; SIL, 2008) pode ser utilizada como tentativa de constituir uma intersubjetividade analítica para compreender a internacionalização da Amazônia a partir da noção heurística de “*intermestics*” no contexto doméstico brasileiro internacionalizado e regionalmente subnacionalizado e, com isto, abranger a complexidade do jogo dos atores internacionais, domésticos e subnacionais envolvidos.

Katzenstein e Sil (2008), ao apresentarem uma perspectiva eclética, integram questões de segurança e economia política e chamam atenção à crescente produção acadêmica acerca do significado das regiões nos assuntos internacionais. Estes autores, abonados no estudo do próprio Katzenstein (2005, p. 6-13) sobre o mundo de regiões, apresentam três tradições separadas de pesquisa de como as regiões foram definidas e analisadas:

As teorias clássicas de geopolítica enfatizam a base material; as teorias ideacionais de geografia insistem que as regiões não são dadas, mas política e culturalmente formadas: não só são regiões moldadas por processos que separam centros econômicos de periferias, porém símbolos regionais atuam como instrumentos ou rótulos designando a dominação de lugares específicos no mundo por grupos particulares de pessoas. O espaço é, em teorias ideacionais, invenção e práticas sociais. Por fim, regiões também foram analisadas de uma perspectiva das teorias comportamentais da geografia, com a variável da distância espacial sendo tratada como possuindo um efeito estatisticamente robusto e direto sobre o comportamento dos

atores. Teorias materiais, ideacionais e comportamentais das regiões oferecem, separadamente, importantes *insights* parciais, todavia nenhuma delas isoladamente oferece uma explicação satisfatória de como os atores nos assuntos internacionais interpretam e compreendem as regiões ou como nelas se localizam (KATZENSTEIN; SIL, 2008, p. 124).

Este é um exemplo de como a análise eclética dos autores, apoiada neste caso pela interdisciplinaridade inerente da ciência geográfica, abre a porta para estruturas abrangentes que revelam as conexões entre variáveis ou processos privilegiados por cada uma das três tradições distintas de estudos de regionalização.

Militares, diplomatas (PONTES, 2005), burocratas, políticos profissionais, ecologistas, empresários “ao lado” ou assimetricamente “acima” e cultural, política e socioeconomicamente se contrapondo às várias categorias de grupos sociais de excluídos e semi-incluídos, que formam a maioria da população regional amazônica, compõem conjuntamente os ouvintes e oradores do babélico diálogo de surdos que menos no passado, pouco no presente e incertamente no futuro se fizeram (fazem ou farão) ouvir, mas se entenderam muito pouco, de fato, em suas ações e discursos.

Os agentes estatais e empresariais sempre se comunicaram e se articularam melhor, e privilegiadamente, em relação aos demais atores regionais. Em primeiro lugar, obviamente, por possuírem os meios importantes que os poderes políticos e econômicos lhes proporcionam. Em segundo lugar, porque se beneficiaram da legitimidade que suas ações recebiam nacionalmente como necessárias à defesa e preservação da soberania e integridade territorial (BIERSTEKER, 2002;

MARQUES, 2007) de uma região “ameaçada internacionalmente”, isolada e empobrecida, embora rica de recursos naturais “cobiçados”⁸.

A PEB, neste caos aparente de superposições reais ou fictícias, tem reagido erráticamente em relação à Amazônia, ao sabor da cultura estatal prevalente ou do regime político existente ou das pressões internacionais (ou dos três fatores conjuntamente) (FURNIEL. 1993), mas atende prioritariamente às diretrizes que a opinião pública articulada aos atores políticos, estatais e empresariais estabelece como aceitável aos interesses nacionais, o que aumenta sua eficácia mas nem sempre diminui sua incoerência. Mesmo assim, desde o final da década de 1980, tal pensamento dominante sobre a Amazônia brasileira tem enfrentado contestações fortes de coalizões nacionais e internacionais que acabam por acentuar como consequência das ações governamentais o caráter não só errático, mas predatório do Brasil em relação à região (KOLK. 1996).

O quadro que se desenhou no Pós-Guerra Fria para América do Sul (PARODI, 2002) e as novas tendências políticas no continente indicavam que a velha solução lampedusiana nas palavras leopardianas de que “é preciso que alguma coisa mude para que tudo continue como está” se aplicavam cada vez menos ao caso da Amazônia brasileira e à própria Amazônia Sul-Americana. Tudo continua “igual e diferente ao mesmo tempo”, mas este jogo de espelhos múltiplos parece apresentar um esgotamento cada vez mais insolúvel para continuidade das políticas (*policies*) brasileiras na região.

⁸ A obra clássica da formulação da “cobiça” é de Arthur C. F. Reis (1982). Para uma análise dos projetos Calha Norte e SIVAM, ver Costa (s.d.), Lourenção (2006) e Nascimento (2006; 2008).

Em trinta anos de OTCA (ANTIQUERA, 2006; KILKA 2006), como já observei, seus resultados são escassos, pois, apesar de tentar exprimir a ideia de um Pacto Amazônico, constituiu tão somente um referencial muito frágil de “governança” dos países amazônicos face à gigantesca tarefa de fundar as bases de um desenvolvimento regional integrado (CHOI; CAPORASO, 2002), com crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental que possibilitasse integração física e administração de problemas comuns, objetivos obviamente ainda não alcançados e de remota consecução. Nos últimos anos, o novo papel internacional desempenhado pela Venezuela na América do Sul e seu ingresso provável no MERCOSUL, a permanência da questão colombiana e a retomada das preocupações ambientalistas nas RI (MITCHELL, 2002; O’NEILL, 2009) configuram um cenário mais complexo de atuação da PEB em relação à Região e aos demais países amazônicos em que a questão ambiental, segurança e desenvolvimento ainda são temas desconexos.

Em qualquer critério que seja adotado para definir a Pan-Amazônia geográfico, ecológico, internacional (OTCA) ou demográfico -, o Brasil detém entre 60% a 77% desta região internacional. Portanto, posso, para esta exposição, continuar a considerar válido os estudos sobre a Amazônia Brasileira, mesmo que neles, infelizmente, o exame das implicações internacionais tenha sido deixado na sombra, tanto nos seus âmbitos socioeconômicos e ecológicos (LOVEJOY, 2005), quanto nos políticos e culturais, principalmente quando se fazia mister analisar sistemas, atores, instituições, ações e racionalidades cuja compreensão não se coadunava com as explicações fortemente estruturalistas e generalistas e, ao mesmo tempo, “internalistas”

e “provincializadas” que foram elaboradas para interpretar esta região.

A importância que a Amazônia, no caso brasileiro, adquiriu para o modelo de desenvolvimento econômico e suas consequências para ação diplomática (JÖNSSON, 2002) e internacional, do Brasil dos governos militares até hoje, demandou a criação de uma infraestrutura que foi concomitante ou antecedeu a implementação de políticas de colonização, com a implantação de grandes projetos econômicos de exploração vegetal e mineral, construções de estradas, geração de energia elétrica e redes de telecomunicações que levaram ao agravamento da questão indígena (ASSIS, 2008; SILVA, 2008c), fundiária e ecológica e à reformulação da importância geopolítica da região (RIBEIRO, 2005; ASSIS, 2008).

Todas estas transformações foram acompanhadas ou resultantes da intervenção do Governo Federal nas administrações estaduais e municipais, nos assuntos fundiários, econômicos e ambientais. Mas atualmente, a continuidade destas *policies* para as sociedades civil e política, regional e local, leva não só à convivência destas populações com o passado, mas como beneficiárias destas ações predatórias e, paradoxalmente, também vítimas. Esta continuidade conduzem-nas a divisões e conflitos e dificulta mudanças para um modelo de desenvolvimento com menor rapacidade, maior inclusão social e menores custos sociais, econômicos, culturais e políticos.

As consequências dessas ações foram analisadas, por exemplo, em relação à questão da propriedade da terra, restritamente como um processo de contrarreforma agrária e de militarização das questões fundiárias. Falou-se até mesmo economicamente num processo de acumulação primitiva de

capital por meio da aliança entre o Estado e as grandes empresas, sem um conhecimento claro do modelo de políticas de desenvolvimento adotadas, sem o exame das contingências endógenas e exógenas e dos limites e consequências que tais políticas poderiam acarretar à Região.

Há, entretanto, na Amazônia, uma situação política complexa constituída de redes de relações, conflitos e interações entre atores locais, nacionais e internacionais, grandes empresas privadas (nacionais e transnacionais) e estatais, com forte presença do governo federal comparativamente aos governos municipais e estaduais, baixo grau de desenvolvimento econômico, fraca densidade e, concomitantemente, má distribuição populacional convivendo com meândricas peculiaridades ecológicas (KOLK, 1996; KILKA, 2006) e geopolíticas (RIBEIRO, 2005) mais de 12.000 km de fronteiras internacionais (COELHO, 1992: 14; PARODI, 2002) abrangendo uma área que corresponde a mais da metade do território nacional (Amazônia Legal).

Por outro lado, desde a década de 1970, a região tem passado por mudanças demográficas, ecológicas, econômicas, políticas e sociais que exibiram ao mundo e ao País um dos exemplos regionais e uma das faces mais adversas (em termos sociais, étnicos, econômicos e ecológicos) da modernização conservadora brasileira. Este processo ainda está em curso e envolve tanto fatores nacionais quanto condicionantes internacionais⁹, além do agravamento dessa situação pela

⁹ “The internationalization of the environmental debate has had a substantial impact on Brazilian politics and influenced policy-making on the Amazon in various ways. In its turn, this had led to an intensification of relationships between international and national actors and produced changes in the position and behaviour of the World Bank and NGOs in particular” (KOLK, 1996, p. 300).

continuada dependência de uma economia voltada para o mercado externo, exportadora de matérias-primas minerais e vegetais, cujos preços enfrentam constantes oscilações com viés de baixa, associadas às crescentes cláusulas ecológicas, que tornam o equilíbrio econômico regional extremamente fragilizado, embora com desempenho de crescimento populacional e econômico acima da média nacional nos últimos anos (GOMES; VERGOLINO, 1997).

A divulgação, de um lado, de estudos científicos acerca dos impactos ambientais dos grandes projetos no ecossistema amazônico e, de outro lado, a pressão dos movimentos ambientalistas nacionais e internacionais obrigaram não apenas os *policymakers*, mas também os estudiosos da Região a se deterem sobre os aspectos ecológicos e sociais do desenvolvimento capitalista na Amazônia, mais precisamente sobre o chamado “desenvolvimento sustentável” (KOLK, 1996; DUARTE, 2003; BARROS-PLATIAU, 2006).

Neste novo paradigma desenvolvimentista, o desafio consiste precisamente em que as opções de sustentabilidade e a maximização dos serviços ambientais elevem o padrão de vida das populações regionais e, por consequência, promovam o desenvolvimento regional e nacional dos países amazônicos, via proteção social e promoção de políticas sociais, premissas que contrariam o desenvolvimento capitalista periférico e constituem uma ideologia com uma roupagem “politicamente correta”, mas correspondem de fato a uma realidade pouco alvissareira. Aparenta ser muito mais uma ideia difusa e, às vezes, também confusa, de busca de uma harmonia entre desenvolvimento econômico, proteção ambiental e políticas sociais à população: o melhor dos mundos possíveis para um dos piores existentes neste mundo.

Esta alteração “ideacional” em uma parcela dos *decisionmakers*, a partir de 1992 (BARROS-PLATIAU, 2006; DUARTE, 2003), favoreceu a proposição de ações coletivas de gestão integrada. A questão da segurança também passou a merecer relevância mais real e menos ideológica, *ma non troppo*, consequência dos alinhamentos advindos da nova ordem mundial Pós-Guerra Fria e da afirmação das políticas de governança interestatais, ou nas palavras de Kolodziej: “estas [estratégias não coercitivas] podem produzir melhores resultados com menor custo material para recursos valiosos e objetivos pretendidos do que a força e a violência” (2005: 17).

A internacionalização da Amazônia (FURNIEL, 1993), um tema polêmico e recorrente na questão da segurança, ressurgiu na década de 1980 (é uma ave fênix) e permanece até hoje¹⁰, recorrendo-se a uma peculiar e conhecida “teoria da conspiração” empregada no discurso de defesa da região pelas forças armadas (CASTRO; SOUZA, 2006) e por uma parcela considerável da opinião pública que, resumidamente, consiste na seguinte operação ideológica, embora nela não se esgote:

com a introdução dos direitos humanos e do meio ambiente na agenda internacional, pareceu aos militares que o futuro da Região estava novamente ameaçado, agora agravado pela intenção (mais aparente que real) das grandes potências de legitimar o ‘direito de ingerência’, ou seja: legitimar um pretenso ‘direito’ auto-outorgado por elas, para ser exercido conforme seus próprios interesses e ditames do realismo político (CAVAGNARI FILHO, 2002, p. 1)¹¹.

¹⁰ Exemplos são abundantes na mídia: “Governo inglês divulga plano para privatizar a Amazônia”, *Folha de São Paulo*, 03.10.2006; “Amazônia: Desmentido de David Miliband”, *O Liberal*, 05.10.2006; e Celso Amorim, Sérgio Rezende e Marina Silva “A Amazônia não está à venda”, In: *Folha de São Paulo*, 09.10.2006.

¹¹ Ver também Ribeiro (2005).

O viés desenvolvimentista autoritário de um crescimento a qualquer custo (BARROS-PLATIAU, 2006) definiu uma agenda inadequada à relação do desenvolvimento com proteção ambiental e criou uma *path dependence* que marca e enviesa a formulação de políticas. Como já afirmei anteriormente, a PEB reage erráticamente ao sabor das pressões internacionais, mas atende prioritariamente às diretrizes que a opinião pública, articulada aos atores estatais e empresariais, estabelece como aceitável aos interesses nacionais. Mesmo assim, desde o final da década de 1980, tal pensamento dominante sobre a Amazônia brasileira tem enfrentado contestações fortes de coalizões nacionais e internacionais, que acabam por acentuar como consequência de suas ações, o caráter errático da ação internacional do Brasil em relação à região e sua relativa ineficácia.

Na conferência de Copenhague, que se realizará no final deste ano, o Brasil, provavelmente, se apresentará confiante de que o desmatamento pode ser colocado como um problema a ser solucionado, embora os dados (mudanças na legislação favoráveis aos predadores, índices crescentes ou oscilantes de desmatamento etc.) apontem mais para as dificuldades de o País enfrentar tal desafio do que de equacioná-lo. Governo e mídia acreditam que o desmatamento atrapalha consideravelmente a imagem internacional de uma economia brasileira pouco poluente e predatória em âmbito mundial. Sobre otimismo e faltam argumentos convincentes.

Depois de quase quatro décadas, se considerarmos os anos de 1970 como ponto de partida do interesse internacional em reagir ao genocídio e ao desmatamento, concomitante à colonização e à intervenção militar e empresarial na região, as

ideias apocalípticas de uma quebra de soberania, ou mesmo uma intervenção militar estrangeira (que repousam em teorias conspiratórias pouco consistentes, embora ameaças de atores não estatais no tráfico de ilícitos ou um *spillover* dos grupos de guerrilha na Colômbia e seus antagonistas -colombianos e americanos - ou de um conflito entre os países fronteiriços) não devam ser totalmente menosprezadas (BORGES, 2006; MARTINS FILHO, 2006; MIYAMOTO, 2008; VILLA, 2009).

4 CONCLUSÃO

Ao analisar, desde 2006, as implicações teóricas e práticas da inserção internacional da Amazônia brasileira, a principal conclusão a que cheguei é que esta inserção possui duas características principais em sua internacionalização. A primeira é que tal processo ocorreu sob forte regência do Estado nacional brasileiro e de sua política doméstica. Evidentemente que isto não evita, e, nem sempre, restringe-se a amenizar ou, contrariamente, provocar tensões e conflitos com os atores internacionais interessados, e nem leva, necessariamente, à perda do controle soberano sobre a região. Talvez, no futuro, em consequência de possíveis, porém improváveis, acordos internacionais, aos quais o Brasil só irá aderir com razoável apoio da opinião pública doméstica, poderá, em médio ou longo prazo, configurar-se uma restrição efetiva de soberania, restrição que para o ex-ministro Nelson Ribeiro, assim como para outros ideólogos nacionalistas pragmáticos, já existe, de fato, desde a década de 1980 (RIBEIRO, 2005).

A segunda característica, é que aqui se apresenta uma conexão de tipo “*intermetics*”, no sentido estabelecido por Korany (2009), mas com a peculiaridade de que o peso específico

de uma unidade subnacional agregada (região) se sobrepõe sobre os demais níveis de análise particularmente sobre o nível internacional e também sobre o doméstico nacional e o subnacional (estados e municípios).

Isto tudo acontece devido a múltiplos fatores, entre eles destaco a inexistência de regimes florestais, como observou O'Neill (2009), que dificultam que a sociedade internacional exerça um constrangimento mais efetivo sobre as políticas do Estado brasileiro de combate ao desmatamento comparativamente, por exemplo, à questão indígena, como ilustra o desfecho do caso da demarcação das terras ianomâmis em Roraima. Regimes, convenções e tratados com bem-sucedidas coalizões políticas internacionais restringem, de maneira eficiente, os interesses das elites nacionais.

Outro fator diz respeito ao papel internacional que o Brasil sempre exerceu historicamente na região, exercendo sua hegemonia, hierarquicamente, no plano doméstico, por meio de um processo de "colonialismo interno" concomitante ao sucesso diplomático externo, destacadamente na demarcação dos limites territoriais. Com isso, o Estado impôs internamente à nação um modelo de modernização, colonização e dominação política sobre a maioria da população regional e, para uma parcela da opinião pública nacional, a Amazônia passou a fazer parte do "interesse nacional" face ao sistema ou sociedade internacional que permitiu, desde o final do século XIX, um grau importante de internacionalização econômica sem "perda de soberania", quero dizer, com a participação efetiva e um controle razoável do Estado brasileiro.

Toda esta complexidade política limita a análise numa perspectiva das teorias das relações internacionais, na medida

em que o “internacional” está subsumido no “doméstico” muito mais do que habitual na política global. É necessário qualificar mais enfaticamente o peso de um país (Brasil) e nele de um nível (doméstico/regional) sobre os outros níveis de análise, todavia sem esquecer que isso ocorre numa conexão distinta do gênero “*intermestics*”.

Encontrar o lugar que a Amazônia ocupa nas relações internacionais do Brasil e dos demais países amazônicos vis-à-vis ao processo de securitização das questões amazônicas, à política doméstica e às políticas internacionais, poderia propiciar a identificação das dificuldades internas e externas ao Brasil e às demais nações amazônicas para deslanchar um autêntico processo de integração regional (CHOI; CAPORASO, 2002) que nos ajudasse a compreender porque, quando estas dificuldades são somadas às limitações de países em desenvolvimento, a possibilidade de cooperação e integração fica muito reduzida e os problemas do isolamento se avolumam.

Diria, interpretando livremente Wendt (1999), que embora não se esteja no âmbito de uma cultura anárquica puramente hobbesiana e mais distante ainda da cultura kantiana, mesmo assim entre amigos e inimigos, até a rivalidade lockeana é mal administrada ou (re) (des) construída pelos atores internacionais na região. Persiste uma maneira provinciana do tipo marxiano de “*Le mort saisit le vif*” de analisar a Amazônia, uma resiliência mental no estilo *path dependence* dos atores e dos autores da problemática regional. Enfrentar estes agentes resilientes, domesticá-los e “desprovincializá-los” será uma tarefa de gerações de intelectuais e atores públicos e sociais.

Até a 2ª Grande Guerra, não se apresentaram desafios diplomáticos significativos para o Brasil na gestão da soberania

territorial amazônica. O mesmo não se pode afirmar para o período pós-guerra, particular e crescentemente nas três últimas décadas do século XX, período em que fantasmas, visões e visagens ou miragens ocultam ou representam realidades internacionais e culturas nacionais complexas e desconexas, na verdade, construções e imagéticas expressas em práticas dos atores internacionais, não de todo desprezíveis, que precisam ser interpretadas ou reinterpretadas, ou até mesmo, simplesmente, desmistificadas.

Às vezes, meus alunos me indagam a qual teoria de RI realmente “sou adepto”. Respondo, então, utilizando como recurso didático, uma brincadeira sobre preferências teóricas em RI e faixas etárias dos pesquisadores. Afirmando que não sou tão velho para ser um neorealista, nem tão jovem para um pós-moderno, contudo não aceito este “determinismo etário autoimposto” para me impingir um rótulo construtivista e confesso um ecletismo ao qual, recentemente, encontrei uma referência convincente em Katzenstein e Sil (2008, p. 109-130). A resposta, embora não satisfaça de imediato aos discentes, os instiga a repensar o papel das teorias na produção do conhecimento. Nas Ciências Sociais, de um modo geral, e nas RI em particular, “fidelidades teóricas” e “ortodoxias” há muito tempo foram abandonadas ou se encontram em crise, e por isso mesmo acarretam muito mais dificuldades e obstáculos intransponíveis que soluções e inspirações heurísticas.

Neste esforço teórico “ecletico”, precisam-se refinar os conceitos ou definições de segurança internacional, soberania, território (BIERSTEKER, 2002) ou territorialidade, fronteiras (MONTEIRO, 1994; LITTLE, 2001; PARODI, 2002; MITCHELL, 2002; O’NEILL, 2009) e principalmente de política externa

(SMITH; HADFIELD; DUNNE, 2008; STUART, 2008) e da conexão entre política doméstica e sistema internacional e o contexto e elaboração dos processos securitários. Mesmo que os antídotos contra a ideologia sejam mais ideológicos do que ela própria, não importa: em princípio, nenhuma contribuição argumentativamente válida e consistente deve ser descartada, todas devem ser (des) (re) construídas.

Minha versão metodológica contraria propositadamente a advertência de Bourdieu de que os atores políticos são sempre suspeitos de produzirem interpretações interessadas, enviesadas e, por tudo isso, desacreditadas (BOURDIEU, 1989, p. 55). Ao contrário do que apregoa Bourdieu, estas interpretações, por não serem neutras, suscitam curiosidades “metodologicamente orientadas” e sob “o controle do critério da objetividade”, arrebatam-nos para elaboração de versões em que paixões e valores reprimidos nunca são realmente extirpados e ressurgem em cada fissura soaberta que sobrecarrega o autocontrole intelectual sugerido por Weber (MONTEIRO; MONTEIRO, 2002). Seria esta toda a aventura subjetiva de uma pesquisa acadêmica?

REFERÊNCIAS

- ADLER, Emanuel. Constructivism and International Relations. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (Editors). *Handbook of international relations*. London: Sage, 2002.
- ANTIQUERA, Daniel de Campos. *A Amazônia e a política externa brasileira: análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Unicamp-Unesp- PUC/SP, Campinas, 2006.
- BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. A política externa ambiental: do desenvolvimentismo ao desenvolvimento sustentável. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (org.). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 2
- BENTES, Rosineide. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 54, maio/ago. 2005.
- BIERSTEKER, Thomas J. State, Sovereignty and Territory. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (Editors). *Handbook of International Relations*. London: Sage, 2002.
- BORGES, Fábio. *Amazônia e economia da droga: conflitos colombianos e interesses brasileiros (1985-2005)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação "San Tiago Dantas", UNESP-Unicamp-PUC-SP, São Paulo, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BREITMEIR, Helmut, YOUNG, Oran R.; ZÜRN, Michael. *Analyzing international environmental regimes: from case study to database*. Cambridge: MIT Press, 2006.
- BRONDÍZIO, Eduardo S. Intra-regional Analysis of Land-Use Change in the Amazon. In: MORAN, Emilio; OSTROM, Elinor (Editors). *Seeing the forests and the trees: human-environment interactions in forests ecosystems*. Cambridge: The MIT Press, 2005.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner, 1998.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

CASTRO, Celso; SOUZA, Adriana Barreto de. A defesa militar da Amazônia: entre história e memória. In: CASTRO, Celso (org.). *Amazônia e Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 2006a.

CASTRO, Celso. Apresentação. In: _____. *Amazônia e defesa nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 2006b.

CASTRO, Edna. A Amazônia e seu lugar central na integração. In: NASCIMENTO, Durbens M. (org.). *Relações internacionais e defesa na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2008.

CAVAGNARI Filho, Geraldo Lesbat. *Introdução à defesa da Amazônia*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/nee/art4.htm>>. Acesso em: 02 dez. 2002.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: UNB, 2002.

CHOI, Young Jong; CAPORASO, James A. Comparative regional integration. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (Editors). *Handbook of International Relations*. London: Sage, 2002.

COELHO, Pedro Motta Pinto. *Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado*. Brasília: Funag, 1992.

COSTA, Thomaz Guedes da. *Brazil's SIVAM: as it monitors the Amazon, will it fulfill its human security promise? ECSP Report*, issue 7.

DOMASK, Joseph J. *Evolution of the environmental movement in Brazil's Amazonia*. Paper prepared for delivery at the meeting of the LASA, September 1998.

DUARTE, Lílian C. B. *Política externa e meio ambiente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

EVANS, Graham; NEWNHAM, Jeffrey. *Dictionary of international relations*. London: Penguin, 1998.

EVANS, Peter; JACOBSON, Harold; PUTNAM, Robert. *International bargaining and domestic politics: double-edged diplomacy*. 1993.

FARAGE. Nádia. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas do Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

FEARON, James; WENDT, Alexander. Rationalism versus Constructivism: A Skeptical View. IN: Carlsnaes, Walter; Risse, Thomas & Simmons, Beth A. (Editors). *Handbook of International Relations*. London: Sage, 2002.

FRANKLIN, Cleber Batalha. As Relações entre o Brasil e a Venezuela. In: NASCIMENTO, Durbens M. (org.). *Relações internacionais e defesa na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2008.

FREITAS, Décio. *A miserável revolução das classes infames*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FURNIEL, Ana Cristina da Matta. *Amazônia - a ocupação de um espaço: internacionalização x soberania nacional*. 1993. Dissertação (Mestrado) - IRI/PUC-RJ, Rio de Janeiro, 1993.

GOMES, Gustavo Maia; VERGOLINO, José Raimundo. *Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia (1960/1995)*. Brasília: IPEA, 1997. (Textos para Discussão, n. 533).

GOUREVITCH, Peter. Domestic politics and international relations. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (Editors). *Handbook of international relations*. London: Sage, 2002.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século*. Brasília: IPRI/FUNAG, 1995.

JÖNSSON, Christer. Diplomacy, Bargaining and Negotiation. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (Editors). *Handbook of International Relations*. London: Sage, 2002.

KATZENSTEIN, Peter; SIL, Rudra. Eclectic theorizing in the study and practice of international relations. In: REUS-SMIT, Christian; DUNCAN, Snidal (Editors). *The Oxford Handbook of International Relations*. London: Oxford University Press, 2008.

KATZENSTEIN, Peter. *A world of regions: Asia and Europe in the American Imperium*. Ithaca: Cornell U. P., 2005.

KEOHANE, Robert O.; MILNER, Helen (Editors). *Internationalization and domestic politics*. New York: Cambridge U. P., 1996.

KEOHANE, Robert O. Big questions in the study of world politics. In: REUS-SMIT, Christian; DUNCAN, Snidal (Editors). *The Oxford Handbook of International Relations*. London: Oxford University Press, 2008.

KILKA, Marcelo de Vargas. *Intervenção ecológica (?)*: uma análise de risco para os países signatários da organização do tratado de cooperação amazônica. 2006. Dissertação (Mestrado em Integração Sul-Americana) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria (RS), 2006.

KOLK, Ans. *Forests in international environmental politics: international organizations, NGOs and the Brazilian Amazon*. Netherlands, International Books, 1996.

KOŁODZIEJ, Edward A. A segurança internacional depois da Guerra Fria: da globalização à regionalização. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 313-349, jul./dez. 1995.

KOŁODZIEJ, Edward A. *Security and international relations*. New York: Cambridge U. P., 2005.

KORANY, Bahgat. The Middle East since the Cold War: still insecure. In: FAWCETT, Lousie (Editor). *International relations of the Middle East*. London: Oxford, 2009.

KRATOCHWIL, Friedrich. Sociological Approaches. IN: REUS-SMIT, Christian; DUNCAN, Snidal (Editors). *The Oxford Handbook of International Relations*. London: Oxford University Press, 2008.

LITTLE, Paul E. *Amazonia: territorial struggles on perennial frontiers*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

LOURENÇÃO, Humberto J. O sistema de vigilância da Amazônia (Sivam): velhas controvérsias, novos desafios. In: CASTRO, Celso (org.). *Amazônia e defesa nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LOVEJOY, Thomas. Uma perspectiva científica. *Política Externa*, v. 14, n. 1, jun./ago. 2005.

LU, Dengsheng, MORAN, Emilio F.; MAUSEL, Paul; BRONDÍZIO, Eduardo. Comparison of aboveground biomass across Amazon sites. In: MORAN, Emilio; OSTROM, Elinor (Editors). *Seeing the forests and the trees: human-environment interactions in forests ecosystems*. Cambridge: The MIT Press, 2005.

LUCE, Mathias Seibel. *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política regional do governo Lula (2003-2007)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - PPGRI/UFRGS, Porto Alegre, 2007.

MANDUCA, Paulo César. As relações Brasil Venezuela: desenvolvimento e segurança da fronteira norte. In: ENCONTRO DA ALACIP, 4. *Anais...* Campinas, 2006.

MARCOVITCH, Jacques. A Amazônia real e seus desafios. *Política Externa*, v. 14, n. 1, jun./ago. 2005.

MARQUES, Adriana Aparecida. *Amazônia: pensamento e presença militar*. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política, FFLCH/USP, São Paulo, 2007.

MARTINS FILHO, João Roberto. As Forças Armadas Brasileiras e o Plano Colômbia. In: CASTRO, Celso (org.). *Amazônia e defesa nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MILNER, Helen. *Interests, institutions and information: domestic politics and international relations*. New Jersey: Princeton UP, 1997.

MITCHELL, Ronald B. International Environment. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (Editors). *Handbook of International Relations*. London: Sage, 2002.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Amazônia, política e defesa. In: NASCIMENTO, Durbens M. (org.). *Relações internacionais e defesa na Amazônia*. Belém: NAEA/UFGA, 2008.

MONTEIRO, J. Cauby S.; MONTEIRO, M. C. M. C. Weber e o individualismo metodológico. *Trilhas - Revista do Centro de Ciências Humanas e Educação da Universidade da Amazônia*, Belém, v. 3, n. 2, dez. 2002.

MONTEIRO, José Cauby Soares. *Rebeldes, deschapelados e pés-descalços: os cabanos no Grão Pará (1835-1840)*. 1994. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

MORGENTHAU, Hans. *A política entre as nações*. Brasília: Funag/IPRI, UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

MÜLLER, Harald. Security cooperation. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (Editors). *Handbook of International Relations*. London: Sage, 2002.

NASCIMENTO, Durbens M.. Projeto Calha Norte: a Amazônia segundo a política de defesa nacional. In: CASTRO, Celso (org.). *Amazônia e defesa nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. *A Guerrilha do Araguaia: paulistas e militares na Amazônia*. 2000. 198f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

O'NEILL, Kate. *The environment and international relations*. Cambridge: Cambridge UP, 2009.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.

PARODI, Carlos. *The politics of South American boundaries*. Westport: Praeger, 2002.

PINHEIRO, Leticia. *Política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Suframa, 1982.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*. Brasília: Senado Federal, 2005.

ROBINSON, Paul. *Dictionary of international security*. Cambridge: Polity Press, 2008.

ROMÁN, M. *The implementation of international regimes: the case of the Amazonian Cooperation Treaty*. Uppsala, Sweden: Uppsala University, 1998.

ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernest-Otto (Org.). *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: UNB, 2000.

SEDREZ, Lise Fernanda. *A meeting of minds: coalitions, representations and American non-governmental organizations in the Brazilian Amazon*. 1998. Dissertação (Master of Science in Environmental Policy Studies) - Department of Humanities and Social Sciences, Faculty of New Jersey Institute of Technology, 1998.

SILVA, Alberto Teixeira da. Segurança global e mudanças climáticas. In: NASCIMENTO, Durbens M. (org.). *Relações internacionais e defesa na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2008.

SILVA, Guilherme A.; WILLIAMS Gonçalves. *Dicionário de relações internacionais*. São Paulo: Manole, 2005.

SILVA, Marcelle Ivie da Costa. Raposa Serra do Sol: agentes políticos, conflitos e questões internacionais na Amazônia brasileira. In: NASCIMENTO, Durbens M. (org.). *Relações internacionais e defesa na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2008.

_____. *Amazônia e política de defesa no Brasil (1985-2002)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Unicamp-Unesp-PUC/SP, Campinas, 2004.

SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim (Editors). *Foreign policy: theories, actors, cases*. 2008.

SMITH, Steve. The contested concept of security. In: BOOTH, Ken (Editor). *Critical security studies and world politics*. London: Lynne Rienner, 2005.

STEIN, Arthur A. Neoliberal Institutionalism. In: REUS-SMIT, Christian; DUNCAN, Snidal (Editors). *The Oxford Handbook of International Relations*. London: Oxford University Press, 2008.

STUART, Douglas T. Foreign policy Decision-making. In: REUS-SMIT, Christian; DUNCAN, Snidal (Editors). *The Oxford Handbook of International Relations*. London: Oxford University Press, 2008.

TULCHIN, Joseph S.; HEATHER A. Golding (Editors). *Environment and security in the Amazon Basin*. Disponível em: <www.wilsoncenter.org>. Acesso em: 15 nov. 2006.

VILLA, Rafael Duarte. A securitização, o overlapping das guerras às drogas e ao terror na agenda de segurança dos Estados Unidos: o Caso Colômbia. In: NASSER, Reginaldo Mattar (Org.). *Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões*. São Paulo: UNESP, 2009.

WALTZ, Kenneth. *Teoria das relações internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge UP, 1999.

Capítulo 2

HUNTINGTON E WALTZ: REFLEXÕES PARA ANÁLISE DOS “NOVOS” CONFLITOS INTERNACIONAIS¹

*Sildo Pedro Sousa Cordovil
Durbens Martins Nascimento*

1 INTRODUÇÃO

Neste *paper* analisa-se, comparativamente, as contribuições de Huntington e Kenneth Waltz para a compreensão da *Guerra* no mundo moderno e insere uma teoria da “nova” conflitividade nas Relações Internacionais, como destaca Thiago Rodrigues. O primeiro deu ânimo à vertente culturalista nas relações internacionais e o segundo consagrou-se como o mais importante teórico do neorealismo contemporâneo na esteira do alemão Hans J. Morgenthau (1904-1980) e do britânico Edward H. Carr (1892-1982).

Para tanto, metodologicamente, o texto iniciará com uma aproximação aos pensamentos desses autores, abordando seus aspectos centrais e suas implicações quanto à questão do Estado e da Guerra, bem como, seus fundamentos teóricos para análise dos conflitos internacionais. Posteriormente, discutir-se-á o panorama crítico das abordagens dominantes sobre os “novos” conflitos na contemporaneidade e algumas perspectivas, e a sua

¹ Uma versão deste *paper* foi publicado na revista *Paper do NAEA*, Belém, v. 01, p. 01-18, 2009.

compreensão a partir do conceito de “outras” conflitividades nos termos sugeridos por Thiago Rodrigues. Por último, serão desenvolvidas algumas considerações finais envolvendo as teses centrais dos autores discutidos e a necessidade de um olhar diferenciado sobre os desafios postos para a análise dos conflitos na nova ordem mundial.

A escolha de *O Homem, o Estado e a Guerra*, de Waltz, e *Choque de Civilização*, de Huntington, não expressa, conforme o olhar interpretativo do conjunto da produção de cada um dos autores, um consenso, no caso do primeiro, que seja a obra mais importante. Vozes levantam-se em prol do livro *Foreign Policy and Democratic Politics* e de *Theory of International Politics*², pois este sim é o mais relevante pelas análises atualizadas sobre a Guerra Fria. Nossa defesa vai no sentido de que, embora se reconheça a magnitude desta última, foi em *O Homem, o Estado e a Guerra* que Waltz estabeleceu os pressupostos teóricos da sua teoria sistêmica sobre a causa explicativa do fenômeno da guerra a partir das “imagens” ou níveis de análise da política internacional.

Por outro lado, as três décadas que separam um do outro livro de Huntington e Waltz não minimizam a análise comparativa por causa da distância histórica. Ao contrário, permite o hiato, enquadrar metodologicamente em duas eras importantes do ponto de vista da Teoria das Relações Internacionais, a saber, o fato de que elas refletem em Waltz o contexto histórico-social da Guerra Fria e, em Huntington, a conjuntura internacional emergida do pós-Guerra Fria. Tal encaixe histórico possibilita novas e fecundas interpretações acerca do fenômeno dos conflitos internacionais e da Guerra.

² A importância desse texto é ressaltada por Griffiths (2004, p. 78).

No mais, algumas observações preliminares são necessárias: primeiro que, de longe, este texto não se aproxima da riqueza de detalhes e argumentações encontrados nas obras originais desses autores; segundo, porque se pressupõe que qualquer comentário sobre suas teorias constitui, no mínimo, um “recorte limitado” sobre a imensa variedade de categorias e conceitos encontrados no conjunto de suas obras no que diz respeito ao tema aqui abordando. Nesse sentido, para efeito didático, Huntington, Waltz e Rodrigues serão abordados observando seus aspectos pontuais na contribuição para o conceito de “novas” conflitividades.

Conceitualmente, entendemos por “novas” conflitividades os eventos, processos e questões, embora alguns remontem à antiguidade clássica, lembrando as guerrilhas e o contrabando, dentre outros temas, mas cuja conformação política, cultural e ideológica tem origem no interior da Guerra Fria. Esta conformação ressurgiu e ganhou características e significados políticos, ideológicos e culturais novos numa ordem internacional marcada pelo fim da Guerra Fria e, principalmente, após o 11 de setembro de 2001 com o terrorismo islâmico³, a questão ambiental, o narcotráfico, o contrabando e o tráfico de pessoas e armas.

³ Não cabe uma análise dos contornos culturais e ideológicos, bem como a motivação política do terrorismo. A ressalva é necessária pela falta de espaço para a discussão. Contudo, recomendamos um breve relato da natureza e das principais organizações terroristas no século XX feita por CARR, Carr. *A Assustadora história do terrorismo*, 2002.

2 O ESTADO ENTRE O HOMEM E A GUERRA, SEGUNDO WALTZ

Kenneth Waltz é atualmente pesquisador sênior de Ciência Política da Columbia University, professor emérito da UC Berkeley, um dos fundadores do neorealismo nas Relações Internacionais e ex-presidente da *American Political Science Association* (1987-1988). Está em atividade como membro da *American Academy of Arts and Sciences*.

Nos primeiros capítulos de *O Homem, o Estado e a Guerra*, Waltz ([1954] 2004) argumenta com precisão que os métodos utilizados pela ciência do comportamento (especialmente os da psicologia e psiquiatria) para explicação do fenômeno da “guerra” e da “paz” são ineficazes para o real entendimento dos conflitos internacionais. A crítica recai sobre uma qualidade partilhada entre pacifistas e cientistas do comportamento na definição das “causas da guerra” e de como “remediá-las”, perpassando pela ausência, ou mesmo negligência, de uma teoria política internacional elaborada.

O autor não nega a contribuição desses cientistas, reconhecendo que suas teses possuem validades apenas de pertinência acidental quanto ao comportamento humano vinculado à possibilidade da paz⁴. A ineficácia desses métodos,

⁴ Neste particular, cabem umas poucas palavras sobre a possibilidade da construção de um mundo de paz como mostram as antigas filosofias orientais. No ocidente o sociólogo pós-moderno e agora criador da “modernidade líquida”, Zigmunt Bauman escreveu que “Para que a utopia nasça, é preciso duas condições. A primeira é a forte sensação (ainda que difusa e inarticulada) de que o mundo não está funcionando adequadamente e deve ter seus fundamentos revistos para que se reajuste. A segunda condição é a existência de uma confiança no potencial humano à altura da tarefa de reformar o mundo, a crença de que ‘nós, seres humanos, podemos fazê-lo’, crença esta articulada com a racionalidade capaz de perceber o que está errado com o mundo....” (BAUMAN, 2009, p. 15)

segundo Waltz, estaria em ignorar o contexto político da ação social em que surgem os problemas da guerra e da paz, bem como suas soluções.

Para Waltz, essa ineficiência metodológica tem como base a ênfase demasiada nas “causas básicas” da guerra. O tema principal de muitos cientistas do comportamento parte da “primeira imagem das relações internacionais”, que pressupõe que as causas primeiras da guerra residem na natureza e no comportamento do homem, originários do egoísmo, impulsos agressivos, estupidez etc. As causas secundárias (como a política) são colocadas à luz desses fatores. Dessa forma, acreditam que a eliminação da guerra resultaria da elevação do espírito e do esclarecimento dos homens ou de medidas de ajustamento psicossocial, isto é, o que é mais importante para política pode ser buscado sob a superfície da política (WALTZ, 2004).

Waltz sustenta que Santo Agostinho, Espinosa, Niebuh e Morgenthau, como representantes da primeira imagem, ao especularem sobre a origem das mazelas políticas pela natureza fixa do homem quanto a sua potencialidade inerente tanto ao mal quanto ao bem, apesar de estarem equivocados, seriam úteis para vislumbrar os limites da realização política possível por meio do controle das variáveis que conduzem o homem à manifestação de seus males. Eles nos ajudam a perceber que se há maldade no homem, é porque seu comportamento impróprio leva-o a guerra; e se há bondade individual, é porque seu comportamento pode ser universalizado, significando paz. No entanto, ressalta Waltz, que a preocupação demasiada com a causa principal do conflito nos afasta de uma análise realista da política mundial, pois dentre as causas sociais, as causas básicas (fatores inerentes ao homem) são as menos manipuláveis,

devendo, portanto, serem procuradas em outros lugares – na estrutura política internacional.

As implicações da primeira imagem para o entendimento dos conflitos internacionais são várias. Dentre elas, destaca-se a tendência à modelagem dos comportamentos do homem para se evitar a guerra, o que pode acarretar em três problemas⁵. Estes geralmente tendem a enfatizar as “causas da guerra” e a cura de seus males, a manipulação política pelos métodos psicológicos e a crença excessiva dos métodos racionalistas para o tratamento de questões de conflitos internacionais. Esses elementos acabam pressupondo um errôneo mérito aos cientistas do comportamento como promotores da causa da paz mundial (WALTZ, 2004).

Os cientistas do comportamento, afirma Waltz, tendem a acreditar que a sensação de segurança e os hábitos de cooperação promovem a paz, e que, os hábitos de competição e agressão levam à guerra. As soluções psicológicas e sociológicas sobre tais hábitos resultariam, implicitamente, num governo mundial capaz de lidar com tais contradições. Para Waltz, essa suposição reflete um método poderoso no âmbito das ciências exatas e naturais, mas torna-se frágil para as ciências do comportamento humano. Esse método de compreensão falha não pela contribuição cumulativa aos fatos novos, mas sim, pelas contribuições oferecidas de se tornarem ineficazes pelo fracasso

⁵ São eles: 1º - tentativa de eliminar as “causas” da guerra, que geralmente tem sido defendida por teóricos do comportamento e adotada por governos adeptos mediante recursos mecânicos que visam à cura dos males da sociedade pelas vias racionalistas de identificação de controle e conhecimento; 2º - manipulação política de um possível acidente histórico por meio da tentativa de evitar que incompetentes psicológicos, líderes políticos cegos por emoções, paixões etc., consigam chegar a exercer o poder político; e, 3º - a ilusão de que os problemas e conflitos internacionais possam ser resolvidos antes mesmo que eles aconteçam meio dos ajustes racionais (WALTZ, 2004).

em compreender o significado da estrutura política da ação internacional. O principal erro dos cientistas do comportamento é a tendência em afirmar que os problemas da guerra e da paz são problemas de ajuste individual e social, não político.

3 O “ALERTA” DE HUNTINGTON

Samuel Huntington (1927-2008) nos legou uma vasta obra. Intelectual e perspicaz, este professor acadêmico lecionou na Harvard of University, onde trabalhou por 56 anos. Consultor de vários governos e políticos pelo mundo afora, em grande parte, conservadores, o que lhe valeu a alcunha de direitista pela esquerda, ocupa um lugar de destaque na Ciência Política por dois livros: *Ordem Política em Sociedades em Mudanças* (1968) e o *Choque de civilizações*. No primeiro, Huntington acredita na possibilidade da ordem nas sociedades em mudanças como estratégia para o fortalecimento das democracias ocidentais que entraram posteriormente no processo de institucionalização democrática. A ordem opera na contramão da tese de que as democracias são consequências naturais do processo de modernização. Ao contrário, assim procedendo, as sociedades operariam nos marcos do caos em razão do aumento da demanda por políticas governamentais e, conseqüentemente, gerariam um fator de crise institucional e instabilidade política.

Está fora do nosso alcance a análise do impacto da primeira obra sobre o mundo acadêmico. Contudo, em *O Choque de Civilizações*, Huntington ([1996]1997) defende a tese de que a dimensão central e mais perigosa da nova ordem mundial é o conflito entre grupos de civilizações diferentes. Isso aconteceria porque a política mundial tem sido conduzida pelos aspectos e implicações da forma como as civilizações (entidades culturais

distintas) tomam o lugar das ideologias e das nações. O Estado continua um ator relevante nas relações internacionais por possuir os instrumentos legítimos da força e por maximizar o poder.

O paradigma realista para Huntington apresenta fortes elementos argumentativos nessa direção para explicar que a guerra surge pela inexistência de uma ordem estatal mundial, na qual nenhum governo unilateralmente dispõe de meios para impor, soberanamente, outra ordem internacional baseada na legitimidade da lei, como se fosse um governo mundial. Contudo, o realismo supõe que os países se comportam apenas em função da lógica da expansão do poder.⁶ Porém, o autor observa que o “choque” civilizacional remete a explicações sobre os conflitos presenciados no mundo atual, que não estão sendo atribuídos essencialmente a fatores ideológicos ou econômicos, mas sim aos de origem e de ordem cultural. Em suma, para Huntington, o realismo e o neorealismo perdem força explicativa sobre a natureza da guerra e dos conflitos internacionais na medida em que minimiza a existência de componentes culturais enquanto dimensão primária na definição identitária das pessoas e da constituição dos povos e nações.

No mundo pós-Guerra-Fria, as distinções mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas. Elas são culturais. [...] As pessoas se definem em termos de antepassados, religião, idioma, história, valores,

⁶ O realismo concebe a Guerra como consequência direta dos instintos dominadores e impetuosos da natureza humana. O ímpeto pela dominação constitui a razão primordial para a Guerra. O neorealismo recolocou a questão da causa da Guerra, mas expôs isso em termos mais complexos: a Guerra é uma atribuição da anarquia existente nas relações internacionais, exercendo pressão tanto sobre a natureza humana quanto sobre o comportamento dos regimes políticos.

costumes e instituições. Elas se identificam com grupos culturais: tribos, grupos étnicos, comunidades religiosas, nações e, num nível mais amplo, civilizações. As pessoas utilizam a política não só para servir aos seus interesses, mas também para definir suas identidades (p. 20).

Huntington prevê que as cisões entre as civilizações serão cada vez mais as linhas de batalha do futuro, mesmo dentro de países com tensões acerca de questões étnico-religiosas.

O mundo fica mais próximo. Essa vizinhança leva a fricção interétnica e expõe as diferenças e as semelhanças entre as civilizações. Em tal situação, a probabilidade de ressurgimento de tensões antigas e de acirramento de velhas rivalidades é bastante elevada, tendo estão como possibilidade, o desenrolar de tensões, o advento da Guerra.

Mas adverte que, embora haja uma nova configuração dos conflitos na ordem mundial, em que cada vez mais os conflitos internacionais envolverão diferentes civilizações, os Estados-Nação ainda seriam os agentes mais poderosos no campo internacional.

É importante ressaltar, segundo Huntington, que a civilização ocidental foi o berço dos diversos conflitos entre Estados-Nação e ideologias, a exemplo das duas grandes Guerras Mundiais e da Guerra Fria. Com efeito, o fim desta última resultou no fato de que a política internacional saiu da fase ocidental e passou a ter como foco principal a interação entre a civilização ocidental consigo mesma e com as chamadas não-ocidentais.

Huntington alerta que, com esse “choque”, as relações internacionais (para ele multipolar e multicivilizacional), historicamente caracterizadas por um jogo jogado dentro da

civilização ocidental, estarão cada vez mais se tornando um jogo em que as civilizações não-ocidentais terão maior participação. Os conflitos entre grupos de civilizações diferentes serão mais constantes, mais longos e mais violentos que os conflitos entre grupos de uma mesma civilização (guerras de linha de fratura), e tenderá a mais perigosa das guerras globais, uma vez que há aumento da consciência civilizacional, ou seja, o “choque” entre o Ocidente e o resto do mundo não-ocidental, algo situado entre o Ocidente e uma coalizão de Estados islâmicos aliados com a civilização confuciana.

Mas quais seriam essas civilizações, agora atores centrais nas relações internacionais? A tipologia das civilizações huntingtonianas de base cultural obedece à seguinte sequência: Ocidental, Africana, Islâmica, Sínica, Hindu, Ortodoxa, Latino-Americana, Budista e Japonesa.

Essas civilizações respondem cada uma delas por conjuntos de elementos que dão coesão societária, sejam eles costumes, língua, tradição, história e instituições.

4 ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DE HUNTINGTON E WALTZ PARA ANÁLISE DOS “NOVOS” CONFLITOS INTERNACIONAIS

Não é de hoje que a questão da “guerra” e da “paz” tem sido um dos principais temas de estudo das Relações Internacionais, geralmente associado ao comportamento belicoso entre Estados na condução da política mundial. Mas conforme discutido acima, Huntington e Waltz trataram de afastar alguns fatores tidos como determinantes seus, como os ideológicos, econômicos e psicológicos. No entanto, mesmo que sua verdadeira compreensão ainda esteja longe de se acomodar

num consenso, uma investigação significativa sobre os conflitos internacionais pode ser conduzida dentro do próprio paradigma político, considerando os Estados como unidades políticas relevantes na política internacional.

Segundo Aron (1986), as relações internacionais, enquanto conjunto constituído por unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e suscetíveis a uma guerra geral, configuram-se como relações de forças entre Estados, pautadas na livre concorrência pelo poder. A guerra, conforme Clausewitz (1996), constituiria o extremo dessa relação na continuidade da política por outros meios⁷. Nesse sentido, a relevância da guerra como tema por excelência das relações internacionais se justificaria porque o padrão de interação entre os Estados, mesmo regido pelo “princípio da reciprocidade”, cujo direito internacional tende a estabelecer regras de solução pacífica e controversa, resulta na inexistência de um Poder Internacional coercitivamente superior, capaz de fazer com que os acordos sejam respeitados (BOBBIO, 2000).

No entanto, nas últimas décadas, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial do século passado, os enfoques sobre os conflitos internacionais têm se diversificado, pondo em “cheque” esse paradigma dominante. Hoje, pelo novo discurso teórico das relações internacionais, percebe-se, com base na observação da presença e influência dos novos tipos de atores,

⁷ A máxima de Clausewitz de que a guerra é a continuação da política por outros meios continua atual. Contudo, um outro conceito do autor alemão de Da Guerra (1996), *Schwerpunkt* (foco de esforço), interpretado atualmente pelas Forças Armadas norte-americanas como “centro de gravidade (CG), utilizado para planejamento de batalhas de larga escala, principalmente na Guerra d Iraque, tem merecido amplo e profundo debate entre especialistas e estrategistas militares, mormente após o 11 de setembro de 2001. Ver Vego, Milan, *O Schwerpunkt de Clausewitz* (2007).

que as mudanças ocorridas na estrutura produtiva, e, ainda pela posição de destaque da economia, que apenas a capacidade militar não pode ser o determinante para definir o posicionamento hierárquico entre Estados. Esta capacidade passa a ser apenas um de seus fatores explicativos, juntamente com a economia, mesmo que ainda seja algo muito discutível atualmente (SUANO, 2005). Logo, se a íntima relação entre Estado e guerra era perceptível como fato marcante para os analistas de conflitos internacionais, os desdobramentos após a Guerra Fria tornaram mais evidentes a extrema complexidade que o tema realmente exige, bem como a dificuldade de elaborar uma Teoria Política das Relações Internacionais condizente com tal desafio.

As contribuições de Huntington e Waltz para essas discussões são importantes. Huntington, em seu “choque de civilizações”, ajudou-nos a deslocar os olhares para “fatos conflitivos” “extraestatais” e para as disputas entre unidades culturais antagônicas. Sua tese encontra eco na análise dos acontecimentos percebidos sobre as guerras nos Bálcãs ou mesmo nos Estados Unidos, com a emergência do “terrorismo fundamentalista islâmico”, culminando com os atentados de 11 de setembro de 2001 (RODRIGUES, 2004).

No outro lado, percebe-se em Waltz que o problema da guerra e da paz perpassa por uma questão metodológica. Ou seja, o problema da guerra nas relações internacionais não se origina na natureza humana, mas sim pela própria estrutura política do sistema internacional, que, motivada por uma lógica “anárquica” de poder, tende a “forçar” os Estados fracos a buscar segurança com Estados mais fortes com vistas à máxima garantia de sua autonomia. É um posicionamento “neorealista”

marcadamente opositor ao liberalismo idealista e ao próprio realismo pessimista (JACKSON; SORENSEN, 2007). Waltz reivindica uma leitura acerca da guerra a partir dos fatos externos, uma vez que compreende que a mesma é incentivada pela estrutura política, social e histórica de cada Estado, vistos e compreendidos como entes que precisam cuidar de si mesmos, e, porque inspiram ao egoísmo aspirando à segurança a partir da insegurança geral (anarquia internacional), armando-se um contra o outro. Para Waltz, os Estados ainda são atores-chave do panorama político mundial.

Portanto, tanto Huntington quanto Waltz não são mutuamente excludentes analiticamente e possibilitam uma aproximação ao quadro da “nova” conflitividade, justamente porque reconhecem a complexidade que a dimensão política (e sua análise) aspira na contemporaneidade, considerando a diversidade cultural dos conflitos e sua inserção metodológica na estrutura política internacional e, nesses, aspectos, convergem com Rodrigues (2004). Segundo este autor, a análise da política internacional na contemporaneidade deve focar um olhar sobre uma “outra” conflitividade, que não pressupõe o fim do Estado como agente da violência, mas sim, o surgimento de “vetores de combate fluidos, de difícil catalogação interpretativa”. O “novo” consiste na maneira de como tratar as “outras” conflitividades, haja vista que a subsistência da guerra, mesmo sob a égide da influência pacifista de cunho liberal, remete à necessidade de análises que identifiquem uma diversidade de situações violentas (conflitos contemporâneos) uma vez que as guerras nunca deixaram de existir, mas sim, ganharam outros contornos.

Os argumentos frisados por Rodrigues (2004) são de que a anunciada emergência de uma sociedade internacional, com

base em regras e normas das relações entre as comunidades, estancou diante dos embates erigidos das estruturas político-sociais do período da Guerra Fria. Seja na África, Ásia, leste europeu, Oriente Médio etc., as guerras permanecem com suas violências e possibilidades bélicas⁸. O fim do conflito bipolar (equilíbrio do terror entre EUA e União Soviética) com o esgotamento do regime soviético e a emergência da política internacional, não abriu portas para paz. E o que é pior, como consequência, o quadro político proporcionou a produção de teorias explicativas débeis sobre os novos fenômenos da guerra, indicando uma crise de paradigmas – que de fato só existe no mundo teórico, pois as guerras reais nunca estiveram em crise.

Por outro lado, constata-se uma redução da quantidade de guerras após o pico, em 1991, como se verifica no gráfico 1.

Um dado interessante é que essa diminuição dos conflitos, sejam eles interestatais, guerras totais ou conflitos assimétricos, parece ter relação com o incremento das democracias liberais no mundo, como revelam os dados mostrados no gráfico 2.

Entretanto, o contraste ilustrativo refere-se às despesas com Defesa, que cresceram em quase todos os países, com exceção da Europa. A tabela mostra a liderança da China, da Índia, dos EUA e da Coreia do Norte. Os arsenais de guerra permanecem com a supremacia dos EUA e da China (Tabela 1).

⁸ Para uma compreensão histórica das Guerras, sugerimos o compêndio organizado por MAGNOLI, Demetrio. *História das Guerras* (2006).

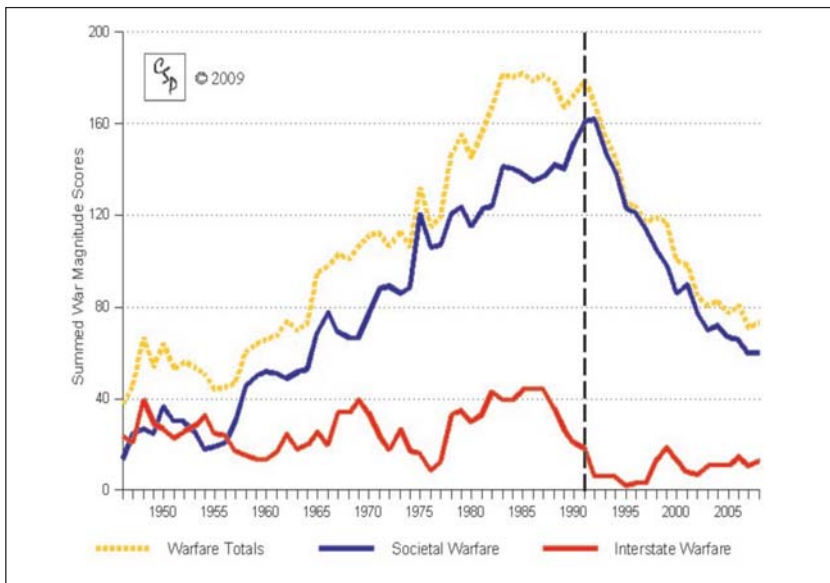


Gráfico 1 - Global Trends in Armed Conflict, 1946-2008.

Fonte: Systemic Center For Peace, 2009.

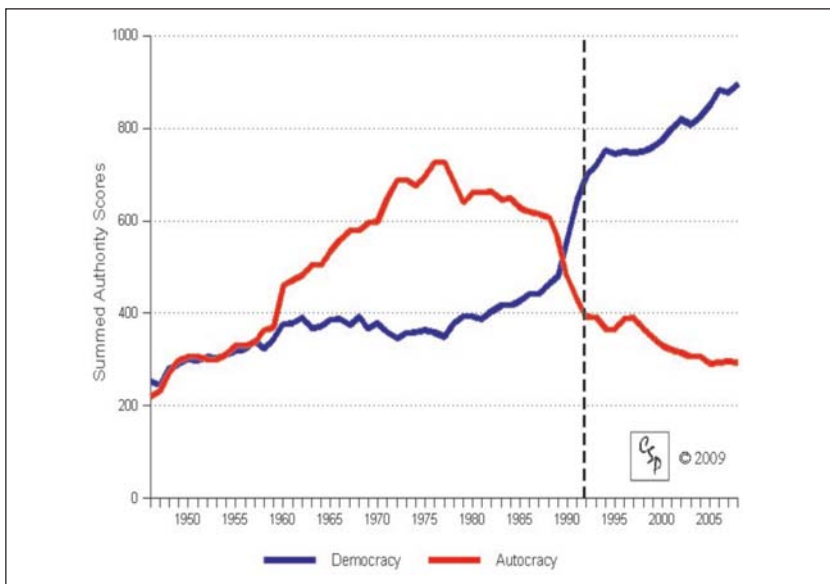


Gráfico 2 - Global Democracy and Autocracy, 1946-2008.

Fonte: Systemic Center For Peace, 2009.

Tabela 1 - Contingente militar dos países distribuído pelos continentes, com exceção da Oceania.

País	Exército	Marinha	Força Aérea	Total	Subs	Frag	Helic	Aviões
África do Sul	36.000	4.500	9.200	49.700	2	4	12	84
Arábia Saudita	75.000	15.500	18.00	92.300	-	7	12	294
Brasil	190.000	48.500	50.000	288.500	5	9	30	250
Chile	47.700	19.000	10.600	77300	4	8	20	79
China	1.700.000	250.000	400.000	2.350.000	69	42	37	2.600
Colômbia	178.000	15.000	7.000	200.000	2	-	45	57
Coreia do Norte	950.000	46.000	86.000	1.082.000	26	3	24	605
Estados Unidos	485.000	400.000	367.000	1.252.000	72	30	1.900	5.300
Índia	1.100.000	55.000	170.000	1.325.000	19	16	90	774
Inglaterra	116.000	42.300	54.000	212.300	15	20	170	450
Israel	125.000	7.600	35.000	167.600	3	-	100	680
Paquistão	550.000	25.000	45.000	620.000	10	8	28	374
Rússia	321.000	155.000	184.600	660.600	53	18	810	1.950
Síria	215.000	4.000	40.000	259.000	-	2	52	548
Venezuela	34.000	18.300	7.000	59.300	2	6	28	125

Fonte: Stockholm International Peace Research (SIPRI), 2008.

O terrorismo e o narcotráfico constituem os dois grupos de enfretamento em destaque nessa “nova” conflitividade. Hobsbawm (2007) documenta que os movimentos terroristas “são sintomas e não agentes históricos significativos” (p. 135). Especialmente a partir dos anos de 1990, esses enfretamentos marcaram os focos de tensão da política internacional. Com o fracasso soviético, os Estados Unidos e a Inglaterra elegeram um outro “inimigo”: o “terrorismo”. Seu combate é justificado pelos norte-americanos por uma série de atentados: pela explosão de um carro-bomba no World Trade Center, em Nova York, em 1994; pela declaração de uma “guerra santa” aos EUA, em 1996; e pela destruição das Torres Gêmeas e parte do

Pentágono, em 2001, todos atribuídos à Al-Qaeda, liderada por Osama Bin Laden. Diante disso, o governo George W. Bush tratou de deflagrar guerra ao “terror” em todo o globo, suscitando a autodefesa do país e a proteção dos valores democráticos e liberais (RODRIGUES, 2004).

Quanto ao tráfico de drogas ilícitas, segundo Rodrigues (2004), embora não seja tema recente (remonta desde o século XX), seu combate se destaca só recentemente. A justificativa de seu combate perpassa desde a consideração enquanto práticas sociais desviantes e perigosas, levando a problemas de segurança sanitária e pública. O proibicionismo norte-americano encontrou apoio na Europa, América e Ásia, mas só ganhou destaque relevante entre os anos 1960 e 1970, isso porque é tido como uma postura criminalizadora dos ambientes legais nacionais para os internacionais, uma vez que o consumo de psicoativos cresceu com movimentos contraculturais, impactando na saúde de muitos jovens e nos governos nacionais. O perigo se torna maior para os Estados Unidos e seus aliados quando o narcotráfico se torna subversivo, atrelando corporações ilegais gigantescas, como os cartéis. O combate a essa modalidade de crime significa enfrentar o cancro moral, político e social, que não se resume a um só grupo, região ou Estado.

Rodrigues (2004) alude à compreensão desses fatos, que não são novos, mas que merecem novos tratamentos. Há a necessidade uma *analítica internacional* capaz de dar conta dos novos processos nos quais se “materializam” os conflitos internacionais, como: as guerras descontínuas no espaço; as situações de força, que atravessam a dimensão do Estado; os grupos armados ilegais; as guerrilhas; as empresas ilícitas, como o narcotráfico, indústria bélica e de segurança; o descontrole

do porte de armas por parte dos cidadãos. A essa velocidade e fluidez das relações de poder na contemporaneidade, o autor chama de “guerras-fluxo” – instrumento analítico que busca dar respostas mais plausíveis e apropriadas a tal contexto.

Em tal contexto, a reação dos EUA deve refletir os desejos da opinião pública por uma ação enérgica e pesada militarmente, como refletido nas consequências do 11 de setembro de 2001, com a invasão do Afeganistão e do Iraque. A política externa norte-americana tem mostrado que o poder do país permanece “em fundações bastante sólidas” (MEAD, 2006, p. 202). Mead insiste que “Ao se analisar a lista de pontos de interesses, que definiu o projeto norte-americano durante a maior parte do século XX, há razões concretas para acreditar que eles permaneçam dentro do alcance dos Estados Unidos” (p. 203).

Sabe-se que a formação histórica e social de cada Estado é diferenciada, indicando que existe um grau diferenciado de autonomia e monopólio sobre o uso da força. No campo da teoria política, a autonomia do Estado é algo problemático, uma vez que tal premissa pressupõe exclusividade sobre o monopólio da força física, fato que não pode ser generalizado para todos os Estados. Não faz sentido falar em autonomia do Estado quando este possui monopólio dos meios da força, visto que no mundo real o corpo burocrático e as forças armadas (agentes estatais que controlam meios coercitivos) não estão fora da sociedade. Na verdade, a autonomia faz sentido quando governantes possuem objetivos próprios e são capazes de implementá-los, mesmo sob resistências. A autonomia do Estado depende de estudos de casos, considerando os condicionantes históricos e sociais que conduziram a relação concreta entre Estado e sociedade, especialmente as relações de poder via força e supressão de resistências, isto é, os elementos constituintes da dominação social historicamente dada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As teses de Huntington e Waltz, aqui discutidas, sobre o fenômeno da “guerra”, embora não estejam em plena concordância, em alguns pontos nos colocam problemas teóricos inovadores que podem convergir para uma aproximação dos “paradigmas” que as Relações Internacionais, enquanto campo do saber científico das ciências humanas e sociais, precisam lidar no mundo contemporâneo, ou seja, as “outras” conflitividades destacadas por Rodrigues.

O “choque de civilizações” de Huntington nos alerta para um perigo inovador na nova ordem mundial: os conflitos entre grupos de civilizações diferentes e o deslocamento do foco analítico primordialmente sobre as ideologias e a economia para a cultura ocidental e não-ocidental, no pós-Guerra Fria. Waltz, numa tentativa de enfatizar a importância de se buscar explicações para os problemas da guerra mais na estrutura política internacional e menos nos fatores de natureza humana (psicológicas ou sociológicas), contribui para vislumbrar a ineficácia dos métodos utilizados pelos pacifistas e liberais para a abordagem das relações internacionais e as proposições de soluções pacificadoras para os conflitos internacionais.

Em outras palavras, estes dois autores nos ajudam a refletir sobre as fragilidades teóricas e o enviesamento das abordagens dominantes sobre os conflitos internacionais, bem como nas controversas regras que o Direito Internacional atua na condução da “paz” mundial. Outro ponto em comum entre esses autores, é que ambos convergem na compreensão de que o Estado ainda constitui um ator relevante da política internacional e a na condução dos conflitos entre grupos de

poder no mundo atual. Mas suas teorias se colocam à margem de uma profunda compreensão e explicação dos fenômenos “novos”, conflituos, no mundo contemporâneo. No entanto, a articulação do conceito de “nova conflitividade” significando a necessidade de um enfoque analítico para o entendimento das “outras” conflitividades presentes e persistentes que desafiam a ordem mundial, a exemplo do terrorismo e do narcotráfico nos termos de Rodrigues (2004), podem complementar as contribuições de Huntington e Waltz na construção de um mosaico alternativo de compreensão e análise do fenômeno da “guerra” e da “paz”, tema caro às relações internacionais.

Talvez um dos grandes desafios postos seja encontrar um campo teórico convergente entre contextos de “guerras-fluxo” e o marco histórico-social estruturante da política internacional. Uma possível saída para esse impasse talvez seja o aprofundamento teórico e metodológico em cada enfoque analítico específico, com a preocupação em se fazer os devidos ajustes e aperfeiçoamentos epistemológicos, combinando com retornos aos marcos mais gerais de análise. Algumas pistas já foram dadas. Tanto Huntington, Waltz e Rodrigues, como analistas políticos da “guerra” e dos conflitos internacionais, não descartaram a relevância dos Estados nas relações de poder no mundo contemporâneo. Há entre eles um forte indício de que o Estado permanece uma variável relevante e dotado de certa autonomia sobre o uso da força e da coerção. No entanto, é importante considerar qual o limite e o alcance que essas teorias possuem para um olhar inovador para e pelo próprio Estado.

Talvez mais um incremento às teses expostas acima venha da análise endógena aos processos de conflito, expansão e consolidação das relações de poder dentro e pelo o próprio

Estado, explorando seus limites e possibilidades de mudança na estrutura de poder político, no formato e na composição do sistema político - o que podem ou não afetar o posicionamento da unidade política no plano internacional. Interessante seria vislumbrar como as instituições políticas estatais (governo, parlamento, judiciário, burocracia, partidos, forças armadas etc.) expandem seu campo de influência política à vida societária, aos indivíduos, ao mundo das ideias e às relações internacionais.

REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: UnB, 1986.
- BAUMAN, Zygmunt. Entrevista. *Revista Cult*, São Paulo, n. 138, ago. 2009.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- CARR, Caleb. *A assustadora história do terrorismo*. São Paulo: Prestígio, 2002.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- GRIFFITNS, Martin. *50 grandes estrategistas das relações internacionais*. Tradução Vânia de Castro. São Paulo: Contexto, 2004.
- HOBSBAWN, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- JACKSON, R.; SORENSEN, G. *Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- MAGNOLI, Demétrio (org.). *História das guerras*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MEAD, Walter Russell. *Poder, terror, paz e guerra: os Estados unidos e o mundo contemporâneo sob ameaça*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- RODRIGUES, Thiago. Além das insígnias e bandeiras: narcotráfico e as guerras-fluxo. In: MATHIAS, Meire; RODRIGUES, Thiago (Orgs). *Política e conflitos internacionais: interrogações sobre o presente*. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 143-169.
- SUANO, M. J. F. O discurso teórico nas relações internacionais. *Civitas, Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 5. n. 2, jul.-dez. 2005.
- VEGO, Milan. O Schwerpunkt de Clausewitz: mal traduzido do Alemão, mal-entendido em Inglês. *Military Review*, Forte Leavenworth, maio-jun. 2007.
- WALTZ, Kenneth. *O homem, o Estado e a guerra: uma análise teórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Capítulo 3

A EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO/INTELIGÊNCIA: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE SUAS ORIGENS

Wando Dias Miranda

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo pretende fazer uma reflexão histórica a respeito das origens e do aperfeiçoamento dos serviços de inteligência ao longo dos tempos. O uso da espionagem como instrumento de obtenção de informação e para o planejamento de ações, tanto de ataque quanto de defesa, sempre esteve diretamente ligado com a ação de Estados, reinos ou impérios, e em muitos casos, significou a ascensão ou queda dos mesmos. Assim, o entendimento dos seus mecanismos operacionais se torna indispensável para a manutenção do poder soberano dos Estados.

2 UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA

*“Todos os homens, por natureza, desejam saber.”
(Aristóteles)*

Apesar da importância que a atividade de Inteligência tem assumindo no mundo, principalmente após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América, a maioria das pessoas não conhecem as atribuições e os modos de atuação dos órgãos de Inteligência e do sistema de

produção de dados que são utilizados muitas vezes, para orientar tomadas de decisões políticas de uma Nação.

A história dos serviços de informações, inteligência e espionagem é muito antiga. Plutarco, filósofo e prosador grego do período greco-romano que viveu entre os anos de 46 d.C. a 120 d.C., escreveu na bibliografia de *Alexandre, o Grande* - que antes de invadir a Pérsia - “Alexandre costumava interrogar os viajantes que vinham de terras estrangeiras para saber detalhes a respeito de outros territórios. Estas informações foram úteis na invasão do Império Persa” (PLUTARCO, 2004, p. 31). A coleta de informações sempre é apontada como um elemento fundamental para o planejamento estratégico das ações militares e políticas dos grandes impérios ao longo dos séculos.

Ainda na Antiguidade, mesmo nos relatos bíblicos pode-se constatar o uso de práticas de espionagem e obtenção de informações para planejamento de ações estratégicas. De acordo com o Velho Testamento, “Moisés fora instruído pelo Senhor a enviar homens que espieem a terra de Canaã, que eu hei de dar aos filhos de Israel” (Números - Cap. 13, p. 113).

Nos estudos estratégicos de Sun Tzu, em *A arte da guerra*, escrito, provavelmente, no século IV a.C., tem-se um capítulo totalmente dedicado à prática da espionagem e suas aplicações no campo estratégico para obtenção de vantagens para as ações do Estado.

Dessa forma, o papel da Inteligência militar sempre esteve ligado diretamente aos interesses dos Estados ou grupos que detinham o poder. Para os romanos, o uso de espiões para obterem informações era algo tão comum quanto as guerras. Mas foi principalmente no século XX, devido à formação de dois grandes blocos de poder ideológicos, políticos e econômicos,

liderados pelos Estados Unidos da América e pela extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, período conhecido como Guerra Fria, que a atividade de obtenção de informações e produção de inteligência passa a ser visualizada mais claramente pela população.

O clima de *glamour* e a ação dos filmes de espionagem influenciaram profundamente o senso comum sobre o real papel dos serviços de informação e de suas implicações para os assuntos decisórios do Estado.

Para Cepik (2003), sistemas governamentais de inteligência consistem em organizações permanentes e atividades especializadas em coleta, análise e disseminação de informações sobre problemas e alvos relevantes para a política externa, a defesa nacional e a garantia da ordem pública de um país. Os serviços de inteligência são órgãos que assessoram prioritariamente os chefes de Estado e de governo e, dependendo de cada ordenamento constitucional, e outras autoridades da administração pública e mesmo do Parlamento.

Os serviços de inteligência não podem ser entendidos como meros instrumentos passivos da política de um governante, agentes perfeitos da vontade de seus dirigentes ou mesmo materializações de um tipo ideal de burocracia racional-legal weberiana. No entender de Weber, o “segredismo” é entendido como “uma condição indispensável a toda atividade política coerente e efetiva” (DREIFUSS, 1993, p. 76).

Antes de tudo, devemos entender as varias conseqüências desse tipo de serviço para o Estado Democrático de Direito. Estado esse baseado na legalidade do direito universal para todos os integrantes de uma dada sociedade, e assim ligado ao respeito da hierarquia das normas, da separação dos poderes e dos

direitos fundamentais. A atuação dessa atividade atinge diretamente as instituições e o próprio processo político de muitas formas e porque essas organizações têm seus próprios interesses e opiniões acerca de seus objetivos distintos. Embora o tema da intervenção dos serviços de inteligência e de segurança na vida política mais geral seja de grande interesse.

Para podermos entender melhor o uso da espionagem em nossa sociedade, é importante termos uma visão, embora breve e sucinta, do seu processo e aparecimento e evolução ao longo do tempo. Pois o mero caráter de coleta de informações não pode ser entendido como a produção de uma inteligência real e atuante, a verdadeira inteligência consiste no método de transformações dessas informações em algo realmente estratégico para um uso consciente e de ações lógicas para o Estado e o grupo de interesse.

3 O USO DA INTELIGÊNCIA NA ANTIGUIDADE

Uma das prováveis origens da guerra está no roubo. Uma vez que as tribos deixaram de ser nômades e se tornaram sedentárias, domesticando animais e plantas, passando a produzir suas próprias riquezas em um mesmo lugar, elas se tornaram prezas fáceis para grupos guerreiros nômades, que viram ali uma grande vantagem de conseguir alimentos, riquezas e mulheres. Assim, os povos sedentários começaram a organizar as primeiras fortificações visando a defesa de seu grupo, dando origem a um interminável processo de invenção de novas estratégias de defesa e conseqüentemente de um novo esforço para superá-las.

A competição e a busca por melhores condições de vida e desenvolvimento de seu grupo social estão entre os fatores

que levaram o homem à guerra. A necessidade de satisfazer suas necessidades acabou por levar esse homem que para maximizar suas vantagens, passou a criar cada vez mais novas estratégias para aumentar seus ganhos e diminuir seus prejuízos. Seja pelo desenvolvimento de novas armas de guerra e defesa, ou a formação de exércitos profissionais ágeis e bem treinados, ou pelo uso de táticas mais sutis que se baseiam na investigação prévia do poder militar do inimigo, verificando seus pontos fortes e fracos e assim criando estratégias mais eficientes para o combate. Entre elas estão o uso da espionagem para fins de coleta de informações e algo que é fundamental, a análise crítica e objetiva dessas informações coletadas, levando a todas variáveis possíveis em conta para a elaboração de planos estratégicos mais eficientes para cada situação.

A historiografia é rica em relatos dos grandes feitos pelos grandes generais e líderes da antiguidade. Todos apoiados por magníficos exércitos e grandes estratégias, como Ciro, o Grande (590/580? a.C. 529 a.C.). Iniciador da dinastia dos aquemênidas, Ciro funda o Império Persa em 539 a.C., quando conquista o vizinho Império Babilônio, na região que hoje é o Iraque. Considerado mestre da estratégia militar, organiza um exército eficiente, que utiliza a tática de assalto, com arqueiros montados e maciço combate de soldados. Somando-se a essa máquina de guerra, havia uma grande rede de espionagem que o mantinha informado de todas as ações de seus inimigos e sobre o que acontecia em sua corte.

Outro grande general dos campos de batalhas foi Leônidas (491 a.C. e 480 a.C.). O rei de Esparta e seus guerreiros que durante três dias seguraram o exército persa no desfiladeiro de Termópilas, num ato que custou a vida aos trezentos

espartanos e mais um elevado número de baixas de aliados que estavam com ele naquela batalha, permitindo assim que a Grécia se preparasse para o verdadeiro combate levando à derrota o império Persa na batalha de Platéia no ano de 479 a.C. quando cerca de 40.000 soldados gregos de infantaria, incluindo atenienses, espartanos e forças de outras cidades gregas, liderados pelo general Pausânias, enfrentaram os 100.000 soldados de Mardônio, general persa. Nesse caso, a estratégia de Leônidas foi perfeita, uma vez que sua análise do território, dos pontos fortes e dos pontos fracos de seus homens e do exército persa, o levou a escolher o terreno mais adequado para seus planos.

Sua estratégia só tinha um ponto fraco, que foi revelada quando Efiálfes, um pastor de ovelhas da região que conduziu o exército de Xerxes por um caminho que contornava o desfiladeiro e cercou o exército de Leônidas levando a sua derrota. O interessante na narrativa de Heródoto é percebermos o papel decisório de um agente local no campo de combate. Mesmo não sendo um combatente, Efiálfes leva o exército de Xerxes à vitória entregando apenas uma informação que foi decisória para a vitória do Grande Rei Persa.

Nessa lista, não podemos deixar de mencionar Alexandre, o Grande, rei da Macedônia, com sua magnífica falange macedônica armada com as mortíferas sarissas (lanças de 4 metros de altura) e defendida pelos flancos por uma cavalaria ligeira que fazia o cerco ao inimigo.

O pai de Alexandre, Filipe II, foi o monarca que modernizou o exército macedônico, transformando-o numa máquina de guerra sem igual naquele momento. Contudo, foi Alexandre, conhecido como o pai da logística militar, que levou

o exército da Macedônia e seus aliados até os confins do mundo conhecido, como também, soube manter um império gigantesco sobre suas ordens. Alexandre sempre foi um mestre na obtenção de informações sobre os adversários e no planejamento de ações definitivas no campo de combate, o que hoje, modernamente chamamos de guerra cirúrgica.

Durante a batalha da Queroneia, contra os tebanos, Alexandre percebeu a importância moral que o Batalhão Sagrado tinha para o exército tebano e levou sua carga de cavalaria para ataque preciso e definitivo, quebrando assim a vontade de lutar dos tebanos e demonstrou o que seria conhecido como uma de suas principais características no campo de combate, a aniquilação total do inimigo, ou mais modernamente, a guerra psicológica, possibilitando assim, uma vitória mais rápida sobre Tebas. Essa decisão só foi tomada porque Alexandre sabia o valor simbólico desse batalhão para os tebanos, pois já havia questionado várias pessoas sobre o modo de ação das forças militares gregas.

Aníbal de Barca, general cartaginês e destacado tático e líder militar, ficou conhecido por seu desempenho na Segunda Guerra Púnica contra os romanos. Essas guerras consistiram numa série de três conflitos que opuseram a República Romana e o Império de Cartago, cidade-estado fenícia, no período entre 264 a.C. e 146 a.C. (GARRAFONI, 2006).

Aníbal foi o responsável por infligir aos romanos as derrotas mais humilhantes em sua história republicana e de demonstrar o poder da tática do ataque surpresa em solo inimigo quando o mesmo estava completamente desprevenido para uma resposta de defesa. Aníbal levou seu exército por uma marcha forçada e perigosa durante o inverno pelos Pireneus, Ródano e

Alpes italianos. Não se atemorizava perante os obstáculos que se colocavam em seu caminho tanto a natureza como os seus inimigos. Segundo a história, levava consigo ao longo de todo o trajeto os seus elefantes. Quando chega a terras italianas, o seu exército está reduzido e para fortalecê-lo, faz aliança com guerreiros gauleses, no sentindo mais amplo do dito popular, “o inimigo de meu inimigo, é meu amigo”.

Aníbal sabia como era a organização militar romana, sabia como eles pensavam, e organizou seu exército de forma tão perfeita que derrotou o exército romano em três oportunidades decisivas. Não se atreveu a assediar Roma com um exército pouco numeroso, mas invadiu e ocupou a cidade de Cápua. Sua campanha militar só não teve o sucesso absoluto, pois acabou sendo traído pelo senado de Cartago.

Nessa mesma época romanos interceptaram uma carta do general cartaginês Asdrúbal, que estava no norte da Itália, ao seu irmão Aníbal, que estava no sul. Sabendo a localização das forças de Asdrúbal, os romanos puderam atacá-lo e derrotá-lo antes que se reunisse com Aníbal. Nesse caso, se Aníbal tivesse recebido os reforços, Cartago teria vencido Roma (GARRAFONI, 2006, p. 69).

Os ensinamentos estratégicos de Aníbal foram utilizados de forma decisiva durante o planejamento da Operação Tempestade do Deserto, durante a Primeira Guerra do Golfo, em 1991. O general norte-americano Norman Schwarzkopf, durante uma entrevista coletiva, expressou ter utilizado as estratégias do general cartaginês para surpreender o exército iraquiano. Aníbal foi brilhante, pois sabia agir com inteligência e astúcia após a análise das informações colhidas previamente antes das grandes batalhas.

E o grande estrategista militar Julio César e suas legiões travando grandes batalhas da Gália, onde em *Commentarii de bello gallico* (“Comentários sobre a guerra gálica”), consagrando-o como um excelente historiador e líder militar do seu tempo.

Mesmo tendo esses homens vivido em momentos históricos distintos, e terem seus próprios estratagemas na hora de definir suas ações para os combates, todos se utilizaram de espionagem e inteligência na hora de formularem suas estratégias.

Temos várias referências ao uso da espionagem na Bíblia, mas é nos cinco livros de Moisés do Velho Testamento, especialmente em Números, que podemos visualizar essa prática. No capítulo 13 de Números temos a seguinte ordem de Deus:

E falou o Senhor a Moisés, dizendo: Envie homens que espiem a terra de Canaã, que eu hei de dar aos filhos de Israel, de cada tribo de seu país enviarei um homem, sendo cada qual maioral entre eles (Números - Cap. 13, p. 113).

Nessa passagem podemos observar a importância dada ao envio de agentes externos para obtenção de informações ou cargos de confiança privilegiados para antecipar ações do adversário, ou mesmo para observação das riquezas das terras desejadas, isso fica bem evidente no decorrer do texto, nos versículos 18 e 19 do mesmo capítulo. Nele podemos observar os objetivos específicos dos homens selecionados para essa tarefa:

18 - e vede que a terra é, e o povo que nela habita; se é forte ou fraco; se pouco ou muito;

19 - e qual é a terra que habita, se boa ou má; e quais são as cidades em que habita, se em arraiais, se em fortalezas (Números - Cap. 13, p. 113).

O papel nesse caso da espionagem é o levantamento de informações sobre os pontos fortes e os pontos fracos do adversário, suas riquezas e qual a melhor estratégia a ser utilizada para a conquista territorial futura. Bons planejamentos necessitam de boas informações sobre os objetivos a serem conquistados.

4 INTELIGÊNCIA VERSUS INFORMAÇÃO NA GUERRA

Deve-se fazer uma distinção sobre o que é inteligência e o que é informação. Assim, o conhecimento “informação” pode ser definido como uma série de dados coletados e organizados de um modo significativo, analisados e processados. Agrega-se valor a esse produto, avaliando sua pertinência, qualidade, confiabilidade e relevância, procurando-se integrá-lo a uma saber anterior em nível de comparação com a atual realidade. A partir desse ponto, começa o trabalho da inteligência, que através de um processo metodológico próprio, tem por finalidade gerar hipóteses, sugerir ações e soluções e servir de auxiliador dos processos decisórios.

Vaistsman (2001, p. 18) define informação como: “fenômeno conhecido, fato, dado ou acontecimento, algo que está estritamente ligado ao passado e não ao futuro. Na verdade, o que se espera da informação é um quadro de conhecimentos coerente”.

Dessa forma, podemos deduzir que a “informação” é a matéria-prima da produção da “inteligência”. A “inteligência” são informações já processadas, onde seu valor estratégico é analisado para servir de apoio a planejamentos decisórios futuros. Assim, uma boa inteligência deve ser capaz de antecipar e até mesmo prever ações futuras baseadas em valores lógicos colhidos com uma boa rede de informações sobre o que se quer.

Podemos aqui, novamente trazer para debate as ações feitas no levantamento de informações e a produção posterior de informações na obra de Plutarco sobre a vida do conquistador macedônico Alexandre, o Grande.

Alexandre sempre foi bastante curioso sobre as coisas que o cercavam. Seu pai incumbiu um dos homens mais sábios de sua época, Aristóteles, de educá-lo. Alexandre aprendeu as mais variadas disciplinas: retórica, política, ciências físicas e naturais, medicina e geografia, ao mesmo tempo em que se interessava pela história grega e pela obra de autores como Eurípides e Píndaro.

Plutarco nos conta que em certa ocasião, quando Alexandre ainda era uma criança, um representação da Pérsia foi enviada à Macedônia para negociações com seu pai Felipe II:

Um dia, recebeu alguns embaixadores do rei Pérsia, enquanto Felipe estava ausente. Fez-lhes boa acolhida, encantou-os com sua gentileza e com suas perguntas, que nada tinha de infantis nem fúteis; informou-se acerca da distância entre a Macedônia e a Pérsia, das rotas que conduziam às províncias da alta Ásia; perguntou como o rei se comportava em guerra, e quais eram a força e o poder dos persas. Chegou a causar tanta admiração aos embaixadores que esses partiram convencidos de que a tão gabada habilidade de Felipe nada era em comparação com a vivacidade de espírito e as visões superiores de seu filho (PLUTARCO, 2004, p. 17).

Nessa passagem de Plutarco, o que fica evidente é a capacidade de indagação de Alexandre aos visitantes, capacidade essa que será utilizada durante o planejamento de sua invasão ao Império Pérsia anos mais tarde. Alexandre coletava o que hoje chamamos de inteligência econômica,

regional ou estratégica. Uma das principais fontes de informações de Alexandre era justamente o questionamento de viajantes e caravanas que vinham do oriente. Baseado nessas informações, o gênio estrategista de Alexandre planejava as ações futuras de seu exército.

Um dos principais motivos “do triunfo de Alexandre foi levar ao campo de batalha uma força combatente aguerrida, composta de guerreiros tribais pessoalmente à monarquia macedônica; mas ele também dividiu o Império Persa em partes, atacando seus pontos fracos e explorando suas dissensões internas” (KEEGAN, 2006, p. 26).

Mas de todos os impérios da Antiguidade, o Império Romano foi um dos que mais se utilizaram da inteligência militar e da espionagem. Cercada por inimigos por todos os lados, os quais poderiam tanto se aproximar de suas fronteiras por terra quanto pelo mar, a *polis* romana precisava ser defendida por um sofisticado complexo de fortificações e um exército móvel e flexivo, que não tinha nenhum pudor em se apropriar das melhores armas, tecnologia ou estratégia de inimigos vencidos em combate, para aprimorar sua força de combate.

No auge de seu poderio militar, os dirigentes romanos preferiam a defesa ativa à passiva (guerras preventivas/guerras de conquistas) e mantinham vigorosas forças de combate em pontos estratégicos de suas fronteiras, geralmente a certa distância das fronteiras e não em seus limites e linhas de abastecimento. Foi somente quando o Império Romano entra em sua fase de declínio, e os exércitos das nações ao seu redor começam a crescer é que as fronteiras internas passam a ser reforçadas. Nesse momento o exército romano deixa de ser uma força ofensiva e vira uma força defensiva.

Mas ao analisarmos os pontos que influenciaram tanto a ascensão, quanto o declínio do Império Romano, podemos constatar que os romanos dedicavam grande atenção à coleta de informações sobre o que acontecia tanto além como em suas próprias fronteiras. Um exemplo dessa ação é dado por Julio César durante sua campanha na Gália, de abril de 58 a.C. e finalizadas durante a primavera de 52 a.C., quando, após um cerco de dois meses, César apodera-se da Alésia e aprisiona Vercingetórix, líder dos gauleses.

A conquista a Gália foi fruto do “melhor uso de informações e do poder bélico superior de suas legiões, Ele (César) se dedicou com afincos a reunir dados econômicos e regionais” (KEEGAN, 2006, p. 27). Analisando de forma objetiva e crítica os pontos fortes e os pontos fracos dos gauleses, suas virtudes e fragilidades, suas provisões e capacidade de resistência, dessa forma:

Acumulou conhecimento etnográfico pormenorizado sobre as características e as dissensões tribais de seus adversários, os quais utilizou impiedosamente para derrotá-los. Além dessas informações estratégicas, no entanto, César elaborara um sistema de inteligência tática altamente desenvolvido, usando unidade de batedores de alcance curto e médio para fazer reconhecimento até trinta quilômetros adiante do corpo principal em marcha, a fim de espionar o território e a disposição militar do inimigo durante o prosseguimento da campanha. Um princípio importante era o acesso imediato e direto a sua pessoa de que gozavam os líderes dessas unidades (KEEGAN, 2006, p. 27).

Com certeza César não foi o inventor do sistema de inteligência romano, que já vinha se desenvolvendo após centenas de anos de experiências em campo de batalha. Uma

prova disso pode ser constatada no livro *Commentarii de bello gallico* durante sua campanha na Gália no século I a.C., no qual podemos observar a existência de um grande número de termos para distinguir as categorias de tropas de reconhecimento: *procursores*, que eram responsáveis pelo reconhecimento a pequenas distâncias imediatamente à frente das forças militares em marcha; os *exploratores*, batedores de longas distâncias, responsáveis em entrar no território inimigo e fazer um levantamento dos exércitos inimigos e dos possíveis riscos para a campanha; e também os *speculatores*, responsáveis pela espionagem de dentro do território inimigo, elaboravam relatórios que serviriam de base para o planejamento da campanha que seguiria.

Os romanos também dispunham de uma grande rede de informantes locais (*índices*), que normalmente eram estrangeiros corrompidos com promessas de riqueza, prisioneiros de guerra, desertores e civis sequestrados.

Mas o uso dessa estratégia não é apenas visto quando falamos em ações no *front* das ações de guerra, ela pode ser observada de forma mais sutil quando falamos de uma das atividades onde a possibilidade de obtenção de informações pode ser melhor desenvolvida, a diplomacia.

5 A DIPLOMACIA E A EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESPIONAGEM

O surgimento dos sistemas nacionais de inteligência, para atuarem tanto na guerra quanto na paz, está associado a um cadenciado processo de atividades relacionadas à obtenção de informações para municiar as decisões de um Estado. Entre os processos que possibilitaram a construção de uma rede

internacional de coleta de informação, temos a diplomacia, as ondas migratórias e o comércio global como alguns dos principais meios de obtenção de informações sobre o exterior.

Antes do século XVI, as representações diplomáticas ocorriam de forma esporádica, sem representações fixas nos países, em virtude muitas vezes da dificuldade de comunicação e das longas distâncias. As relações diplomáticas permanentes só se tornaram comuns na Europa entre os séculos XVI e XVII, época das grandes navegações e de uma maior circulação de pessoas por novas rotas comerciais, e serviam tanto para a representação e a negociação dos interesses dos Estados quanto para a obtenção de informações.

Foi somente em meados do século XVII que as três grandes potências européias da época (Inglaterra, França e Espanha) passaram a contar com arquivos diplomáticos organizados e utilizáveis para a recuperação de informações. As chancelarias também começaram a coletar novas informações, tanto ostensivamente como por meios encobertos (CEPIK, 2003, p. 82-83).

Na Inglaterra da rainha Elizabeth I, em 1573, o Lord Francis Walsingham foi nomeado secretário de Estado, e uma de suas atividades mais importantes passou a ser a coleta e o controle do que era chamado então de *the intelligence*. O termo não significava apenas a provisão de informações importantes sobre as potências europeias (especialmente sobre as atividades do rei Felipe III da Espanha e sua frota) ou conspiradores internos que ameaçaram o reinado da Rainha (como os jesuítas e outros perseguidos com base no *Treason Act* de 1351), mas incluía também um suprimento regular de notícias internacionais e informações sobre os principais acontecimentos daquela época.

É importante destacar que grande parte das informações eram oriundas das observações do dia-a-dia das nações ou das intrigas dos bastidores das cortes. Nessa época não existia uma definição clara do que era uma informação confidencial e outra pública, portanto em algumas situações os governos tendiam a ver toda informação sobre a população, a administração e os recursos do país como propriedade do rei, portanto secreta em alguma extensão.

Os governos consideravam aceitável que seus embaixadores residentes em outros países tentassem obter aquelas informações por todos os meios disponíveis, inclusive recrutando espiões e interceptando clandestinamente mensagens de terceiros. [...] as redes de agentes controladas quase pessoalmente pelo secretário de Estado continuaram a existir muito depois da morte de *Sir* Walsingham em 1590, tanto sob Cromwell como depois da restauração e da Revolução Gloriosa (1688), indicando que as atividades de inteligência eram tidas como necessárias à afirmação da autoridade do Estado nacional emergente e não meramente um capricho dos diferentes regimes políticos (CEPIK, 2003, p. 83).

Juntamente com o aumento das atividades da diplomacia no mundo, outro fato que contribuiu para facilitar a coleta de informações na Europa e no mundo, foi o aparecimento dos serviços de correio, dando origem a um novo tipo de comunicação baseada no uso de cifras e códigos secretos de escrita (criptografia) para proteger as comunicações entre as chancelarias e suas embaixadas. Com isso, surgiram os primeiros serviços especializados na interceptação clandestina e decodificação dessas correspondências, as “câmaras negras” (*black chambers*) para onde eram desviadas as correspondências

de interesse dos governos para serem copiadas antes de seguir seus destinos. Nessas câmaras, grupos de criptoanalistas formados por matemáticos e linguistas tratavam de desvendar os segredos das mensagens que haviam sido capturadas na forma cifrada. Já àquela época, os governos ocupavam-se em construir sistemas criptográficos seguros, ao mesmo tempo em que se capacitavam na arte de quebrar os códigos de seus adversários. Tarefa essa que será indispensável em tempos de guerra.

Hoje, muitos países mantêm organizações de inteligência subordinadas aos seus Ministérios de Estado destinadas à coleta e à análise de informações que servirão de bases para tomadas de decisões. Esse é o caso do *Bureau of Intelligence and Research* (INR) do Departamento de Estado Norte-americano, que faz parte do sistema de inteligência do governo dos Estados Unidos, destinado a receber informações coletadas por outras agências e fazer as análises para o secretário de Estado. E nessa categoria de agências de inteligência podemos citar outras. São exemplos desse tipo de organização a *Central Intelligence Agency* (CIA), nos EUA. O *Secret Intelligence Service* (SIS) da Inglaterra. O *Direction Générale de la Sécurité Extérieure* (DSGE) da França; o MOSSAD (que literalmente quer dizer Instituto) de Israel, o *Sloujba Vnechnoi Razvedki* (SVR) da Rússia, e a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) no Brasil.

No Brasil o serviço de informação vai ter uma lenta evolução deste o Governo Washington Luís com o Conselho de Defesa Nacional (CSN), passando pelo Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência (SFICI) e o Serviço Nacional de Informação (SNI) até chegar à ABIN. Nesse sentido, os serviços de inteligência devem ser entendidos como órgãos do

Poder Executivo que trabalham prioritariamente para os chefes do Estado visando dar a ele um melhor assessoramento para suas decisões. Mas ao longo da história do Brasil, podemos observar que essa “missão” nem sempre foi o norte do serviço de informação brasileiro.

Em nossa história mais recente, a atividade de inteligência é vista com muito receio, e até medo em alguns casos, devido a um passado ligado a ascensão de Estados autoritários no Brasil e na América Latina, onde essa atividade comumente é relacionada a ações coercitivas e de tortura.

Hoje a atividade de inteligência no Brasil é regulamentada pela lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999 que criou a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN). De acordo com o art. 2º desta lei, define-se a atividade de inteligência como:

Inteligência pode ser definida como a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos, dentro e fora do território nacional, sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.

À ABIN, como órgão central do processo de obtenção, análise de dados, é atribuída a missão de planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência e contra-inteligência do país, de modo a assessorar o presidente da República com informações de caráter estratégico.

6 CONCLUSÃO

Como podemos observar, sempre foi uma questão de sobrevivência para os Estados criar mecanismos de obtenção de informações que auxiliem nos projetos políticos, econômicos e militares das nações. Essa busca por informações é uma atividade quase tão antiga, e está diretamente ligada com a sobrevivência de um grupo humano, povos, tribos, nações e impérios. Daí podermos tirar um rápido proveito de um ditado popular que reflete muito bem essa problemática: “conhecimento é poder”.

O poder de fato vem da possibilidade de anteciparmos as ações do inimigo e estarmos preparados para respondê-las de forma clara e objetiva, e saber o que se quer e saber como chegar até lá. Para isso, informações são importantes, mas acima de tudo, a capacidade de análise dessas informações de forma imparcial e lógica é o marco que vai ajudar de forma decisiva para a elaboração de uma estratégia vencedora.

Um exército pode até ser o melhor aparelhado em termos bélicos, mas sem um sistema de inteligência competente e atuante, sua força de nada adiantará, pois não saberá agir. Um exército bem armado é o corpo, mas os serviços de inteligência são o cérebro de qualquer ação militar bem planejada.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Priscila. *SNI e ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros no século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

Bíblia Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida, revista e corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BOBBIE, Norberto. *Estado; governo; sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CEPIK, Marco. *Sistemas nacionais de inteligência: origens, lógica de expansão e configuração atual*. 2003. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/dados/v46n1/a03v46n1.pdf> Acesso em: 17 out. 2008.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CLAVEL, James. *A arte da guerra/Sun Tzu*. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DREIFUSS, René. *Política, poder, Estado e força: uma leitura de Weber*. Petrópolis: Vozes, 1993.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula, 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GARRAFONI, Renata Senna. Guerras púnicas. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). *História das guerras*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 47-75.

HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

KAUFFER, Rémi. ABC da KGB. *Revista História Viva*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 30-31, fev. 2004.

KEEGAN, John. *Inteligência na guerra: conhecimentos do inimigo, de Napoleão à Al-Qaeda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PLUTARCO. *Alexandre, o Grande*. Tradução de Hélio Veiga. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

SUN, Tzu; SUN, Pin. *A arte da guerra*: edição completa. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VAITSMAN, Hélio S. *Inteligência empresarial*: atacando e defendendo. Rio de Janeiro: Interciências, 2001.

WEINER, Tim. *Legado de cinzas*: uma história da CIA. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Capítulo 4

PENSANDO A NOÇÃO DE FRONTEIRA: UM OLHAR A PARTIR DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA¹

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

INTRODUÇÃO

Considerando que a problemática das fronteiras políticas perpassa um campo multidisciplinar, as discussões empreendidas pela Geografia, e especialmente pela Geografia Humana, podem contribuir para o enriquecimento do debate sobre o tema a partir da perspectiva socioespacial de análise. É com base nessa premissa que o presente artigo busca apresentar a pertinência de categorias trabalhadas pela ciência geográfica para a discussão da noção de fronteira.

Com essa intenção, são apresentados, inicialmente, elementos que fundam a noção de fronteira, levando em conta a definição de alguns autores das ciências sociais, de maneira a perceber pontos comuns e complementares relacionados ao sentido daquela noção. Em seguida, procura-se apresentar as categorias recorrentemente trabalhadas pela Geografia – espaço, paisagem, região, território, rede e lugar – associando-as à discussão das fronteiras políticas e justificando a pertinência

¹ O presente trabalho contou com o apoio financeiro da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), como parte do projeto de pesquisa intitulado *Ajustes espaciais em faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: dos dilemas espaciais à defesa do território*, coordenado pelo Prof. Dr. Jadson Luís Rabelo Porto, da Universidade Federal do Amapá.

de uso dessas mesmas categorias para compreender a problemática atual que envolve essa temática no contexto do espaço regional amazônico.

Ao final, são apresentados elementos para um diálogo interdisciplinar da Geografia com as demais ciências sociais, bem como, questões para investigação, envolvendo as categorias geográficas mencionadas no texto e relacionando-as a algumas das preocupações que envolvem a questão da fronteira na Amazônia.

A NOÇÃO DE FRONTEIRA

Diversas têm sido as definições de fronteira no âmbito de estudos geográficos e fora dele. Para a melhor compreensão dessa noção, alguns autores serão aqui considerados como ponto de partida para abstrair sentidos que se tornam comuns a respeito da ideia de fronteira no âmbito das ciências da sociedade.

Ramoneda (2006), por exemplo, assim aborda a questão:

As fronteiras marcam um dentro e um fora, um nós e os outros. As fronteiras são de muitos tipos: físicas, políticas, culturais e também psicológicas. Uma fronteira cria um espaço interior que pretende ser homogêneo e deliberadamente diferenciado do exterior. Porém, as fronteiras são, também, barreiras invisíveis que se interpõem entre os homens, inclusive entre as suas relações pessoais (RAMONEDA, 2006, p. 6).

Nessa consideração, alguns atributos se fazem presentes, a saber: diferenciação, homogeneidade, barreiras, subjetividades. Para além de uma abordagem objetiva, portanto, que sugere diferenciação socioespacial e que separa realidades mais ou menos homogêneas por meio de barreiras, a fronteira sugere

igualmente o sentido de subjetividade, que envolve relações pessoais.

Alguns desses elementos são também mencionados por Martin (1992), que arrola outros e chama atenção para o alcance multidisciplinar da noção de fronteira:

Espaço que “separa dois povos”... Um recorte de natureza horizontal, em que a geografia e o direito cobrarão em nossa tradição acadêmica um papel preponderante... Tem cabido a geógrafos e juristas a tarefa de “construção” das fronteiras. Os primeiros procurando reconhecer no terreno as diferenciações mais significativas, tanto em termos de espaço “físico” quanto “humano”; os segundos esforçando-se por eliminar qualquer ambiguidade em termos de competência político-administrativas e legais exercidas em cada território. Em compensação, economistas e cientistas políticos têm-se apresentado como os principais “demolidores” de fronteiras, quer na defesa de uma circulação cada vez maior e mais rápida... quer na busca de sistemas de governos ideais e igualmente válidos para toda a humanidade (MARTIN, 1992, p. 12).

Estão presentes nas considerações de Martin (1992), atributos como separação, diferenciação, competência político-administrativa, circulação e unidade. As fronteiras, sem dúvida, pressupõem separação entre territórios de jurisdições formais distintas, e implica em competências político-administrativas de um ou de outro Estado. Ademais, revelam processos de circulação, que comunicam países distintos, a exemplo de fluxos de pessoas e de mercadorias, e anunciam, ao mesmo tempo, o sentido de unidade e de diferenciação.

De forma não muito diferenciada, mas chamando atenção para outros elementos de igual importância, Foucher (2006) considera a noção de fronteira referindo-se aos:

...Limites políticos entre dois Estados contíguos: esta descontinuidade é uma instituição estabelecida por decisões políticas e regida por textos jurídicos. Linhas de divisão de soberanias, elas demarcam territórios regidos por uma soberania estatal, formando o quadro da atribuição e da transmissão de uma nacionalidade, de uma cidadania como ligação jurídica de um Estado a sua população constitutiva. Não há identidade sem fronteira (FOUCHER, 2006, p. 12).

Nessa definição, são arrolados os seguintes elementos: divisão/limites políticos, descontinuidade/contiguidade, soberania, nacionalidade e identidade. Funcionando como pares dialéticos, a ideia de contiguidade e de descontinuidade demonstra duas dimensões que envolvem os espaços de fronteira, aqueles da unidade, no plano das relações notadamente de natureza material, que indica proximidade, mas que, no plano legal e político-administrativo, e, portanto, da soberania dos Estados, são tratados como sendo diferenciados. Daí a ideia de limites e de divisão como uma marca importante na noção das fronteiras, posto que esta remete a nacionalidades distintas, não obstante à identidade, muitas vezes, de natureza histórica, geográfica e cultural, que sugere a unidade desses mesmos espaços.

Atributos	Sentidos
Diferenciação	<i>identidade, nacionalidade</i>
Coesão	<i>homogeneidade, unidade</i>
Separação	<i>limites, barreiras, descontinuidades, divisão</i>
Competência	<i>jurisdição político-administrativa, soberania</i>
Complementaridade	<i>circulação, contiguidade</i>

Quadro 1 - A noção de fronteira e seus sentidos

Elaborado pelo autor.

Com sentidos muitas vezes paradoxais, a questão das fronteiras políticas entre nacionalidades distintas tem suscitado discussões que se apresentam como verdadeiros convites a um olhar interdisciplinar sobre o tema. Nesse debate, a ciência geográfica também se faz presente com uma leitura relativamente particular por meio de categorias recorrentemente trabalhadas na perspectiva socioespacial; daí a nossa preocupação neste momento em revisitá-las, de forma a mostrar a pertinência das mesmas para o diálogo interdisciplinar a propósito desse tema.

A QUESTÃO DAS FRONTEIRAS E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE EM GEOGRAFIA

De início, faz-se importante considerarmos o que se está chamando de categorias de análise nas ciências sociais. Segundo Silva (1984), as categorias são formas ou modos do ser. Como entes ideais concebidos pela razão, assumem a condição de entidades lógicas que determinam a existência e as modalidades ontológicas da realidade social. Para o mesmo autor, do ponto de vista do método, são universais abstratos que se transformam em universais concretos pela práxis. Diferentemente do pensamento filosófico, no qual as categorias, enquanto determinantes da existência, assumem amplo grau de generalidade (ex: essência, aparência, singular, particular etc.), nas ciências em particular, elas ganham um sentido mais específico, como no caso da Geografia, em que a ideia de singular, por exemplo, está associada à categoria lugar, a de particular à de região, e a de aparência à de paisagem.

Ainda para Silva:

É importante considerar que a categoria filosófica determina o conteúdo dos conceitos que são utilizados por um autor, entendendo o conceito como uma representação do objeto pelo pensamento, por suas características gerais. O conceito difere da definição que é a determinação da compreensão de um conceito (SILVA, 1984, p. 92).

Tais considerações nos remetem à importância das categorias científicas para a uma dada interpretação do real, tendo em vista o seu papel na elaboração das definições e também dos conceitos. Aqui não serão tratadas essas duas últimas dimensões do pensamento científico, mas aquilo que determina seus conteúdos no âmbito da ciência geográfica.

Na trajetória do pensamento geográfico, algumas categorias têm sido recorrentemente utilizadas, dentre elas pode-se mencionar: o espaço, a paisagem, a região, o território, a rede e o lugar. A intenção de retomar essas categorias se justifica pela importância que elas assumem na discussão da temática das fronteiras políticas.

A primeira categoria a ser considerada, o espaço, vem sendo tratada pelos geógrafos e pensadores contemporâneos como uma dimensão da realidade social. Essa premissa coloca desde logo a categoria espaço como inserida no pensamento social. É assim que Lefebvre (1974), por exemplo, considera o espaço: como sendo uma realidade que não pré-existe à sociedade. Trata-se de uma dimensão da sociedade que resulta das relações estabelecidas por esta última. Em outros termos, as sociedades produzem espaços a partir dos atributos que a natureza lhes dispõe. Ao mesmo tempo, esse produto, que resulta das relações sociais, define também condições de

reprodução dessas mesmas relações; razão pela qual, além de produto, o espaço é também, condição (pressuposto de reprodução social) e meio (forma por intermédio da qual a sociedade também define a sua existência).

Assim sendo, o espaço não é anterior às sociedades humanas, mas uma dimensão de suas relações. Essa argumentação também é considerada por Santos (1986), que chegou a identificar o espaço como uma das instâncias da sociedade e, nessa condição, tendo o mesmo grau de importância daquelas outras dimensões já tratadas pelas ciências da sociedade (a instância econômica, a política e a ideológico-cultural). Não sendo anterior à sociedade, constitui uma realidade que contém e está contida em um mundo de relações, indicando sua natureza relacional (HARVEY, 1980). Não é base, portanto, de acontecimentos, de eventos, mas integrante de uma totalidade social.

Essa condição faz Santos (1996) considerá-lo como forma e conteúdo, ao mesmo tempo compondo um conjunto indissociável de sistemas de objetos (as formas espaciais) e de sistemas de ações (os conteúdos sociais). É nessa perspectiva que a ideia de fronteira deve ser compreendida. Não se tratam simplesmente de limites naturais e/ou artificiais que definem a fronteira na perspectiva geográfica, mas igualmente de relações que fazem esses mesmos limites ou divisões entre países adquirirem o sentido de espaços social e historicamente produzidos. As fronteiras são, portanto, criações humanas que definem recortes político-administrativos espacializados. Como formas-conteúdo, elas resguardam demarcações no presente, mas que resultam de relações históricas construídas entre sociedades diferenciadas do ponto de vista cultural, político e econômico.

Tratam-se, desse modo, de limites oficialmente reconhecidos em relação a duas ou mais formações socioespaciais, no sentido atribuído a esse termo por Santos (1982). Destarte, a formação socioeconômica de uma dada realidade tem também uma dimensão espacial que se expressa, dentre outras maneiras, por meio de contornos territoriais, nos quais as fronteiras assumem papéis relevantes.

Ultrapassa-se, assim, a ideia de paisagem, outra categoria muito utilizada na ciência geográfica e tratada por Santos (1988) como uma expressão fenomênica do espaço. Como exteriorização das relações, a paisagem nem sempre revela os conteúdos que dão conta do entendimento do espaço como totalidade. A dimensão da paisagem, sem dúvida está presente nos espaços de fronteira, sendo ela, inclusive, que faz com que cidades fronteiriças possam, algumas vezes, apresentar, pelo menos do ponto de vista do que é visível, marcas diferenciadas do espaço no momento em que se cruzam os limites políticos entre países, como no caso do Oiapoque (Amapá, Brasil) e Saint George (Guiana Francesa) (fotos 1 e 2).

As paisagens tendem a revelar formações socioeconômicas e culturais diferenciadas. Em espaços fronteiriços, as paisagens, notadamente as artificiais, manifestam espacialmente marcas culturais não só diferentes como desiguais, ainda que contíguas. É lícito considerar, todavia, que as paisagens nem sempre dão conta de mostrar a unidade socioespacial que caracteriza a dinâmica das fronteiras. Isso acontece, em grande parte, pela formalidade com que são tratadas do ponto de vista político.



FOTO 1 - SAINT GEORGE (GUIANA FRANCESA): a arquitetura define na paisagem a presença e o contato da cultura francesa na fronteira do Brasil com a Guiana (Foto: Márcio Amaral, 2008).



FOTO 2 - OIAPOQUE (BRASIL): a precariedade dos assentamentos urbanos como expressão na paisagem de um aspecto da formação social brasileira (Foto: Márcio Amaral, 2008).

Entretanto, para além da dimensão da paisagem, por meio da qual a separação entre dois mundos distintos ganha visibilidade, a formação socioespacial das fronteiras precisa ser tratada de maneira não fragmentada do ponto de vistas das relações. Em outros termos, há uma forma-conteúdo a ser considerada no estudo das fronteiras que nos leva a pensar esses espaços também como uma totalidade.

Os limites formais das formações socioeconômicas dos Estados-Nação não coincidem necessariamente com os limites das relações que conformam a coesão político-administrativa de seus territórios. É nesse sentido que as fronteiras, muito mais que limites daquelas formações, tornam-se acessos e pontos de contato entre culturas e mundo aparentemente diferenciados.

É nessa mesma preocupação que outra categoria geográfica, a região, parece revelar sua importância. Como expressão da particularidade de uma dada formação socioespacial, o reconhecimento das regiões tem sempre levado em conta a ideia de diferenciação do espaço a partir de uma escala intermediária, situada entre o singular e o universal. Identificar regiões do ponto de vista geográfico significa, em grande medida, buscar certas regularidades que reconhecem uma dada diferenciação de áreas em um contexto mesoescalar.

Tendo em vista essa intenção, a região é resguardada por limites menos visíveis em contextos intranacionais e mais visíveis quando da sua inserção em nível internacional, como no caso amazônico, ainda que do ponto de vista da dinâmica socioespacial tais limites sejam, em grande medida, arbitrários. Mesmo considerando uma produção social do espaço que ultrapassa os limites das fronteiras políticas, há uma tendência de delimitar as regiões dentro de marcos político-administrativos que configuram uma sorte de integridade geográfica do Estado-Nação.

É dessa forma que no caso amazônico a integração regional ao restante do País e o controle do espaço por parte do Estado pressupôs considerar o binômio *desenvolvimento e segurança*. Esses dois elementos foram mobilizados, em diferentes momentos, tanto no plano do discursivo quanto no plano das práticas geopolíticas do Estado brasileiro. Buscava-se levar em conta os limites políticos dessa região face aos demais países sul-americanos que se inseriam na continuidade do domínio da floresta amazônica. Como construção social, a região tende a acompanhar, portanto, os contornos político-territoriais do Estado-Nação.

Nesse caso, as fronteiras políticas sempre foram vistas como os limites da região, limites estes de uma dada particularidade socioespacial a ser resguardada no interior da formação territorial brasileira. Foi sob essa perspectiva que se deram as estratégias territoriais de integração da Amazônia. Isso significa dizer que, muito mais que revelar a região, como formas-contéudo, as fronteiras políticas tendem a particularizar apenas formalmente os recortes regionais, negando as extensões das formações socioespaciais para além dessas mesmas fronteiras.

Não se trata aqui de considerar apenas a unidade fisiográfica em que se assenta o conceito de região natural, como no caso da Pan-Amazônia, mas, sobretudo, de tratar a formação socioespacial para além dos limites legais *ipso facto* como delimitadores de um dado quadro regional historicamente construído. Essa perspectiva sugere redefinições de fronteiras políticas, como aconteceu aquando da incorporação do atual Estado do Acre ao território brasileiro.

A compreensão de processos dessa natureza pressupõe considerar outra categoria geográfica que também ajuda a entender a noção de fronteira: o território. Os territórios requerem esforços constantes para serem estabelecidos e mantidos. Com a simples circunscrição de coisas no espaço ou em um mapa, ou mesmo com a identificação de locais, áreas ou regiões, não se cria ou reconhece necessariamente um território, posto que a existência deste requer ação e controle de um determinado espaço e de todos os seus atributos (SACK, 1986, p. 19).

Para Sack (1986), o território pode ser usado para conter ou restringir, bem como para excluir. E os indivíduos que exercem o controle não precisam, por sua vez, estar dentro do território ou próximo dele. Para o mesmo autor, o controle de uma área, como um meio de controlar coisas e/ou pessoas, pode ser feito de maneiras diversas, explícita ou implicitamente presentes na organização espacial.

Estas considerações invocam uma relação trinitária para entender o território. A rigor, o território pressupõe a correlação de forças entre agentes diferenciados, no qual o espaço exerce uma mediação. Há, portanto, uma tríade a ser considerada, conforme indica Raffestin (1993): agente-espaço-agente. A simples relação agente-espaço, se pudéssemos abstrair uma relação isolada desse tipo, não define *a priori* uma territorialidade, mas simplesmente uma espacialidade, ou seja, a dimensão espacial do conteúdo social.

Preocupado em compreender o território como categoria geográfica, Roncayolo (1986 e 1990) acentua a questão da identidade inerente a mesma. Mostra, por exemplo, que o sentido da territorialidade é essencialmente coletivo, dependendo mais do tipo de relação que se estabelece entre os indivíduos e grupos,

que propriamente a ligação direta aos lugares. Nesse sentido, as territorialidades tendem a expressar certa coerência, o estatuto e a expectativa de indivíduos ou grupos.

Por isso, a territorialidade não deixa de ser:

um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente delimitados, que assumem características distintas e podem ser considerados, pelo menos em parte, como exclusivos de quem os ocupa e de quem os define (SOJA apud RONCAYOLO, 1986, p. 263).

É essa natureza da categoria território que faz com que ela seja uma das mais associadas à noção de fronteira. Normalmente relacionadas ao poder político, as fronteiras identificam territórios formalmente configurados, aqueles dos Estados-Nação, e sugerem, de forma recorrente, as estratégias de gestão e de proteção; daí a presença militar e os incentivos ao povoamento como garantia de segurança em espaços fronteiriços.

Mas a noção de território não se confunde com a espacialidade do Estado-Nação, posto não ser este a única fonte de poder e de definição de territorialidades. Há outras escalas a ser consideradas em que as territorialidades se manifestam. Grupos sociais diversos também se colocam como fontes de poder. Nos espaços de fronteira isso se mostra muito evidente, a exemplo do controle do tráfico em zonas de intensa circulação que comunica diferentes países limítrofes, assim como a presença de grupos e sociedades nativas, cujas existências antecedem à formação do Estado-Nação. Nesse caso, tais sociedades e grupos podem estar territorializados dentro das circunscrições formais ou ainda ultrapassar tais circunscrições, espacializando-se por dois ou mais países.

Com efeito, além das formalidades territoriais que definem espaços de soberania de um ou outro Estado, a Geografia das Fronteiras sugere a discussão da natureza multidimensional do poder e, igualmente, de suas múltiplas territorialidades, que não se reduzem a uma natureza política, mas que se expressam igualmente com base em identidades culturais e simbólicas, implicando a existência de múltiplos territórios em diferentes escalas.

Nesse caso específico, o território assume um significado para além do controle político, expressando diferenças histórico-culturais espacializadas que identificam a demarcação de espaços por grupos ou sociedades diversas e não necessariamente organizadas em forma do Estado moderno, a exemplo das sociedades tidas como tradicionais que habitam as zonas de fronteira e que, por meio do território, expressam suas diferenças culturais.

Ademais, para além do Estado-Nação, a categoria território, no sentido geográfico do termo, permite considerar a existência de múltiplos recortes espaciais, inclusive aqueles de caráter informal, ilegal e/ou subjetivo, que levam em conta a complexidade das sociedades, de suas existências e de suas relações de poder com o espaço. Em situações específicas, conforme já mencionado, desdobram-se, inserem-se e sobrepõem-se às territorialidades formais.

Essas relações, que muitas vezes ultrapassam a formalidade e a legalidade, nos remetem à mobilização de outra categoria para o entendimento dos espaços fronteiriços. Diretamente ligada à ideia de fluxos, a categoria rede, hoje bastante utilizada em estudos geográficos, ajuda a compreender a organização espacial de uma dada realidade no sentido da

relação que se estabelece entre fixos e fluxos (SANTOS, 1996). A rede articula pontos (nós) fixos e descontínuos no território por meio de fluxos (movimento de pessoas, de mercadorias e de informações).

Na discussão das fronteiras, essa categoria de análise ganha expressão com o processo de globalização. A fronteira, que sugere descontinuidade do ponto de vista do território político do Estado-Nação, ao mesmo tempo possui uma natureza de continuidade e contiguidade. Isso se dá tanto do ponto de vista da extensão física, quanto das extensões das relações econômicas e das trocas simbólicas e culturais, que são comumente mobilizadas e dinamizadas tendo em vista a existência de circuitos de caráter formal ou não.

A presença dos circuitos inferior e superior, tratados por Santos (1979) no interior da economia urbana, também se fazem presentes nos espaços de fronteira. A existência de redes técnicas organizadas e instaladas pelos Estados favorece a fluidez de circuitos tidos como superiores, que se caracterizam pelo volume de capitais e por uma estrutura organizacional mais burocrática, mas é inegável a existência de circuitos outros que fogem a esse perfil, notadamente aqueles configurados pela circulação de mercadorias contrabandeadas que põem em xeque o caráter estritamente formal e legal dos espaços de fronteira.

É nesse sentido que se pode falar que a intensidade de fluxos presentes nos contatos entre dois países fronteiriços não é necessariamente revelada por uma correspondente de igual densidade de sistemas de fixos, configurando-se, assim, uma espécie de “invisibilidade” de uma densidade de relações que aí se fazem presentes. A categoria rede, nesse sentido, e na forma com que vem sendo tratada no âmbito da ciência geográfica,

pode, em grande parte, ajudar a revelar essa especificidade da dinâmica espacial das fronteiras.

Ela se soma àquela categoria anteriormente tratada, a da paisagem, que se mostra insuficiente para a compreensão da dinâmica da circulação nas fronteiras políticas; tal é a dinâmica de fluxos de naturezas diferentes, que inclui aqueles do circuito superior da economia, marcado pela formalidade (foto 3), e os do circuito inferior da economia, marcado pela informalidade (foto 4).

Por fim, outra categoria muito utilizada pela geografia nos dias atuais e que também ajuda a entender a dinâmica geográfica das fronteiras é a de lugar. Definido como espaço caracterizado por relações imediatas, pela proximidade social e pelo reconhecimento mútuo, o lugar traz subjacente o sentido do vivido e se volta para as dinâmicas geográficas das microescalas. Não se trata aqui de considerar a *escala cartográfica* de análise, medida por parâmetros matemáticos, que definem extensões físicas, mas daquilo que se tem chamado de *escala geográfica*, reconhecida por meio de relações sociais. No caso do lugar, a *escala geográfica* diz respeito às proximidades das relações cotidianas (de vizinhança, de parentesco, de amizade, de comunidade etc.) e às experiências imediatas dessas mesmas relações cotidianas mediadas pelo espaço vivido.

Dessa maneira, para além das formações socioespaciais que definem os recortes de um país ou de um Estado-Nação, há relações outras, expressões de contatos imediatos, que nos reportam ao sentido de identidade vinculada ao espaço de vivência e de reprodução social. Tratam-se de espaços de coabitação, de copresença, assim como de possibilidades diversas de convivências que se sobrepõem às formalidades políticas e às intenções de desconhecimento do outro.



FOTO 3 - BRASILÉIA, ACRE – a presença de caminhões com transporte de mercadorias expressa os circuitos mais formais da circulação na fronteira Brasil-Bolívia (Foto: Saint-Clair Trindade Jr., 2006).



FOTO 4 - OIAPOQUE, AMAPÁ – a presença de canoas e pequenos barcos revela a existência de outros fluxos, mais relacionados a um circuito inferior da economia, que se estabelecem na fronteira do Brasil e Guiana Francesa (Foto: Márcio Amaral, 2008).

As comunicações aqui se dão também como trocas culturais e simbólicas em espaços formalmente diferentes, mas que se caracterizam como pontos de contato com o outro e que findam por definir híbridos de culturas, de histórias, de temporalidades e de espacialidades, expressos, por exemplo, nas práticas de comunicação bilíngue como parte de estratégias de sobrevivência e de experiências sociais diversas. As redes configuradas nesse sentido expressam sua riqueza menos pela densidade técnica do lugar que pela densidade de sociabilidades, existências e experiências de grupos e culturas, que fazem parte das trocas simbólicas e culturais da vida cotidiana nesses espaços de contatos.

É por meio dessas categorias que múltiplas dimensões da dinâmica geográfica da fronteira podem ser interpretadas. Tais categorias se apresentam tão somente como possibilidades de leitura e de interpretação desses espaços, que se caracterizam pelas múltiplas dimensões da vida social e que, por isso mesmo, permitem e induzem a um diálogo interdisciplinar.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Nossa preocupação aqui foi a de mostrar as múltiplas possibilidades de leitura e de interpretação dos espaços de fronteira, caracterizados pelas várias dimensões da vida social. Cabe-nos agora relacionar essas múltiplas possibilidades a um diálogo interdisciplinar das questões concernentes às fronteiras. Trata-se de um exercício proposto, sobretudo, às ciências da sociedade, mas que em hipótese alguma se limita a elas. Outras possibilidades podem também ser construídas com outros campos disciplinares.

O diálogo inicial aqui sugerido se refere ao sentido de contiguidade/ descontinuidade, unidade/descontinuidade, sobretudo com a História, a Sociologia e a Economia, mobilizando para isso a categoria espaço como realidade social e historicamente construída; ou, ainda, por meio da noção de paisagem cultural, tendo em vista as ideias de identidade, de homogeneidade e de descontinuidade cultural, à maneira como são tratadas tanto pela Antropologia e Sociologia, quanto pela Psicologia.

A região, como espaço particular de uma dada formação histórico-econômica, abre amplas possibilidades de interpretação e de estudos sobre a fronteira com a Economia, com a História e com a Ciência Política. Isso pode ser feito levando-se em conta atributos como homogeneidade, unidade, separação, barreiras, divisão e descontinuidade. De igual forma, o Direito, a Ciência Política e a Antropologia podem mobilizar, junto com a Geografia, a categoria território no entendimento de competências político-administrativas, de soberanias, de identidades, de nacionalidades, de barreiras e de divisões políticas que envolvem a dinâmica espacial da fronteira.

Temas relacionados ainda à circulação, à contiguidade e à descontinuidade podem ser bem interpretados por meio da categoria rede, mobilizando conhecimentos junto com a Economia, o Direito e a Ciência Política. E, por fim, os sentidos de identidade, de nacionalidade e de homogeneidade podem ser retomados por meio da categoria lugar para interpretar a fronteira com conhecimentos também fronteiriços no âmbito de ciências como a Antropologia, a Psicologia e a Sociologia.

CATEGORIA	SENTIDO	NOÇÃO DE FRONTEIRA	PRINCIPAL DIÁLOGO INTER-DISCIPLINAR
Espaço	<i>Dimensão material da sociedade configurada territorialmente</i>	<i>Contiguidade Descontiguidade Unidade Descontinuidade</i>	<i>História Sociologia Economia</i>
Paisagem	<i>Formas e objetos dispostos no arranjo territorial imediatamente captados pelos sentidos.</i>	<i>Identidade Homogeneidade Descontinuidade</i>	<i>Antropologia Psicologia Sociologia</i>
Região	<i>Espaço diferenciado e particularizado historicamente pela relação homem/natureza e situado em escala intermediária entre o universal e o singular</i>	<i>Homogeneidade Unidade Separação Barreiras Descontinuidade Divisão</i>	<i>Economia Ciência Política História</i>
Território	<i>Espaço delimitado e controlado por e partir de relações de poder de natureza econômica, política e /ou simbólico-culturais</i>	<i>Competência Político-Administrativa Soberania Identidade Nacionalidade Barreiras Divisão</i>	<i>Direito Ciência Política Antropologia</i>
Rede	<i>Sistema de fluxos (movimentos) e fixos (nós) que definem uma dada organização espacial</i>	<i>Circulação Contiguidade Descontinuidade</i>	<i>Economia Direito Ciência Política</i>
Lugar	<i>Espaço imediato de vivências coletivas e individuais, sociais e subjetivas definidas pelo sentido de reconhecimento, de pertencimento e de proximidade física e social</i>	<i>Identidade Nacionalidade Homogeneidade</i>	<i>Antropologia Psicologia Sociologia</i>

Quadro 2 - Possibilidades de mobilização de categorias e de diálogo interdisciplinar.

Elaborado pelo autor.

A utilização dessas categorias, em conjunto com a ciência geográfica, pode ser pensada ainda a partir de um conjunto de questões que se fazem pertinentes aos espaços de fronteira e que apresentamos aqui como sugestões de investigação, tomando como referência o espaço amazônico e considerando, respectivamente, as categorias espaço, paisagem, região, território, rede e lugar:

- a) Que diferenças e semelhanças as políticas públicas, em nível estadual, apresentam face aos espaços fronteiriços naquelas unidades da federação integrantes da região amazônica e que fazem limites com países vizinhos?
- b) Que expressões de hibridismo e de diferença se manifestam nas paisagens fronteiriças, sobretudo naquelas configuradas nas cidades gêmeas localizadas em países da Pan-Amazônia?
- c) Nas diversas propostas de regionalização dos estados amazônicos, qual o tratamento dado aos espaços de fronteira como caracterizadores de realidades em transição e definidoras de particularidade sub-regionais?
- d) Como as políticas públicas federais e estaduais têm considerado as diversas formas de territorialidade em áreas de fronteiras?
- e) Qual o perfil e a importância do circuito inferior e superior, formal e informal da economia em espaços de fronteira da Amazônia brasileira com os países vizinhos?

- f) Que especificidades, do ponto de vista das interações socioculturais, do sentido de identidade e dos espaços imediatos de vivência, são manifestadas em zonas de fronteira, considerando a pluralidade de agentes sociais presentes notadamente nas populações tradicionais?

São questões que de forma alguma esgotam a temática de estudo, mas que se apresentam como verdadeiras possibilidades de investigação e como um convite a estudos interdisciplinares que se voltam para realidades complexas e dinâmicas como aquelas dos espaços de fronteira existentes na região amazônica.

REFERÊNCIAS

- FOUCHER, M. Frontières et géopolitique. In: DÉPARTEMENT DE RHÔNE. *Frontières : images de vies entre les lignes*. Lyon: Aedelsa Editions, 2006. p.11-18.
- HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- MARTIN, A. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1992.
- RAFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMONEDA, J. En el laberinto. In: DÉPARTEMENT DE RHÔNE. *Frontières : images de vies entre les lignes*. Lyon: Aedelsa Editions, 2006. p. 6.
- RONCAYOLO, M. Território. In: *Enciclopédia Einaudi: região*. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986. v.8. p. 262-90.
- RONCAYOLO, M. *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard, 1990. (Collection Folio/Essais).
- SACK, R. D. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979. (Coleção Ciências Sociais).
- SANTOS, M. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988. (Col. Geografia: Teoria e Realidade, 16).
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. (Col. Geografia: Teoria e Realidade, 25).
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, A. C. Categorias geográficas. *Orientação*, n. 5, São Paulo, p. 92, out. 1984.

Capítulo 5

SANTO ANTÔNIO DE GURUPÁ: A BASE LUSITANA NO SETENTRIÃO AMAZÔNIDA

Alexandre M. de Lima

1 BRETÕES E BATAVOS EM SOLO AMAZÔNIDA

O objetivo do *paper* é analisar o Forte de Santo Antônio de Gurupá dimensionando sua relevância histórica para a ocupação das terras ao extremo norte do Brasil no século XVII em direção a Belém do Grão-Pará.

A criação de redutos fortificados nas terras amazônicas advém ora da necessidade de conter os furiosos assaltos dos nativos, ora para deter as investidas de outras nações européias, e outras mais para dominar pontos dos rios onde a “[...] disposição topographica facilitava a acção do fisco” (VIANNA, 1905, p. 228). Algumas fortificações não passariam de pequenos postos avançados de registro, outras, de modestos redutos; estas, não teriam a glória de ser perenizadas como naquelas em que presidiu um sistema construtivo mais sólido.

Nas correspondências oficiais datadas de 1616 a 1700 (ANAIS, 1968), observa-se a importância do rendoso comércio de especiarias nas terras do extremo norte do Brasil, principalmente de cravo, canela, cacau e baunilha. Ao redor das fortalezas, que garantiam a segurança e o domínio territorial, a Coroa incentivava o cultivo e a extração destes produtos, como se pode perceber em carta régia, datada de 1 de dezembro de 1667 (ANAIS, 1968, p. 67), onde era revogada provisão anterior

que proibia aos governadores e ministros de justiça a fazerem agricultura, servindo, assim, de exemplo e estímulo aos demais moradores, principalmente para o cultivo de baunilha e cacau; a carta também dispõe que os nativos empregados nas culturas receberiam por seu trabalho.

Em outra correspondência, datada de 19 de setembro de 1676, a Coroa dá conta das cobranças que se hão de fazer sobre as drogas descobertas no Grão-Pará; exceções não seriam feitas nem aos religiosos dos conventos, salvo ordem expressa do Rei. Na mesma carta, relativo às baunilhas, é solicitado o envio da “[...] mayor quantidade dellas por ser um dos gêneros que podem dar grandes avansos a meus vassallos, e aos direitos Reaes [...]” (ANAIS, 1968, p. 64). A 2 de Dezembro de 1684, *El Rey*, em missiva endereçada ao governador Francisco de Sá e Menezes, mandaria fazer honras e mercês àqueles moradores que, com cuidado e indústria, cultivassem o cacau e a baunilha do Pará ao Maranhão. Observa-se então que o comércio de especiarias, ao lado da escravização do nativo, era grande gerador de divisas econômicas para a Ibéria, bem como para os comerciantes holandeses, ingleses e franceses que se estabeleceram na Região Amazônica no início do século XVII.

É fato apurado pela historiografia que bretões e batavos precederam os lusitanos na colonização das terras do Pará. Com efeito, desde a última década do século XVI, ingleses, franceses e flamengos iniciaram o processo de reconhecimento do litoral, desde as “Guyanas á boca do Amazonas” (REIS, 1993), comercializando com os índios e procurando fixar feitorias e pequenos núcleos coloniais. Já no primeiro decênio do século XVII, conforme salienta Vianna (1905), os batavos já possuíam dois fortes, o Orange e o Nassau, ambos na margem esquerda

do rio Xingu, afluente meridional do Amazonas, com a finalidade de salvaguardar os lugarejos por eles fundados e suas respectivas plantações. O bom trato para com os *brasis* proporcionava aos holandeses não só resistência eficaz contra qualquer surpresa, como também mão-de-obra para trabalho em suas lavouras. A pulverização das posições estrangeiras na Região Amazônica não se caracterizava, comenta Reis (1993), por maiores objetivos militares, contudo, estes construíaam fortificações por não desprezarem tais preocupações.

Tais fortificações deveriam ser simples e provisórias, levantadas de acordo com os limitados recursos dos colonizadores. Já no ano de 1610, salienta Vianna (1905), os batavos também viviam em feitorias e postos fortificados na margem esquerda do Amazonas, entre o Jary e Macapá, região denominada de Tucujus. As incursões holandesas ao norte do Brasil eram frequentemente financiadas por homens ricos e politicamente influentes, como Jan de Moor, um burgomestre¹ de Flessingue que capitaneava uma companhia destinada a explorar a colonização do Amazonas. A Figura 1 é referente a um detalhe extraído do mapa confeccionado nas oficinas de João Teixeira Albernaz, por volta da metade do século XVII, de acordo com informações de Bento Maciel Parente. O mapa em tela mostra o arquipélago do Marajó, pontuando os locais das fortificações estrangeiras arrasadas pelos portugueses – destacadas com círculos tracejados – e pequenos núcleos urbanos. Através do mapa é possível observar a província dos Tucujus, à direita, local do posto avançado dos holandeses.

¹ Nos países baixos, burgomestre era um cargo administrativo equivalente ao de prefeito.



Figura 1 – Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará, século XVII. Detalhe da configuração do arquipélago marajoara, no delta amazônico. Observe a província dos Tucujus, à direita. Destaque para as fortificações inglesas e holandesas derrubadas pelos portugueses

Fonte: Alunorte (1995)

No ano de 1615, imediatamente após a restauração do Maranhão, o pernambucano Alexandre de Moura é notificado pelos franceses que já se avolumava o trabalho de holandeses e ingleses na região do Rio das Amazonas, contando os primeiros com mais outra fortificação à margem direita do Amazonas, em paragem denominada de Mariocay, posteriormente batizada de Gurupá. As invertidas inglesas em solo amazônica

recrudescem, explana Vianna (1905), após Jacques I, então Rei da Inglaterra, conceder, a 28 de agosto de 1613, cartas patentes a Robert Harcourt, sir Thomas Challoner e John Roverson do território compreendido entre o Amazonas e o Essequibo. Posteriormente, a concessão da patente seria renovada pelo mesmo rei em benefício do primeiro concessionário.

Ao ter ciência dos estabelecimentos ingleses e holandeses na região do Amazonas, o capitão-mor Alexandre de Moura envia do Maranhão à foz do Amazonas uma comitiva chefiada por Francisco Caldeira Castelo Branco a fim de deitar fora os estrangeiros que por lá houvesse, e restabelecer a soberania territorial lusitana na região. A 12 de janeiro de 1616, Castelo Branco e sua comitiva chegam às terras da futura Santa Maria de Belém do Grão-Pará, cuidando tão brevemente de edificar um recinto fortificado para o abrigo do contingente ibérico: o forte do Presépio.

Com a chegada da expedição de Caldeira Castelo Branco inicia-se a colonização da Região Amazônica, de forma lenta, porém, gradativa, tão permeada pelos choques com os nativos, quanto pelo esforço despendido para a total expulsão dos insistentes e belicosos franceses, ingleses e batavos. Como suporte de suas ações, contariam os portugueses com várias fortificações construídas não só como auxílio à resistência armada lusitana contra os aguerridos invasores, mas também para fiscalizar a rentável atividade extrativista dos colonizadores ibéricos.

2 A CONQUISTA DAS TERRAS DE GURUPÁ

Em 1623, chega a Belém do Grão-Pará o capitão Luiz Aranha de Vasconcellos, com a responsabilidade de sondar o rio das Amazonas e nele, segundo Berredo (apud VIANNA,

1905), reconhecer todas as posições ocupadas por holandeses e demais invasores europeus. O próprio Capitão-Mor do Pará, Bento Maciel Parente, dirigia em pessoa a expedição. Mesmo com suas posições fortificadas, quedam então os fortes flamengos de Nassau e Orange, à margem do rio Xingu. Comenta Reis (1993) que também cai a feitoria de Cajary, onde Maciel Parente havia iniciado a construção de um reduto fortificado, logo destruído pelos batavos.

Outras posições holandesas foram perdidas, pela entrega aos portugueses, dos fortes de Muturu e Mariocay, na margem direita do Amazonas. Expulsos os batavos, os lusitanos, sem guarnições suficientes que lhes garantissem as posições recém-tomadas, arrasaram ambos os fortes, prosseguindo na luta contra o inimigo em outros encontros fluviais. Ainda em 1623, diz Vianna (1905), sob as ruínas do extinto forte Mariocay, Maciel Parente levanta então uma fortaleza, denominada Santo Antônio de Gurupá, que serviria de origem à cidade do mesmo nome. Para guarnecer o novo forte, o capitão-mor destaca 50 soldados e indígenas de seu contingente, deixando-os sob o comando de Jerônimo de Albuquerque. A fortaleza de Gurupá passaria a ser o posto ibérico mais avançado na região do Amazonas.

A vila estabelecida nas imediações da fortificação, segundo Baena (1904), assentava-se na margem austral do Amazonas, quase completamente voltada para o ocidente. O terreno, plano e elevado, distava aproximadamente três braças acima da preamar e nas cheias, tomava forma de península, já que os igarapés Guajará, que fluía junto à fortaleza, Hiumaci e Jacupi inundavam as áreas circunvizinhas ao povoado, deixando apenas uma estreita faixa de terra pela qual se caminhava rumo ao interior.

A primeira rua, aberta paralela ao rio, contava inicialmente com “*casas palhaçadas*”, segundo palavras de Baena (1904), distribuídas de forma irregular ao longo da via. Esta, denominada Santo Antônio, principiava em um porto, passava na frente de uma pequena ermida – a Matriz de Gurupá – e terminava na Fortaleza. Abriu-se posteriormente uma segunda rua, denominada de São José, que iniciava nos restos da antiga aldeia holandesa de Mariocay e findava no largo adjacente à fortaleza, onde se achava o pelourinho. O largo fronteiro ao forte, elemento característico da ocupação lusa, funcionaria por muito tempo como vetor da expansão da vila de Gurupá.

Com economia baseada no trabalho rural, a pequena Villa de Gurupá desenvolver-se-ia de forma muito lenta. Em 1842, o então Tenente Coronel d’Artilheria, Antônio Ladislau Monteiro Baena (1904, p. 329), ao visitar Gurupá, registraria em sua *Informação* que a humildade dos edifícios, despidos de ornamentos e o “[...] trato muito abaixo da média dos seus habitantes [...]”, mostrava-se incompatível com os recursos naturais disponíveis, com a relativa antiguidade de fundação da Vila, e por estar localizada em principal passagem para o comércio com o interior.

3 FORTE DE GURUPÁ: RESISTÊNCIA ARMADA E RECONSTRUÇÕES

A fortaleza de Santo Antônio de Gurupá desempenharia papel fundamental não só para a fixação populacional na vila de mesmo nome, como também na luta contra holandeses e ingleses, pois em muitas ocasiões, serviria como base operacional das tropas portuguesas. Em 1629, o capitão britânico Roger North adentra pelo Amazonas com dois vasos de guerra e

soldados de reforço para vingar a perda do forte holandês do Torrego² para as tropas lusas comandadas por Pedro da Costa Favella e Pedro Teixeira. Travou-se um forte canhoneio, sendo o desembarque britânico energicamente repellido pelos lusitanos.

Em 1639, aparece nas imediações do forte de Gurupá, um patacho³ holandês munido de uma bateria de 20 canhões. A embarcação deliberadamente permanece fora do alcance das baterias de canhão do forte com nítida intenção de evitar a refrega. Esta, segundo Vianna (1905), era a derradeira expedição holandesa ao Vale Amazônico enviada pela Companhia das Índias Ocidentais. O forte de Gurupá, à época, estava sob o comando de João Pereira Cárceres. O capitão-mor, percebendo a ardilosa manobra do vaso holandês, embarca em lanchas e canoas com parte de sua guarnição e, inadvertidamente, toma de assalto a embarcação. Este seria o último revés batavo nas águas do Amazonas.

Os franceses também incursionaram pelas proximidades de Gurupá, como demonstra correspondência oficial datada de 2 de fevereiro de 1686, endereçada a Gomes Freire de Andrade, então Governador do Grão-Pará, onde a Coroa informa sobre invasões francesas na Região do Marajó, não muito distante da fortaleza de Gurupá, precisamente na “[...] nas terras dos Aroans [...]” (ANAI, 1968, p. 84), fazendo escravos este gentio já domesticado pelo período de paz. É ordenada então providência contra a entrada dos invasores.

² A denominação da fortificação é deveras controversa. Arthur Reis denomina o forte de Torrego. Arthur Vianna, a seu turno, o denomina Taurege, citando que *Torrego* seria uma corruptela.

³ Antigo navio a vela, de mastreação constituída de gurupés e dois mastros: o de vante, mastro de brigue, e o de ré, mastro de lúgar, com velas de entremastros.

Ao fim de cinquenta anos de resistência armada, o forte de Gurupá encontrava-se em ruínas, deixando a região exposta ao ataque dos invasores. Tal situação gerou uma série de representações à Metrópole. O governador do Grão-Pará, Arthur de Sá Menezes, foi o primeiro a solicitar a reconstrução da fortaleza em tela, seguido do engenheiro Manoel Guedes Aranha, em nome da Junta de Negócios do Estado, e posteriormente Gomes Freire de Andrade, sucessor de Sá Menezes no Governo da Capitania. Contudo, somente no governo de Antônio de Albuquerque Coelho e Carvalho é que se voltou a tratar do assunto.

Em missiva régia endereçada ao Governador, datada de 19 de fevereiro de 1691, O rei ordena a reconstrução da fortaleza de Gurupá, “[...] fazendo que se alargue pello desenho que tem feito o Engenheiro, visto como quase todo se acha arruynado [...]” (ANAI, 1968, p. 101). O engenheiro ao qual a missiva refere-se era o supracitado sargento-mor engenheiro Manoel Guedes Aranha, que viria, conforme salienta Tavares (2000), a trabalhar na praça da Vila de São Jorge de Macapá, projetando a defesa, com a disposição de um pentágono regular.

A fortaleza de Gurupá seria reconstruída na forma expressa pelo documento, estabelecendo-se então, uma guarnição permanente de 25 homens a fim de manter uma povoação estável junto ao forte, permitindo que os soldados fossem rendidos amiúde, evitando, assim, que se deslocassem de Belém ao Forte de Gurupá com toda a família. O ato régio de 1691 não só manteria a fortaleza por muito tempo, como ponto de defesa e registro da navegação do estado, mas também como posto de arrecadação de lucros advindos do extrativismo, como é possível perceber em correspondência régia de 18 de outubro de 1690, onde o Rei dispõe que os dízimos do cravo e mais drogas extraídas dos sertões fossem pagas na fortaleza de Gurupá (ANAI, 1968, p. 98).

Sob o prisma da política colonizadora e expansionista lusitana, a fortaleza de São José de Gurupá proporcionaria ao diminuto povoado um novo tónus para seu crescimento. A edificação, no entanto, motivada mais pela incúria e desleixo dos administradores, tornaria ao estado de ruínas passado meio século de sua reconstrução.

Em 1760, o governador do Grão-Pará Manoel Bernardo de Mello e Castro, incita a reconstrução da fortaleza, e para tanto, envia a Gurupá, no ano seguinte, o major de engenheiros Gaspar João Geraldo Gronsfell, integrante da primeira Comissão de Demarcação do Tratado de Tordesilhas, e recém chegado a Belém. Segundo relato de Gronsfell, este a encontrara “[...] toda arruinada de tal sorte que as paredes estão todas para cair e assim me parece que, quando ficasse detraz d’estas paredes terra plena não hão de soffrer o peso d’esta terra e mais as peças com os reparos” (VIANNA, 1905, p. 236). Somando-se a isso, diz o engenheiro que, como o terreno era pequeno, era difícil fazer “alguma cousa boa”.

Gronsfell conceberia duas plantas, uma da antiga fortificação com os devidos reparos, e outra de um novo edifício, remetendo-as à apreciação do governador, acrescentando, porém, que considerava supérfluo o gasto com uma nova fortaleza, pois que na posição que esta ocupava, e com os elementos que poderia dispor, não seria capaz de suportar um ataque. Mello e Castro decide então pela reconstrução da dita fortaleza, com o acréscimo de uma nova muralha exterior. Tendo Gronsfell determinado o que se deveria realizar, passa então a direção da obra ao italiano Domingos Sambuceti⁴, que posteriormente, a mando do governador, faria um detido exame nas fortalezas de Santarém e de Almeirim.

⁴ A historiografia também cita o nome do engenheiro italiano como Domingos Samocetti.

As obras iniciaram orientadas por Sambuceti, e depois por Clemente de Almeida Pereira, porém, os trabalhos não foram diligentes e, em 1764, a fortaleza ainda estava inacabada, e dentro de poucos anos, estaria de volta a seu estado de ruínas. O que possivelmente tenha motivado o particular desinteresse dos governantes em relação à fortaleza de Gurupá seja o seu valor estratégico nulificado em vista dos múltiplos acessos que a geografia local oferecia às embarcações, seja na subida ou descida do Amazonas, proporcionando a qualquer nau inimiga caminhos alternativos fora do alcance da bateria de canhoneiras de Gurupá.

Ainda assim, a fortaleza serviria de ponto de apoio para a construção da Praça D'Armas de Macapá, principalmente pela reunião de mantimentos, como a farinha d'água, que eram enviados em canoas. Comenta Vianna (1905) que, nos idos de 1770, a fortaleza encontrava-se novamente em estado de completa ruína, existindo nas baterias somente três peças cujas carretas não mais suportariam fogo. A Figura 2 mostra o fac-símile de uma litogravura executada por José L. Peçanha, datada de 1905, referente à planta da Fortaleza de Gurupá no ano de 1774. Observa-se a descontinuidade das alvenarias, arruinadas pela falta de manutenção, o que impede melhor compreensão do partido em planta adotado para a dita edificação.

O coronel de cavalaria e governador do Grão-Pará, Fernando da Costa de Atháide Teive, delibera reedificar a fortaleza, iniciando as obras no ano de 1771. Com o andamento moroso das obras, várias vezes permeados por longos períodos de inércia, não tardaria para novamente a fortaleza de Gurupá encontrar-se arruinada.

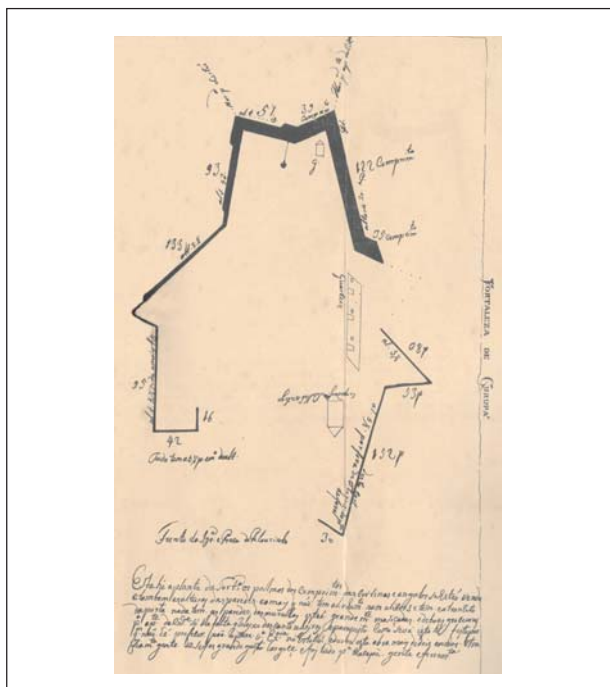


Figura 2 - Planta da fortaleza de Gurupá, de 1774.

Fonte: Annaes da Bibliotheca e Arquivo Público do Pará-1905)

Em 1785, por ocasião da visita de frei Caetano Brandão a Gurupá, este escreveria, segundo Vianna (1905), em seu diário que a fortaleza estaria desarmada e incompleta, só lhe restando algumas paredes. Em 1860, o presidente do Pará D. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, visitaria as ruínas da fortaleza, anotando:

Visitei também as ruínas que tem o nome de fortaleza de Santo Antônio de Gurupá e inútil me parece fallar ainda nessa construção de 1623, hoje sem utilidade publica, incapaz de prestar-se a qualquer destino de qualquer ordem que seja (VIANNA, 1905, p. 239).

A Figura 3 é referente à fortaleza de Gurupá no ano de 1863, pouco tempo após a visita de Sá de Albuquerque. Já era possível observar certa descaracterização do partido arquitetônico apresentado pela Figura 2. Através da configuração das alvenarias, o novo partido mostra-se não tão pontuado pelos proeminentes baluartes. Com o fluir das épocas, a soberania lusitana foi garantida no setentrião amazônica, tornando a presença das fortalezas praticamente desnecessárias; o Brasil abandona a condição de colônia por um império próprio, logo sucedido por uma república de estados confederados, e a fortaleza de Gurupá foi desarmada, vilipendiada, arruinada e esquecida. Atualmente, suas ruínas encontram-se tombadas pelo patrimônio histórico.

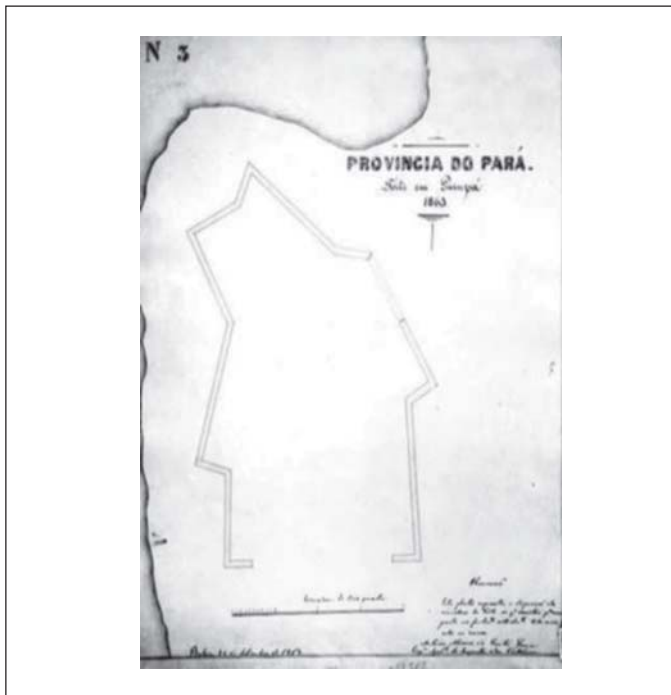


Figura 3 - Planta da fortaleza de Gurupá, datada de 1863.

Fonte: www.fortalezasdobrasil.com.br. Acesso em 20 ago. 2005

4 CONCLUSÕES

O resgate da trajetória historiográfica das fortificações amazônicas, especificamente aquelas edificadas em solo paraense apresenta enorme relevância, não só pelo suporte à resistência armada, mas principalmente por afirmar e edificar em sólidas bases as conquistas portuguesas em território brasileiro, mesmo estando Portugal sob domínio espanhol. A política expansionista da Coroa também pode ser melhor percebida pontuando, em território amazônico, os postos avançados, representados pelas fortalezas.

O frágil tentáculo da ação colonizadora espreada na região de forma muito irregular, e as fortalezas, edificadas em pontos estratégicos, afiançavam a segurança dos pequenos e dispersos lugarejos, de economia baseada no extrativismo, que além da escravização do indígena, era uma das forças motrizes do expansionismo lusitano a gerar divisas econômicas para os cofres da Coroa. Sob estas condições de contorno construía as fortalezas na Região Amazônica, dentre elas a de Santo Antônio de Gurupá, que com seu largo fronteiro desempenhando papel de ponto focal de expansão da pequena vila de Gurupá, ratificaria o modelo urbanístico português de então.

Contudo, a fortaleza que por muito tempo foi a base portuguesa a salvaguardar o território brasileiro em sua parte mais setentrional resistiria menos à negligência e ao tempo que às investidas inimigas, e assim, foi deixada à própria sorte, sendo tragada lentamente pelo tempo, tendo como recompensa por seus prestimosos trabalhos de resistência armada junto ao contingente luso, o velado ostracismo historiográfico.

REFERÊNCIAS

- ALUNORTE. *Belém do Pará*. Rio de Janeiro: Ed. Hamburg, 1995.
- ANAIS DA BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICOS DO PARÁ. Belém, 1968. Tomos I a X.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Informação sobre a Villa de Gurupá*. Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará. Belém, 1904. Tomo III.
- REIS, Arthur César Ferreira. *A política de Portugal no Valle Amazônico*. 2. ed. Belém: SECULT, 1993.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- VIANNA, Arthur. As fortificações da Amazônia I - Fortificações do Pará. In: *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*. Belém, 1905. p. 248. Tomo IV.

Capítulo 6

FATOS E CONTRADIÇÕES NA GÊNESE DA ENGENHARIA MILITAR DO GRÃO-PARÁ

Alexandre M. de Lima

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A epopeia de ocupação lusitana na Amazônia brasileira confunde-se com a própria necessidade da ratificação do poder da Coroa no novo continente, face à curiosidade e à cobiça dos povos europeus. As sucessivas tentativas de povoamento e colonização impostas pela Coroa após quase meio século de desinteresse por *Pindorama* foram infrutíferas, exceto em pontos estratégicos, como aconteceu nas capitânicas de Pernambuco, Itamaracá e Cabo Frio. Tal comportamento luso relativo a sua nova e exótica colônia americana seria futuramente punido pela perda da soberania da Coroa com as invasões “estrangeiras”, notadamente as invasões holandesas em praticamente todo o Nordeste, e as francesas, em São Sebastião do Rio de Janeiro e no Maranhão.

As andanças comerciais de holandeses e franceses nas terras do extremo Norte eram fato e ameaçavam o domínio da Coroa. Com a ocupação do Maranhão, as escaramuças entre franceses e os “soldados da Coroa” recrudesceram, culminando em 1615, com a rendição de Daniel de La Touche, o senhor de Ravardière, sob força das tropas do pernambucano Alexandre de Moura. Os segredos da navegação entre o Maranhão e o Rio das Amazonas já eram bastante conhecidos pelos franceses que,

segundo Souza (2001)¹, forneceram fartas descrições geográficas sobre os perigosos baixios, sobre a boca do Amazonas e sobre um grande braço de rio denominado Parauassu.

A responsabilidade da expedição recaiu sobre o ex-capitão-mor da capitania do Rio Grande, então sediado em Pernambuco (MEIRA FILHO, 1976), Francisco Caldeira Castelo Branco, que chegara ao Maranhão com três navios de reforços de combatentes e munição. Castelo Branco parte do Maranhão a 25 de dezembro de 1615 com sua diminuta esquadra formada pela caravela Santa Maria da Candelária, pilotada pelo experiente Antônio Vicente Cochado², e as lanchas Santa Maria da Graça e Assunção. Em 12 de janeiro de 1616, as embarcações fundeiam em uma enseada que, conforme Amaral (2004)³, era próxima a um pontal de terra firme, elevado, de grês ferruginoso, que Caldeira julgou ser mais apropriado para a fundação da nova povoação. Inicia-se, desta forma, a ocupação lusitana nas terras do Grão-Pará.

A escolha de Castelo Branco não aconteceu de forma aleatória ou equivocada, como notam Roberto Southey e Berredo (apud AMARAL, 2004). Provavelmente, ela fora mais

¹ O autor cita que o Capitão Alexandre de Moura convoca seu estado-maior e anuncia a necessidade de nova expedição ao Norte, especificamente ao Grão-Pará, como os portugueses denominaram o rio Parauassu, e ao Rio das Amazonas, para deitar fora os estrangeiros que por lá estivessem assentados.

² Em verdade, o piloto Antônio Vicente Cochado foi orientado pelo francês Charles Des-Vaux até a enseada na baía do Guajará, próxima ao sítio onde desembarcaria a tropa lusa.

³ O autor comenta que o local escolhido para a fundação de Belém situava-se à margem do rio Guamá ao desembocar no Guajará, ficando a península defendida pelos próprios igapós ou alagados desses dois rios. Fundeadas as embarcações, Castelo Branco tratou para logo o desembarque dos 150 soldados, 10 peças de artilharia, pólvora e mantimentos, e no pontal mais saliente da península, iniciou a construção de uma fortificação.

influenciada pelos preceitos da Engenharia Militar portuguesa que pela supersticiosa semelhança entre as terras do Grão-Pará e Maranhão (AMARAL, 2004)⁴. De fato, as escolhas dos melhores assentamentos para fundação de novas colônias portuguesas, o tratamento do sítio, a abertura dos primeiros arruamentos, a disposição estratégica das fortificações e seus respectivos “riscos” ou “traçados” eram decisões tomadas segundo sólidas bases teóricas e práticas, assimiladas nos centros de ensino de então. A Física, a Matemática, a Astronomia, dentre outras ciências, eram estudadas nas Escolas Militares portuguesas com o sentido quase exclusivo à aplicação em fortificações e navegações, segundo comenta Tavares (2000).

Em verdade, nesta época em que o expansionismo ibérico acontece com maior intensidade, os lusitanos viviam em constantes guerras com os povos que subjugavam para estabelecer em novas terras o domínio da Coroa Portuguesa, fazendo com que cada capitão recém-formado pelas Escolas Militares lusas se constituísse praticamente em um engenheiro. Desta forma, Portugal assegurava a continuidade de sua atividade expansionista contra a falta de capitães para suas embarcações e evitava a contratação de engenheiros militares estrangeiros, que algumas vezes trabalhavam infiltrados como informantes.

⁴ Para o autor, apenas uma razão plausível teria influenciado Castelo Branco por ter escolhido as terras do Grão-Pará em detrimento de melhores locais para fundação da nova colônia. Tal razão seria a perfeita semelhança entre as paragens recém-dominadas e as do Maranhão, o que certamente pareceu a Castelo Branco, segundo o autor, um bom agouro para o futuro da nova capitania.

2 PANORAMA EVOLUTIVO DA ENGENHARIA MILITAR LUSA

A Península Ibérica, ao longo dos séculos, foi sucessivamente ocupada por vários povos, dentre eles os celtas, os romanos, os suevos, os godos e posteriormente os árabes, que deixaram marcas indeléveis nas terras ibéricas, tanto na tipologia construtiva quanto nas técnicas e materiais mouriscos utilizados. Quando a primeira dinastia dos Borgonha organizou o território português, a preocupação com as defesas sobrepunha-se ao refino arquitetônico das construções, preocupação que perduraria ainda por muito tempo, como afirma Tavares (2000)⁵.

A engenharia militar portuguesa chega ao século XV com traços híbridos, ainda influenciados pelas técnicas mouras, porém, direcionados por uma escola portuguesa onde se fundem e se harmonizam as tendências tradicionais de construção com um forte sentimento nacionalista que adquire cada vez mais autonomia. Contudo, a fortificação não era ainda uma arte específica; os “mestres engenheiros”, estrangeiros em praticamente sua totalidade, também recebiam o encargo da construção de obras civis e religiosas, e os conhecimentos científicos, principalmente os da matemática, eram aplicados à construção de maneira bastante rudimentar.

No século XVI, a Coroa precisava rever sua orientação relativa à engenharia militar, pois necessitava consolidar seus domínios coloniais. Surgem, então, centros de estudos destinados

⁵ Tavares cita que ainda na época do expansionismo lusitano, a atividade militar predominante era a construção de fortificações, uma vez que nelas se baseava a segurança dos núcleos sociais das cidades, vilas e colônias contra as constantes ameaças de invasão.

a desenvolver e irradiar a cultura científica, beneficiando assim a navegação marítima e a construção de fortificações que assegurassem a soberania lusa no ultramar. Nesta época, a artilharia passou a ter importância decisiva no conjunto das Armas, o que foi determinante para o abandono das primitivas concepções da arquitetura militar. As fortificações passaram a ser melhor artilhadas e concebidas, tanto em concepção projetual quanto nos materiais empregados. Assim, desapareceriam as tradicionais torres de defesa com a introdução do sistema abaluartado.

Na Ibéria do século XVII, os grandes mestres de fortificação e de outros ramos da Engenharia eram, conforme esclarece Tavares (2000)⁶, em sua quase totalidade, estrangeiros, como o jesuíta italiano Leonardo Turriano, o jesuíta holandês Cosmander e o francês Lesarte. Os livros e os compêndios acerca dos princípios norteadores da boa engenharia militar também eram estrangeiros, os quais eram traduzidos e adotados nos centros de ensino. As técnicas nacionais lusitanas começaram a alcançar patamares mais altos com a publicação do *Método lusitânico de desenhar fortificações das praças regulares e irregulares*, de Serrão Pimentel, e das três obras de Azevedo Fortes: *Engenheiro português*, *Lógica racional* e *Tratado sobre geometria analítica*. A partir de então, a engenharia militar portuguesa progressivamente adquire seus traços característicos, perfeitamente estabelecidos nas seis teses apresentadas por Serrão Pimentel e defendidas por seu discípulo Simão Madeira.

⁶ O autor destaca que a grande penetração de estrangeiros nas atividades de ensino, projeto e construção de Fortificações no território ibérico forçou a formação de um corpo nacional de engenheiros de forma a abandonar, tão rápido quanto possível, a colaboração estrangeira em assuntos militares, uma vez que não era possível esperar dos estrangeiros fidelidade à Coroa, nem impor orientação profissional aos sacerdotes, fiéis à sua orientação religiosa.

As teses estabeleciam a superior importância da arte das fortificações para assegurar os domínios e a soberania de qualquer república, bem como a necessidade do conhecimento prático aliado à teorização acadêmica para a formação dos bons fortificadores. As praças fortificadas, segundo as teses, seriam mais firmes se edificadas por natureza e arte juntas do que só pela natureza ou pela arte, e que os lugares mais eminentes seriam os mais seguros para as fortificações, e os melhores sítios estariam em lugares moderadamente elevados sobre o nível da campanha rasa. Especificamente sobre as fortificações, ficava estabelecido que deveriam ser projetadas seguindo regras de geometria e aritmética, e sendo estas de terra boa e tenaz, sem revestimento de muralha de pedra e cal, seriam mais seguras e defensáveis, e que o revestimento de pedra e cal serviria somente para que as fortificações se perpetuassem sem necessidade de manutenção frequente, e naquelas que fossem revestidas, deveriam apresentar seus baluartes com orelhões e espaldas, além das praças baixas.

3 FRIAS DE MESQUITA E A COMITIVA DE CASTELO BRANCO

A chegada da pequena esquadra de Castelo Branco na enseada na baía do Guajará, na foz estuário-deltáica do rio das Amazonas, território pertencente à Espanha, violava diretamente o Tratado de Tordesilhas, conforme comenta Souza (2001). Iniciava, também, o processo de expansão lusitana no Norte do Brasil com a fundação de Belém, resguardada pela primeira obra portuguesa de engenharia militar em terras nortistas: O forte do Presépio, denominação claramente alusiva à data da partida de Castelo Branco do Maranhão.

Dentre os conquistadores desembarcados na nova terra, denominada *Feliz Lusitânia* (TOCANTINS, 1976)⁷, estavam os capitães Álvaro Neto, Pedro de Freitas, Antônio Pereira (AMARAL, 2004)⁸ e Antônio da Fonseca; o jovem alferes Pedro Teixeira e Pedro da Costa Favela, este dois últimos, segundo Tocantins (1976), homens de valorosos feitos quando da expulsão de holandeses e ingleses do estuário do Amazonas. Também acompanhava a comitiva o tabelião Frutuoso Lopes, e, como Engenheiro do Estado do Brasil, por Sua Majestade, provedor de sua Fazenda e Auditor-Geral da Província do Maranhão, Francisco Frias de Mesquita⁹.

A presença de Francisco Frias de Mesquita na comitiva de Castelo Branco é controversa, como bem pontua Coimbra (2002)¹⁰, porém, ocorre o referido autor, se a presença de Frias de Mesquita não foi justa nem corretamente referenciada pela

⁷ O autor comenta que os portugueses, sempre generosos com a distribuição de nomes evocativos às suas novas possessões, inicialmente designam as terras da posterior província do Grão-Pará como *Feliz Lusitânia*, lembrando que a conquista era lusa, embora Portugal e Espanha, à época, estivessem unidos pelo mesmo cetro real.

⁸ O autor cita que o Capitão Antônio Pereira também é denominado por alguns autores, a exemplo de Marcos Jiménes de la Espada, como André(s) *Pereira*, a quem se deve a “*Relação do que há no grande Rio das Amazonas novamente descoberto*”, onde consta um precioso relato do que se passou durante a expedição de Castelo Branco até seu desembarque nas terras do Grão-Pará. Augusto Meira Filho, a seu turno, denomina o referido capitão de André Pereira Themudo.

⁹ A relação dos companheiros de Castelo Branco também é mencionada por Arthur C. F. Reis em *A política de Portugal no Valle Amazônico*, referindo-se ao Engenheiro do Estado do Brasil como Francisco Frias de Albuquerque.

¹⁰ O autor cita que Theodoro Braga, em *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém*, de 1908, não mostra dúvidas quanto ao engajamento de Frias de Mesquita na comitiva de Castelo Branco. Comungam da mesma opinião, Arthur César Ferreira Reis (*A época colonial*, 1981), Carlos Roque (*História dos municípios do Pará*, 1994) e Leandro Tocantins (*Santa Maria de Belém do Grão-Pará*, 1976). Todavia, autores de vulto como Manoel Barata (*A Jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco*, 1904) e Augusto Meira Filho (*Evolução histórica de Belém do Grão-Pará*, 1976) desconsideram a presença do engenheiro na expedição ao Grão-Pará.

historiografia, decerto não por falta de expressividade de seu trabalho como engenheiro-mor, atividade que desempenhou em terras brasileiras durante trinta e dois anos. Francisco Frias de Mesquita fora nomeado para servir no Brasil no ano de 1603, como encarregado de praças do novo território. Uma de suas primeiras atribuições na colônia foi a construção, em “Recife de Pernambuco”, do Forte do Picão, em 1608. Em seguida, o engenheiro foi encarregado de outros fortes, como o de Macaé, em São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1613, o de São Diogo, na cidade de São Salvador em 1614 e, no mesmo ano, construiu na província do Rio Grande o forte dos Reis Magos, projeto do padre jesuíta Gaspar de Sampères.

Após a conclusão do forte dos Reis Magos, Mesquita leva a termo três edificações militares: o Forte de São Matheus, em Cabo Frio, e duas no Maranhão na época da restauração portuguesa, o de Guaxenduba e o de São Felipe. Coube também ao engenheiro, segundo Reis Filho (apud COIMBRA, 2002)¹¹, o traçado das ruas de São Luís. Comenta o referido autor que a intervenção urbanística de Mesquita em São Luís acontece em data posterior à da fundação de Belém, bem como o projeto e construção do Mosteiro de São Bento, em São Sebastião do Rio de Janeiro, o Forte de Santa Catarina, em Cabedêlo, na Paraíba, e a Igreja Matriz de Olinda e de Natal.

O notável engenheiro continuaria seus trabalhos, evidenciando sua grande capacidade para desenvolver tanto projetos e construções de arquitetura militar quanto de arquitetura civil e religiosa, pontuando, desta forma, sua

¹¹ O traçado de rigor geometrizante das ruas de São Luís pode ser observado em prancha (provavelmente datada de 1645) publicada na obra de Gaspar Barléus sobre o período de dominação holandesa no Nordeste do Brasil.

indelével atuação profissional nas terras brasileiras. A despeito de sua “controversa” presença na comitiva de Castelo Branco no Grão-Pará, a missão do engenheiro no solo nortista dificilmente seria outra senão a construção de um reduto fortificado que assegurasse a posse nas novas terras e, quiçá, a abertura dos primeiros caminhamentos, à guisa de ruas, segundo a orientação dos pontos cardeais, como posteriormente o faria com o traçado urbano de São Luís. Contudo, tão controversa quanto à presença de Frias de Mesquita na fundação de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, é, nas ditas terras, o desempenho de suas atividades como engenheiro. Presente ou não na comitiva de Castelo Branco, o fato é que a historiografia lança uma “desconcertante” incerteza sobre o trabalho de Frias de Mesquita em terras paraenses.

4 AS MURALHAS DO FORTE DO PRESÉPIO

Sobre o quadro geral do início da colonização brasileira, comenta Reis Filho (2000) que as cidades tinham as atividades militares como ponto básico da vida e organização espacial de seus núcleos urbanos, sendo as primeiras obras edificadas com formas e materiais de acordo com as possibilidades e necessidades, reduzindo-se, na maioria das vezes, a paliçadas de troncos justapostos, à maneira indígena. De fato, Telles (1994) relata que as primeiras construções desenvolvidas no Brasil-colônia foram reflexo da conjugação de dois condicionantes, quais sejam: o da falta de recursos dos lusos colonizadores e o da abundante presença da madeira, um tipo nativo de material de construção. Sob estas condições de contorno, é factível que no Grão-Pará, em função da relativa distância dos centros coloniais e abundantes reservas de madeira, acontecera da mesma maneira que em outras cidades.

Belém teve como ponto focal de desenvolvimento urbano o reduto fortificado mandado construir por Castelo Branco, porém, raros são os historiógrafos que, como Roque (2001) e Coimbra (2002), atribuem a construção do forte do Presépio a Francisco Frias de Mesquita. Fato é que, tão logo houve o desembarque das tropas em solo nortista, Castelo Branco ordena a imediata construção de um reduto fortificado, tanto para consolidar o domínio lusitano nas terras do extremo norte brasileiro, quanto para a proteção de seu diminuto contingente dos humores dos nativos Tupinambás que ali habitavam.

A primeira construção do forte do Presépio é controversa para alguns historiadores que se ocuparam de trazer à lume a trajetória histórica de Belém do Grão-Pará. Meira Filho (1976) faz um parco comentário sobre o forte, o qual nada mais era que “[...] uma paliçada à guisa de fortim [...]”. Ribeiro do Amaral (2004) comenta que o primeiro edifício do Grão-Pará era uma “ligeira fortificação” com toscas muralhas, em verdade “[...] um bom parapeito em que fez cavalgar os pequenos canhões que levava do Maranhão.” Também atesta Tocantins (1976) que a primeva construção do forte apresentava “ameias de madeira”. Comenta Baena (apud COIMBRA, 2002) que o pequeno forte de Castelo Branco era de “faxina”, ou seja, uma cerca conformada por feixe de varas, posteriormente ratificado por Vianna (apud COIMBRA, 2002), justificando que pela falta de recursos para edificar um bom Forte, os lusos limitaram-se a construí-lo de madeira. A cerca recebia a denominação de Forte, talvez, por ser então a única edificação deste tipo na recém-fundada cidade, como comenta Barata (1969).

A despeito de uma suposta concordância sobre a técnica construtiva empregada na primeira edificação do forte do Presépio, Coimbra (2002) aponta grande controvérsia. Segundo

o autor, Braga (apud COIMBRA, 2002) dissentiu da tradicional visão da construção do forte do Presépio, de 1616, admitindo que esta não fora inicialmente concebida como um “baluarte para resistir ao tempo”, tanto que em 1622 já necessitava de reformas. Contudo, o autor atribuía a necessidade de reforma mais ao descuido dos capitães-mores do que à fragilidade dos materiais de construção. A “curteza de meios” alegada para justificar a cerca de madeira em que se constituía o forte do Presépio foi contestada pelo autor, uma vez que o responsável pela defesa do Maranhão e Grão-Pará, na época, era o pernambucano Alexandre de Moura, previdente e empenhado em assegurar o domínio português no norte da colônia. Partindo deste pressuposto, seria incongruente que Alexandre de Moura houvesse permitido a partida da comitiva de Castelo Branco desprovida de materiais, víveres e pessoal, a fim de expulsar os invasores e fortificar-se. O autor reafirma, ainda, a presença de Francisco Frias de Mesquita na expedição de Castelo Branco, uma vez que não faria sentido provê-la de recursos para se fortificar sem a apropriada presença de um capacitado engenheiro militar.

Poucos autores como Teodoro Braga comentam sobre o partido adotado para a construção do forte do Presépio, fato este creditado à falta de documentação da época. Contudo, Teodoro Braga, referenciando a obra do célebre geógrafo flamengo Jean de Laet (COIMBRA, 2002)¹², comenta que o Forte do Presépio era de forma quadrada, e na parte voltada para o

¹² Coimbra comenta que Teodoro Braga apresenta Laet como o autor de “*Novvs orbs, seu, descriptionis indiae occidentalis*”. A obra, que trazia descrição da primeira edificação de Belém, foi publicada em Amsterdã no ano de 1633, data relativamente próxima à data de fundação de Belém, porém a descrição do forte feita por Laet poderia ser referente à segunda construção do mesmo, levada a termo no ano de 1622.

rio havia cestões cheios de areia, e as demais laterais eram muralhas de pedra com um fosso seco. De fato, a descrição de Laet apresentada por Teodoro Braga traz à lume uma série de pormenores do Forte do Presépio, como o fosso seco que até hoje circunda o edifício. Contudo, é necessário considerar que o forte passou por reformas em 1622, quando Bento Maciel Parente ocupava o cargo de capitão-mor do Grão-Pará. Além disso, comenta Coimbra (2002) que em correspondência datada de 1630, Bento Maciel Parente, então governador do Maranhão e ex-capitão-mor do Grão-Pará, comenta sobre o estado físico da primeira edificação de Belém, dizendo que “[...] a fortaleza está desmantelada.” Sob estes pressupostos, é provável que a descrição de Laet sobre a fortificação em solo paraense seja referente àquela surgida com a reforma datada de 1622.

Mais uma divergência aparece quando a descrição do forte feita por Laet é confrontada com a descrição do mesmo feita por Bento Maciel Parente, por ocasião da reforma de 1622. Segundo Coimbra (2002), tanto Maciel Parente quanto Laet mencionam a forma quadrada do Forte e a utilização de cestões de areia, porém, na descrição de Laet, o forte aparece como uma construção de pedra, e na de Maciel Parente, como uma obra de taipa de pilão.

O forte do Presépio ainda passaria por outra reforma, conforme cita Tocantins (1976). Em 1721 Lisboa enviou ordens diretas para que a praça de armas de Belém do Grão-Pará fosse recuperada, resultando os trabalhos em uma nova disposição de partido arquitetônico, bem como uma nova denominação: forte do Castelo do Senhor Santo Cristo, ou simplesmente, forte do Castelo, denominação que perduraria até a data de sua recente restauração, quando voltou a ser forte do Presépio.

5 A ENGENHARIA MILITAR E O TRAÇADO URBANO DO GRÃO-PARÁ

Comenta Reis Filho (2000) que, no período entre 1532 e 1650, a Coroa aplicou na colônia uma política urbanizadora, na qual os donatários das capitanias detinham o poder de criação de vilas, sendo estas administradas pelas câmaras. A partir da segunda metade do século XVII, a Coroa iniciou uma política de absorção das capitanias, aplicando então, uma política urbanizadora mais centralizada. A partir de então, as cidades criadas por conta e responsabilidade da Coroa situavam-se em pontos especiais, funcionando como centros regionais.

Tal política foi iniciada com a fundação da cidade de São Salvador, em 1549, de São Sebastião do Rio de Janeiro e, posteriormente, já no século XVII, continuaria com a fundação das cidades de São Luís do Maranhão e Santa Maria de Belém do Grão-Pará. O avanço para o extremo norte do Brasil corresponde à época da unificação da Coroa Ibérica, ou seja, o período dos Felipes, no qual se adotou uma ferrenha política expansionista, com a finalidade de garantir as posses territoriais da Coroa, que à época, apresentavam pequenos núcleos coloniais franceses.

De fato, a fundação de Belém do Grão-Pará tinha por finalidade precípua salvaguardar a soberania lusitana nas terras brasileiras, ainda que contrariando os limites de Tordesilhas, e a expulsão dos “estrangeiros” que existissem nas áreas circunvizinhas. Posicionada na foz estuário-deltáica do Rio das Amazonas, Belém funcionaria como cabeça de uma rede urbana regional. Ratificadas as possessões da Coroa Ibérica nas terras nortistas, a expedição de Castelo Branco nas terras da Feliz

Lusitânia não levaria a cabo somente a construção de um “reduto fortificado”. Contando com o contingente de duzentos homens, como afirma Meira Filho (1976), ou 150 soldados, além de índios que servissem de mão-de-obra, como afirma do Amaral (2004), o fato é que houve necessidade de construir outros edifícios, além dos muros do forte, que pudessem abrigar toda a comitiva vinda do Maranhão.

Atesta Tocantins (1976) que para “armar acampamento”, abriu-se uma clareira fronteira à fortificação. A “Praça da Fortaleza” serviria como um “rossio”, atendendo ao crescimento do povoado, com o estabelecimento dos pequenos casebres, para o recolhimento da madeira e pastagens de animais, principalmente os de transporte, segundo assertiva de Reis Filho (2000). Assim, o forte do Presépio, juntamente com pequenos casebres, rústicos, de palha, formavam o ponto focal de expansão do primeiro povoado em Belém.

Comenta Reis Filho (2000) que, ao contrário dos espanhóis, os quais ordenavam suas colônias através de um rígido traçado ortogonal em torno de uma praça central, o ordenamento adotado, por sua geometrização não muito perfeita, era mais adaptado às condições de defesa e topografia, porém, continua o autor, nas cidades brasileiras criadas do século XVI já são visíveis sinais de maior preocupação com a regularidade na abertura das vias, que funcionavam como ponto central de interesse para parcelamento do solo e o estabelecimento das primeiras propriedades particulares.

O procedimento para distribuição de terrenos foi elemento herdado da legislação lusitana, sendo eles, requeridos geralmente aos conselhos de Câmara; sendo solicitadas as terras, as mesmas eram distribuídas sob a forma de lotes, delimitados

ao longo das áreas centrais, e nas áreas mais distantes, em forma de sesmarias, que possibilitariam a criação de futuras chácaras e rocinhas, e pelas quais as ordens religiosas tinham especial interesse para implantação de conventos.

Em Belém, atesta Cruz (1992), o primeiro caminamento à guisa de rua foi aberto na mata, paralelo ao rio Guamá, orientada no sentido norte/sul, conforme os costumes lusitanos: a rua do Norte. Salienta Reis Filho (2000) que inicialmente as ruas das cidades brasileiras eram mal traçadas e mal alinhadas, exceto aquelas que recebiam atenções dos engenheiros militares, como faria Frias de Mesquita, na cidade de São Luís, após a restauração do domínio português. Em Belém do Grão-Pará, a rua do Norte, paralela ao Guamá e alinhada conforme os pontos cardeais, denota uma certa preocupação com o traçado urbano e, partindo da assertiva de Nestor Goulart Reis, poder-se-ia supor que seu traçado corresponderia ao trabalho de algum engenheiro militar, que poderia ser o próprio capitão-mor¹³, ou algum de seus subordinados, ou mesmo Francisco Frias de Mesquita, não fossem as divergências que ainda perduram sobre sua presença nas terras de Belém do Grão-Pará.

A primeira rua de Belém já em 1617 contava com aproximadamente trezentos metros, conforme Penteadó (1968). A rua iniciava nas imediações do forte do Presépio e findava, segundo atesta Coimbra (2002), “[...] junto à borda ocidental do fragmento de terraço sobre o qual estava assentado o povoado.” Comenta ainda o autor em tela que, a 15 de setembro de 1617, D. Maria Cabral, esposa de Caldeira Castelo Branco,

¹³ É necessário considerar que, segundo a tradição lusitana de formação de capitães-mores, os mesmos praticamente se constituíam em engenheiros militares.

dirige petição ao próprio capitão-mor requerendo reconhecimento oficial a seu direito sobre alguns bens do povoado, dentre eles, uma olaria e alguns terrenos. As propriedades de D. Ana Cabral, segundo salienta Meira Filho (1976), situavam-se em área circunvizinha à atual praça do Carmo, onde findava a rua do Norte. Comenta ainda o autor que nas casas próximas à olaria habitavam as pessoas que nela trabalhavam, e nos terrenos da esposa de Castelo Branco, foi mandado que se construíssem as primeiras casas assobradadas de Belém. A petição da requerente foi deferida, sendo o despacho assinado pelo então provedor do povoado, Manoel de Souza de Eça.

A petição feita por D. Ana Cabral não atesta somente a preocupação da família de Castelo Branco em amealhar bens que os colocassem em situação economicamente privilegiada no povoado, como também reforçar a importância que a primeira rua de Belém do Grão-Pará teve como um dos vetores a proporcionar a expansão urbana da cidade. Posteriormente, foram abertas outras ruas: rua do Espírito Santo e rua dos Cavaleiros. Estas, seguindo paralelas à rua do Norte, reafirmam a preocupação com a regularidade do traçado urbano, contrariando a assertiva de Cruz (1992) sobre os “[...] caminhos estreitos e mal alinhados [...]” da freguesia que já despontava no primeiro núcleo da expansão nas terras de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.

6 CONCLUSÕES

A colonização das terras do extremo norte do Brasil fora antes motivada pela garantia das possessões ibéricas frente ao estabelecimento de bases avançadas dos invasores flamengos e bretões, nascendo, por conseguinte, Belém do Grão-Pará, sob o signo do protecionismo proporcionado pela engenharia militar lusitana.

Parcela significativa dos primeiros núcleos coloniais lusos em terras brasileiras tem suas origens ligadas à gênese da engenharia militar, como ocorrido em Belém do Grão-Pará. Contudo, as lacunas e as contradições presentes na historiografia ainda contribuem para uma turva compreensão da implantação da engenharia militar em Belém.

A suposta presença de Francisco Frias de Mesquita com a comitiva de Castelo Branco para fortificar o lugar da nova colônia, o partido e a técnica construtiva adotada para edificar o Forte ainda necessitam de estudos mais direcionados, sejam estes baseados no reexame de documentos de época ou crônicas coevas, a fim de trazer a lume os momentos mais seminais da historiografia regional e, resgatar a contribuição dos primeiros construtores para a configuração urbana de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Ribeiro do. *Fundação de Belém do Pará: jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco em 1616*. Brasília: Senado Federal, 2004.
- BARATA, Manoel. *Formação histórica do Pará: obras reunidas*. Belém: UFPA, 1969.
- COIMBRA, Oswaldo. *A saga dos primeiros construtores de Belém*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico e de suas denominações*. 2. ed. Belém: CEJUP, 1992.
- MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará*. Belém, 1976.
- PENTEADO, Antônio Rocha. *Belém: estudo de geografia urbana*. Belém: UFPA, 1968. v. 1
- REIS, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)*. 2. ed. São Paulo: PINI, 2000.
- ROQUE, Carlos. *História Geral de Belém e do Grão-Pará*. Belém: DistribeL, 2001.
- SOUZA, Márcio. *Breve história da Amazônia*. Rio de Janeiro: Agir, 2001.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil – séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1984.
- TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria de Belém do Grão-Pará: instantes e evocações da cidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

Capítulo 7

A DEFESA DA AMAZÔNIA NOS TEMPOS DA OCUPAÇÃO¹

Durbens Martins Nascimento

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia enquanto objeto de intervenção de políticas governamentais, seja para integrá-la ao território nacional ou para mantê-la sob jugo luso nos primórdios do século XVII (GADELHA, 2002), e a consolidação da arquitetura militar no século seguinte, tem merecido certo destaque na literatura geopolítica (MATTOS, 1980). Alexandre M. de Lima, em capítulos precedentes deste livro, analisa os condicionantes arquitetônicos, políticos e estratégicos que influenciaram a construção das principais peças de defesa, os fortes instalados na Amazônia do Grão-Pará nos séculos XVII e XVIII. Durbens M. Nascimento, no capítulo oitavo, *Geopolítica e Forças Armadas na Amazônia: desafios políticos e institucionais para a defesa no século XXI*, também parte deste livro, aborda as “questões de defesa na fronteira Norte” ao mesmo tempo em que caracteriza um padrão geopolítico expresso na categoria de população, recurso natural e territorial, contida na Política de Defesa Nacional (PDN), no Programa Calha Norte (PCN) e na Estratégia Militar de Defesa (EMD), recortando temporalmente o limiar do século 21.

¹ Este *paper* se constitui, em parte, de uma pesquisa mais ampla sobre a presença militar na Amazônia desenvolvida pelo autor no âmbito do *Projeto Consórcio Forças Armadas Século XXI*, que conta com financiamento da CAPES/Ministério da Defesa do Brasil.

Contudo, verifica-se uma lacuna nessa literatura acerca dos contornos históricos e políticos da ocupação militar nos séculos XVIII e XIX, particularmente sob o foco da contenda com a Espanha e a França pela posse da região amazônica brasileira. Gadelha (2002) nos apresenta com uma análise do processo de ocupação, ressaltando as questões da presença lusa pelo ângulo da defesa militar. No caso de Alexandre, esse não era seu objetivo, pelo menos no trabalho citado, isto é, abordar a questão da construção de um significado da história da defesa da Amazônia focada na influência estratégica portuguesa para além do século XVII. Assim sendo, a ambição aqui é estabelecer alguns pontos considerados importantes para a percepção da defesa nos séculos seguintes, restringindo a narrativa às questões das providências e medidas político-administrativas para a fortificação da região no século XVIII. Quais as principais iniciativas implementadas pelos portugueses com o objetivo de manter a Amazônia no circuito nacional de poder nesse período?

O pressuposto de que o Estado tem alguma coisa a ver com a fronteira², e de que o Estado realiza a mais elementar de suas atribuições constituintes, isto é, proteger e defender um território definido soberanamente e legitimado internacionalmente em peças institucionais como os Tratados, será considerado na análise histórico-política sobre o contencioso que envolveu vários países na conquista da Amazônia brasileira. A análise é referenciada em pesquisa bibliográfica enquanto método de investigação. A pesquisa bibliográfica é utilizada

² Fronteira “é lugar de comunicação e troca. Os povos podem se expandir para além do limite jurídico do Estado, desafiar a lei territorial de cada Estado limítrofe e às vezes criar uma situação *de facto*, potencialmente conflituosa, obrigando a revisão dos acordos diplomáticos”. (MACHADO, 2000, p.10)

porque se revela fecunda para a construção de uma interpretação histórica acerca dos conflitos na fronteira Norte do Brasil, principalmente a disputa pela foz do rio Amazonas, pela sua natureza enquanto objeto de estudo. Para efeito de organização, dividimos o *Paper* em cinco seções, incluindo a introdução e as considerações finais, que são a primeira e quinta seções, respectivamente. A segunda seção avalia as iniciativas das principais potências europeias no século XVII para impor uma estratégia de conquista da Amazônia. A terceira seção analisa as ações diplomáticas realizadas por Portugal e a consolidação de suas posições estratégicas de conquista e a quarta seção discute a permanência do conflito com a França pela posse e demarcação dos limites territoriais.

2 OS IMPÉRIOS E A CONQUISTA DA AMAZÔNIA

França, Inglaterra, Espanha e Holanda intencionaram ocupar a região amazônica a partir da foz do rio Amazonas, região cujo traçado no Tratado de Tordesilhas a Espanha reivindicava de Portugal nos séculos XVII e XVIII. A tentativa de ocupação militar origina-se nas Antilhas, de onde partiram ingleses e holandeses, da costa venezuelana e guianense entre o Orinoco e o Oiapoque para a região. Os franceses tardiamente deram origem à empreitada com a ocupação do território de Caiene e os espanhóis por meio das expedições de Vicent Pinzón, de Francisco de Orellana, Pedro de Úrsua-Lope e Lopo de Aguirre, que cruzaram a região para expandir a missão espanhola.

Mattos (1980) faz referência a três frentes que avançaram pela foz do Amazonas. A primeira que vem dos Andes comandados por Francisco Orellana e em companhia de Gaspar

de Carvajal, em 1542, e por Pedro de Ursúa-Lope, em 1561, pioneiros na conquista da grande região. Objetivam pelo Solimões, além da conquista a caça do ouro. A segunda, a de Pedro Teixeira, após passar por Belém do Grão-Pará, vindo do Nordeste onde expulsaram os franceses do Nordeste, que com 47 grandes canoas, 70 soldados e 1.200 índios, percorrendo mais de 10.000 km de rio, chegaram a Quito, no Equador. A última frente citada por Mattos é aquela proveniente do Planalto Central, conduzida por Raposo Tavares e mais tarde simbolizada na construção da Belém-Brasília e da Transamazônica. Golbery do Couto e Silva (1967), quando constrói sua Geopolítica, destaca esta frente como fundamento político-estratégico no tabuleiro, tanto das pretensões hegemônicas quanto do jogo estratégico global e fundamenta seu paradigma essencialmente nesta última.

Nessa ideia de frentes pensadas por Mattos (1980), perpassa uma outra noção, a saber, a de fronteira no sentido do herói da fronteira fluvial e terrestre, imagem que exalta as bandeiras para valorizar simbolicamente a expansão lusa a fim de cimentar a fronteira política e o limite territorial, apropriando-se para essa finalidade a diplomacia e as providências calcadas na força da engenharia militar e na construção das fortes, fortins e fortalezas ao longo dos pontos estratégicos localizados nas principais cidades (estratégicas) da Amazônia: Macapá, Óbidos, Santarém, Oiapoque, Manaus e Belém.

Destas frentes de ocupação estratégico-militar, a de Pedro Teixeira significativamente é a que representa a aliança exitosa para portugueses e brasileiros que haviam expulsado os franceses do Maranhão, sendo estes intencionados, rumo ao Norte, a fundar a França Equinocial. A expedição militar comandada pelo Capitão, em seguida, desejava afastar os ingleses, irlandeses e holandeses da região. Para isso, não

tomaram como referência internacional os princípios norteadores expressos no Tratado de Tordesilhas, tornado letra morta desde 1580³. Mas para que Pedro Teixeira pudesse ter as condições políticas suficientes para o cumprimento de seus objetivos na Amazônia brasileira, contou com as bases político-administrativas deixadas pelo Capitão-Mor Francisco Caldeira Castelo Branco, que fundou Belém em 1616 e ergueu o Forte do Presépio, o qual servirá de apoio para as futuras incursões de portugueses na luta para impor uma ordem lusa ao Norte.

A missão de Pedro Teixeira pelas águas amazônicas, em direção ao Peru, seguiu aqueles fundamentos políticos para o empreendimento do deslocamento da fronteira exigidos pela Coroa portuguesa. Fundamentos que ponderaram efetivamente, mas que nem por isso deixaram de servir à curiosidade científica em torno à realidade que se escondia pelo interior da região banhada pela grande rede hídrica. (REIS, 2001, p.101)

Reis (2001) calcula que talvez não fosse exclusivamente militar a empreitada comandada pelo Capitão. Podia estar associado ao descobrimento do interior do Rio Amazonas e da costa do cabo Norte como uma tarefa de conhecimento da paisagem da região para fins de decisão por parte da Coroa portuguesa. Mas a expedição possivelmente poderia apresentar uma tarefa eminentemente política, ou seja, ampliar através do Amazonas acima a extensão da soberania portuguesa contra os interesses da Coroa espanhola (REIS, 2001, p. 101). A saga de Pedro Teixeira termina em 12 de dezembro de 1639, quando

³ Pelo tratado, Portugal dispunha de uma minúscula (para a extensão total da região) parte do território amazônico. A linha que fixava os limites passava por Belém e definia o que hoje é a região Bragantina como possessões portuguesas. (REIS, 1972, p. 25).

retorna a Belém. Ela se consagra pelo feito militar e também pela definição de Belém como “rota de escoamento de mercadorias que saíam do Peru para a Espanha pelo Pacífico” (MERCADANTES; 2010: p.05).

A presença lusa na Amazônia comandada por Pedro Teixeira garante o *Utis-possidetis de facto*, consagrado no Tratado de Madrid (1750), devido à habilidade de Alexandre de Gusmão, diplomata leal da corte de D. João VI. A estratégia daqui em diante é a ocupação do espaço social na fronteira, buscando integrar os índios como estratégia de conquista.

A tarefa de defender a região militarmente não estaria em contradição com a ideia de projetar os interesses políticos da Coroa. O projeto político português se revela ao mesmo tempo de ocupação econômica, política e comercial quando se constata que entre 1620 a 1655 surgem as Capitânicas Hereditárias em Cameté, Caeté, Cabo Norte, Marajó, Gurupá, Macapá (AP), destinadas a manter e consolidar a posse lusitana.

Essa presença se intensifica a partir de 1688 e resulta na construção da Fortaleza de Santo Antônio de Macapá. A região onde se fixou a Fortaleza compreendia o rio Jari e a margem esquerda do rio Amazonas, território dos índios Tucujus. Essa área, posteriormente, em 1700, é abandonada pelos portugueses a fim de cumprir os termos do Tratado Provisional, acordado entre Portugal e França.

3 PORTUGAL CONSOLIDA SUA ESTRATÉGIA DE CONQUISTA

Pelo tratado, assinado em 4 de março de 1700 e considerado definitivo em 18 de junho de 1701, os lusos demoliram os Fortes de Araguari e Macapá, sacando do lugar até aldeias indígenas utilizadas para fins de defesa. Também as

diretrizes atingiriam todo e qualquer Forte que existisse às margens do Rio Amazonas em direção ao Cabo Norte e costa do mar até a foz do Rio Oiapoque.

O Tratado Provisional adiciona o dispositivo segundo o qual as duas nações estavam, a partir daquele instante, proibidas de ocupar terras enquanto as posses em litígio não fossem plenamente resolvidas pelas duas Coroas. O documento era tão importante para franceses e portugueses que uma das cláusulas amarrava que nem mesmo em caso de incidente, o Tratado poderia ser violado.

Contudo, o Tratado não foi cumprido nem por França nem por Portugal. Os franceses, ignorando o Tratado, penetraram pelo rio Amazonas e pelas terras da Amazônia em direção ao centro. Quanto aos portugueses, não haviam dado um passo para cumprir o que fora pactado. Com efeito, nem havia libertado os índios aprisionados e, sob controle dos franceses, nem devolvido os pertences de franceses de Caiena.

Os documentos que trazem essas notas esclarecedoras não fazem referência à demolição dos fortes que os luso-brasileiros haviam levantado no trecho nevrálgico. Esses documentos são: carta de José de Faria ao Duque de Cadaval, instruindo-o para fazer reclamação ao embaixador do rei da França, a exposição ao duque sobre o contato que mantivera com aquele diplomata. (REIS, 2001, p.112)

O Tratado Provisional não previu a resolução do problema dos limites, no entanto, foi ratificado. Porém, os franceses propositadamente pressionaram com o objetivo de manter as incursões pela região ao Norte do Brasil. Embora sob intenso protesto dos portugueses, estes não conseguiram reverter a situação, o que somente foi possível em 11 de abril de 1713

com a intervenção da Inglaterra, Portugal e França, os quais assinaram o Tratado de Utrecht. Este estabeleceu o rio Oiapoque como limite entre o Brasil e a Guiana Francesa.

As providências administrativas e políticas da Coroa para ocupar a região não inibiram as outras potências europeias no desejo de também ocupar a Amazônia. Os conflitos pela posse das terras ao sul do equador ensejaram, entre Portugal e Espanha, a assinatura do Tratado de Madrid. Assinado por D. João V de Portugal e D. Fernando VI de Espanha, a 13 de Janeiro de 1750, o objetivo do Tratado, baseado nos Mapas das Cortes, consistia em atualizar os acordos entre essas duas nações em relação ao Tratado de Tordesilhas já obsoleto. No Tratado, definiu-se que montanhas e rios serviriam como marco demarcatório de limites territoriais entre as soberanias internacionais. Mas ele não fora suficiente para dirimir as controvérsias entre esses países em torno da questão da posse das terras ao Norte do Brasil.

Em 1750, meio século depois, os portugueses incrementaram a ocupação no vale do Rio Branco, limítrofe às possessões espanholas e holandesas nas Guianas. O Marquês de Pombal, incumbido da direção dos assuntos da Coroa e interessado no significado que a Amazônia adquire para o Império Luso-Brasileiro, decide e define os contornos políticos e financeiros da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão a fim de consolidar a ocupação definitiva da fronteira política. O Marquês nomeia como Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado para cumprir o objetivo, dentre outros, o Tratado de Madri⁴.

⁴ O Tratado define a favor de Portugal o direito de posse dos territórios ocupados, favorecendo as bandeiras e o território amazônico ocupado. No geral, o Tratado redefine os limites fronteiriços entre as possessões portuguesas e espanholas. Revoga, na teoria, o Tratado de Tordesilhas, nunca cumprido na prática.

Vale lembrar que a missão jesuítica, embora relevante para Portugal num primeiro momento, causava embaraços para a continuidade da administração Lusa, tendo em vista que na lógica da defesa do Estado Absolutista para impor uma organização social inspirada no liberalismo, os padres ofereciam obstáculos em razão da inspiração ideológica que fortemente exerciam sobre os povos indígenas.

Pelo exposto, fica claro que o Estado Português, para alcançar o objetivo de minar o poderio do poder religioso e político-administrativo dos missionários que usaram a coerção física, econômica, política e ideológica para integrarem os índios à organização social voltada para interesses mercantis (ALMEIDA, 1990, p. 76-7), a administração pombalina, intensifica a agricultura de subsistência como única forma de garantir o povoamento e o território. (ALMEIDA, 1990, p. 134)

A administração do Marquês de Pombal, de fato, garante a integração da Amazônia ao território nacional, seu povoamento, alteração na composição demográfica, com “a introdução de um forte componente europeu - açoariano, principalmente - na ocupação de cidades-fortes, que deveriam guarnecer a região, como Óbidos, Santarém e vários núcleos na ilha de Marajó” (TEIXEIRA; 2007: p.49).

Em 1755, Xavier de Mendonça Furtado ordenou a construção de fortificações para consolidar a posse do território. Dessa estratégia resulta a construção da Forte São Joaquim na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, que visava fortalecer a defesa do vale. Por outro lado, garantiu o acesso para as Bacias do Essequibo e do Orinoco. Porém, outra estratégia mais importante que viria a se consolidar foi o aldeamento da população indígena que atingiu os índios Macuxi. Era o controle da população pelo Estado a fim de facilitar a defesa.

Mas em 1776, com a construção do “Real Forte Príncipe da Beira”, São José de Macapá, na foz do Rio Amazonas, Marabitanas, no Rio Negro e o Forte Coimbra, no Rio Paraguai, Portugal amplia suas ações políticas na região. Em 1790, motivada por inúmeras revoltas, a maior parte dos índios fugiu em direção ao Rio Negro, determinando o fracasso de tais iniciativas estratégicas (SANTILLI, 1994, p.17). Paulatinamente, as autoridades governamentais vão ampliando a rede de proteção na defesa, apesar dos percalços encontrados, dentre os quais as enormes distâncias e as dificuldades de defender uma área extensa e bastante vulnerável.

Os portugueses contaram também com o auxílio de cartógrafos a fim de fornecerem o suporte por meio das informações contidas nos mapas, com vistas a melhorar sua estratégia de ocupação. Neste século XVIII, na gestão do Capitão e Governador da Capitania de São Paulo D. Antônio Luis Souza Bueno Botelho Mourão, Morgado de Mateus recebeu ordens dos portugueses para elaborar um mapa com a finalidade de construir uma estrada de “mar a mar” que ligasse geoestrategicamente o Prata a São Paulo, deste a Goiás. Do Planalto Central a Belém, a carta revela a criatividade dos cartógrafos da Coroa e que, possivelmente, pode ter exercido influência no planejamento tanto de Brasília, quanto da Belém-Brasília e do eixo rodoviário que liga o Planalto ao Norte. As coordenadas visualizadas revelam uma preocupação com o ordenamento destas coordenadas afunilando para o Norte, em direção ao Rio Amazonas.

Nascimento (2005) nota que a colônia militar no Rio Araguari intenciona incrementar a presença lusa para fazer frente à presença francesa na Guiana. Tanto a França quanto

Portugal, como se viu anteriormente, não obedeceram ao Tratado Provisional e, conseqüentemente, colocava-se a questão da demarcação das fronteiras políticas entre o Brasil e a França, simbolizada no protetorado da Guiana. Ao final desse processo, chegou-se ao resultado de independência territorial, com a manutenção da estrutura espacial e social anterior, uma vez que este foi fruto de um conjunto de circunstâncias que redundou em conciliarem vantagens locais, nacionais e internacionais. (MACHADO, 1989, p.160)

Na seqüência do esforço dessa frente geoestratégica, que busca a integração e a consolidação da posse da Amazônia, vão sendo criadas as condições para uma estável rede de comunicação que propicia a concretização dos objetivos do poder central, que se fortaleceu com a primeira colônia militar que viria se fixar em 1840, na região do Rio Araguari, no Estado do Amapá. (NASCIMENTO, 2005)

4 A PERSISTÊNCIA DO CONTENCIOSO COM A FRANÇA

Na perspectiva da construção do território brasileiro, a Amazônia era tão importante quanto o Prata, já que o Império enfrentava as ambições francesas e britânicas de acesso ao vale amazônico. Assim, com as pressões dos Estados Unidos para o estabelecimento da livre navegação internacional dos rios amazônicos - que seria efetivada em 1866, os contenciosos com a França (Questão do Amapá) e Grã-Bretanha (Questão do Pirara) só viriam a ser resolvidos no início da República. (CAVAGNARI FILHO, 2002, p.19)

O século XIX no Brasil e no mundo, como sabido, foi marcado por grandes transformações econômicas, sociais e políticas. Politicamente disputa-se o controle das formas de

organização social e do regime político. Concretamente, a revolução industrial, com sua nova forma de apropriação dos recursos naturais, determina uma mudança importante na forma de organização territorial das populações, seja como afirmação e legitimação do Estado-Nação no continente europeu, seja mediante o liberalismo como base filosófica e política que opera uma revolução nos costumes e formas de governar. Sua luta principal é contra a “Santa Aliança”, formada por Grã-Bretanha, Rússia, Áustria e Prússia, que defendiam a Monarquia.

Neste contexto, o Exército vai se modernizando e adquirindo uma feição nacional (SCHULZ, 1994), inclusive do ponto de vista do alcance territorial de suas ações. Tal fato tem conduzido a algumas reflexões sobre o significado do Exército na formação do Brasil. Recentemente o General Rubens Bayma Denys (1997) lembrou que o Exército teve participação decisiva como força institucional na “tradição nacional de ocupação e povoamento de nossas fronteiras, como uma primeira fase da delimitação e posse do território brasileiro” (DENYS, 1997, p.17). E arremata: “ao longo de toda a história da pátria, nossas fronteiras no Sul e no Oeste foram demarcadas e vivificadas com a presença das organizações militares do Exército nacional” (DENYS, 1997, p.120). Essa força representa o principal agente na mudança interna e externa de execução de uma política de defesa, ainda que fosse praticamente elaborada exogenamente (PROST, 2000).

Na histórica contenda com a França, é bom lembrar que o Brasil ocupou a Guiana Francesa com tropas paraenses compostas de 600 homens comandadas pelo tenente-coronel Manoel Marques d’Elvas com a ajuda da Inglaterra e de

Portugal, em resposta à ocupação deste pelos franceses liderados por Napoleão. A devolução da Guiana, pactada, para a França, na Convenção de Paris, somente ocorrera em 1917. Na esteira do conflito, as tensões internas aumentaram com a Independência e a adesão do Pará, que havia fornecido os recursos humanos para a tomada das Guianas que só se daria em 15 de agosto de 1823 (SANTOS, 1979, p. 33).

A disputa pela Guiana obedecia a uma lógica estratégica e se arrastou por décadas entre o Brasil e a França na disputa do território de Calçoene, entre o Rio Araguari e o Oiapoque, hoje Estado do Amapá. Essa disputa não cessou com no século XVIII. Em pleno século XIX, Brasil e França buscaram resolver suas pendengas fronteiriças em meio a conflitos pela posse da terra no Amapá. Para Cardoso (2003), com a descoberta do ouro, em dezembro de 1893, em terras de Calçoene, o Contestado atraiu uma caravana de escravos, garimpeiros, desertores, crioulos, pescadores, indígenas e ex-presidiários para a região, resultando no conflito que culminou com a expulsão dos franceses liderados por Cabralzinho, em 1885. Esse acontecimento histórico desencadeou uma redefinição territorial da região com Brasil e França disputando a posse nas últimas décadas do século XIX. E confirma que a população da região do Cabo Norte (Amapá), onde se localizava Calçoene, criara sua própria identidade cultural à margem das definições de soberania instituídas pelo Estado-Nação, tanto do Brasil quanto da França.

Por isso, autora lembra que ora faziam o jogo determinado pelos interesses dos franceses ora os dos brasileiros. Para tanto, “entre processo de catequização, construção de fortes, vilas e outros edifícios, a região do Cabo Norte mostrava-se de difícil ocupação” (CARDOSO, 2003, p.35). Paralelamente a

esses conflitos no Cabo Norte, cabe registrar que as atenções do governo imperial estavam, também, voltadas para a disputa no Prata. O Brasil interessava-se pela livre navegação na margem oriental, estratégica para a salvaguarda do território. Os fazendeiros do Rio Grande do Sul usavam o Rio Uruguai para embarcar seus produtos para o mercado internacional, ao passo que os mato-grossenses dependiam do Rio Paraguai para qualquer contato com o exterior (SCHULZ, 1994, p.53). Mas as disputas pelo Sul do Brasil, entre Portugal e Espanha, é um outro capítulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disputas pela posse de territórios ao Norte do Brasil nos séculos XVII, XVIII e XIX, especialmente o conflito pelo controle da fronteira na foz do rio Amazonas, envolveu o uso da força militar e da diplomacia com efeito positivo para a consolidação das prerrogativas políticas de Portugal sobre a fronteira Norte do Brasil. Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda formaram os atores na arena internacional que desenvolveram estratégias de conquista e ocupação nas quais demonstraram suas preferências pela expansão de seus respectivos domínios territoriais para além mar. A fragilidade dos Tratados, em particular o de Tordesilhas, bem como a intencionalidade da diplomacia da Coroa para falsear os limites demarcatórios entre Portugal, França, Holanda e Inglaterra, no Tratado de Madrid, revelam a conjugação de ação militar e ação diplomática para a resolução dos conflitos. No entanto, ao inferir pela convergência dessas ações, não se pode deixar de mencionar a importância do uso da força militar traduzida nas expedições de Francisco Caldeira Castelo Braço e do Capitão Pedro Teixeira,

que garantiram a posse para Portugal. Cabe o registro da importância da adaptação às condições sociais e geográficas da região e sua capacidade de mobilizar as forças sociais e política locais com vistas à composição de uma força armada realizada por Portugal.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M^a R. C. de. *Os vassallos d'el Rey nos confins da Amazônia: a colonização na Amazônia Ocidental 1750/1798*. Niterói-RJ, 1990. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF), 1990. Mimeo.
- CARDOSO, Francinete dos S. Santos. *Entre conflitos, negociações e representações: o Contestado Franco-Brasileiro na última década do século XIX*. Belém, 2003. 207 f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento/PLADES), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém. 2003. 207 f. Mimeo.
- CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. Introdução à defesa da Amazônia. *Carta Internacional*. São Paulo: FUNAJ/USP, v. 10, n. 107-108, p. 19-21, jan./fev., 2002.
- DENIS, Rubens Bayma. O Projeto Calha Norte. In: *Amazônia e soberania nacional*. Rio de Janeiro: Editora IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros, 1997.
- GADELHA, M. Regina A. Fonseca. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. *Estudos Avançados*, 16 (45), 2002, p. 63-80.
- MACHADO, Osório Lia. *Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)*. Barcelona, 1989. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia Humana, Universidade de Barcelona, Barcelona. 1989.
- MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteira: da alta diplomacia aos circuitos da legalidade. *Revista Território*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 7-23, jan./jun., 2000.
- MATTOS, Carlos Meira. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1980.
- MERCADANTES, A. Apresentação. Sessão Especial em Homenagem aos 370 anos da Expedição de Pedro Teixeira, Desbravador da Amazônia. *Senado Federal*, p. 05. Disponível em: [http:// www.slideshare.net/Mercadante](http://www.slideshare.net/Mercadante). Acesso em: 19 mar. 2010.
- NASCIMENTO, Durbens M. *Projeto Calha Norte: política de defesa nacional e segurança hemisférica na governança contemporânea*. 2005. 355f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PDTU Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

PROST, Catharine. Forças armadas: geopolítica e Amazônia, *Papers*, n. 156, NAEA/UFGA, Belém, 2000.

SANTILLI, Paulo. *Fronteiras da república: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco*. São Paulo: FAPESP, 1994.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. Campinas-São Paulo: Editora Biblioteca Básica de Ciências Sociais, 1979.

SCHULZ, John. *O exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio, 1967.

TEIXEIRA, Francisco C. "A Amazônia e as Novas Ameaças Mundiais". In: NASCIMENTO, Durbens Martins (Org.). *Relações Internacionais e Defesa na Amazônia*. Belém, NAEA/UFGA, 2008, p. 47-63.

Capítulo 8

GEOPOLÍTICA E FORÇAS ARMADAS NA AMAZÔNIA: DESAFIOS POLÍTICOS E INSTITUCIONAIS PARA A DEFESA NO SÉCULO XXI¹

Durbens Martins Nascimento

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Amazônia vem se tornando, paulatinamente, objeto de intervenção política do governo brasileiro nas duas últimas décadas na área da defesa e da segurança. Essa crescente atuação situa-se num quadro de aumento das tensões políticas nas fronteiras da América do Sul ao Norte do Brasil. As aquisições de equipamentos militares pelas Forças Armadas da Venezuela e da Rússia; o acordo de cooperação militar Brasil-França para compra, pelo Brasil, de 36 aviões de combate Rafale da empresa francesa Daupat e 50 helicópteros de transporte EC-725; o incremento da presença militar dos EUA na Colômbia seja por meio do Plano Colômbia ou do recente acordo que cede àqueles o uso de várias bases militares da Colômbia; a operação militar antiguerrilha em território Equatoriano desenvolvida pelas Forças Armadas da Colômbia, que contou com apoio

¹ Este *Paper* foi elaborado no âmbito do Projeto de Pesquisa *Consórcio Forças Armadas Século XXI*. Contou com auxílio financeiro da CAPES. Agradeço a ajuda dedicada das bolsistas de Iniciação Científica PIBIC/UFPA do referido Projeto, Regiane Ribeiro e Gisele Elaine da Silva Ferreira. Uma versão deste *paper* foi publicado sob mesmo título na Revista *Papers do NAEA*, Belém, v. 241, p. 01-16, 2009.

tecnológico de comunicação sofisticado, e assessores militares, que eliminou o articulador internacional das Forças Armadas da Colômbia (FARC), Raúl Reyes, e o lançamento, pelo Brasil, da Estratégia Nacional de Defesa (END) revelam-se, todos esses fatores em conjunto, incentivos e motivações para o recrudescimento da tensão política entre esses países com possíveis desdobramentos políticos em suas respectivas fronteiras.

Esses fatos nos leva à reflexão sobre as concepções geopolíticas que persistem quando se observa o comportamento do governo brasileiro na tomada de decisão no processo de formulação e execução de programas e projetos de segurança em desenvolvimento na Amazônia, comparativamente aos gastos em defesa pelos países da América do Sul e a tendência global de dispêndio de recursos na área de defesa em percentuais do PIB.

Analisaremos as recentes medidas institucionais do governo na constituição e conformação de um marco regulatório na área da defesa destinado à Amazônia, sob influência da geopolítica. O foco da análise centra-se na problematização da existência, ou não, de um padrão geopolítico contido especificamente nos projetos de natureza militar que objetivam contribuir para o desenvolvimento regional, sob o impacto de um conjunto político na região que vem, aos poucos, acirrando o debate sobre a crise que ameaça a estabilidade política.

Os dados sobre os gastos militares estão disponíveis no Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia (OBED), coordenado pelo autor no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e no site do Stockholm International Peace Research (SIPRI).

Em perspectiva histórica, esses projetos evidenciam uma preocupação relativa do governo com a área da defesa e segurança do Brasil (NASCIMENTO, 2005). Neste sentido, a análise se justifica na medida em que se trata de políticas públicas atinente à defesa e permite situar a capacidade de governança brasileira nessa área, que toca a possibilidade de alteração no curso da intervenção do governo para garantir a segurança como um bem público para os cidadãos brasileiros.

O *Paper* está assim estruturado: a primeira seção e a última são as considerações iniciais e finais, respectivamente; a segunda parte apresenta uma discussão conceitual de governança; a terceira resgata a influência da geopolítica nas políticas governamentais em execução na Amazônia e a quarta seção, descreve as medidas políticas e prática que estão sendo tomadas para amenizar a vulnerabilidade da presença das instituições estatais na Amazônia como incremento do contingente militar.

2 GOVERNANÇA: OS MÚLTIPLOS SENTIDOS

O termo *governança*, nas suas mais diversas acepções e aplicabilidades em diferentes domínios, refere-se, no geral, aos aspectos administrativos e operacionais, sobretudo às condições políticas existentes e suficientes para o bom exercício de governo, isto é, a forma pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos financeiros e organizacionais na busca da eficiência da ação do Estado, isto é, sua capacidade de formular, executar e manter políticas governamentais através de uma articulada rede institucional (NASCIMENTO, 2007).

Há diversas denominações para o termo *governança*, do tipo “governança corporativa” (GRÜN, 2003), aplicada na gestão das empresas públicas e privadas; “governança global”

(PIERIK, 2003), no seu uso no campo das relações internacionais; e “governança sem governo” (ROSENAU, 2000), de múltiplas aplicações e usos na Teoria de Relações Internacionais. Há governança quando um processo político-institucional e administrativo e seus mecanismos políticos e organizacionais existem e funcionam para catalisar as demandas oriundas da sociedade e capacidade de agir em resposta, utilizando-se, para isso, os instrumentos de planejamento do desenvolvimento, bem como agindo em prol do melhor desenho institucional para administrar os recursos políticos de um dado contexto societário, com vistas ao exercício das funções efetivas de governo.

A preocupação com a governança, no sentido do esforço da administração pública para o monitoramento do comportamento dos agentes que circulam no espaço institucional e territorial da fronteira na dimensão da defesa na Amazônia, impõe-se aos atores políticos que atuam ou estão fortemente fixados territorialmente na Amazônia, como ambientalistas e defensores dos povos indígenas, sobretudo daqueles que se situam à margem da legalidade constitucional: contrabandistas e traficantes de todas as espécies.

Isso leva-nos ao Executivo, de forte preponderância legislativa (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001, p. 20), instituição política com prerrogativas de dotar a defesa na Amazônia de investimentos institucionais, principalmente no que concerne ao planejamento e a execução de políticas, a exemplo dos programas e projetos elaborados e executados quer num momento histórico sob o signo da geopolítica dos militares (1964-1985), quer na contemporaneidade, ainda que influenciada por esta, porém com a percepção de alterações fundamentais nas bases teóricas e políticas na compreensão da defesa da Amazônia, a exemplo da Política de Defesa Nacional (PDN) e da Estratégia Nacional de Defesa (END).

3 A INFLUÊNCIA DA GEOPOLÍTICA NA AMAZÔNIA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Os fundamentos teóricos da geopolítica, num sentido clássico, enquanto categorias capazes de organizar um discurso pretensamente científico que dê sentido e princípio às estratégias desenvolvidas por Estados nas relações internacionais, quando estimulados à expansão e à conquista de outros territórios na busca de suprimentos e fontes de energia e matéria-prima para atender a determinadas demandas industriais, isto, de um estado com pretensões expansionistas ou de preservação de seu território em caso de ameaça de outro fronteiroço, ou, mais ainda, o desenvolvimento daqueles princípios voltados para o controle de pessoas identificadas e pensadas como “inimigos interno” do Estado, esses fundamentos clássicos giram quase sempre em torno do problema das relações entre população, território e recursos naturais.

A Escola Superior de Guerra (ESG), no pós-segunda grande guerra do século passado, elaborou um projeto para fazer do Brasil uma grande potência. Essa geopolítica brasileira não se envolveu apenas em assuntos ditos militares, mas, ao contrário, estabeleceu as bases para uma influência nos decisores de então para além do emprego e uso das Forças Armadas (FFAA) em caso de conflitos interestatais, abrangendo concomitantemente os de caráter político e social, por meio, sobretudo, de estudos que focalizavam a organização nacional (MIYAMOTO, 1995, p. 18).

As forças militares que se consolidaram no poder, em 1964, encontraram na geopolítica a força intelectual necessária e pragmática para transformá-la em “geopolítica do desenvolvimento”, daí o surgimento do binômio *segurança-*

desenvolvimento com forte influência nas políticas implantadas na Amazônia. Todavia, durante os governos Ernesto Geisel, a geopolítica perdeu força, resvalou para posições secundárias, inclusive os seus tecnocratas no governo (MIYAMOTO, 1995).

Nos anos 80, o Executivo desenvolveu importantes iniciativas no sentido de pensar os problemas advindos do *vazio de poder*, criado na fronteira Norte do Brasil onde é dada ênfase na militarização da atuação estatal, mediante instituições como o INCRA, GEBAM (Grupo Executivo das Terras do Baixo-Amazonas), a administração do Garimpo de Serra Pelada e o GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins), aos quais se atribui o controle estatal dos conflitos agrários. Este último foi criado em 1980, pelo decreto 1.767 de 1º de fevereiro, diretamente subordinado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), abrangendo 20.000 km², compreendendo particularmente o estado do Pará até o extremo-oeste do Maranhão.

O CSN era o órgão do Estado através do qual o Executivo, ainda nos anos 80, controlava e administrava os conflitos e as tensões pela posse da terra entre posseiros e grileiros, especialmente no Sudeste e Sul do Estado do Pará. Tanto o GETAT quanto o GEBAN compuseram a força tarefa institucional por meio da qual o Executivo, como instrumentos de governança, embora pela via autoritária, agiu na redução dos conflitos na Amazônia, tendo em vista que por esse meio, visava ocupar o *espaço vazio* deixado pela repressão à Guerrilha do Araguaia nos anos 70 (NASCIMENTO, 2000). “A lógica, nesse caso, foi a de militarizar a questão agrária e manter sob controle do Estado os conflitos por terras e sobre as terras devolutas” (FERNANDES, 1999, p. 39).

Um aspecto importante da discussão no âmbito da defesa da região consistia no desenvolvimento e aplicação do conceito de *segurança interna* contra os inimigos do estado, como mencionado acima. Essa região, portanto, necessitava ser povoada a qualquer custo, a fim de garantir e legitimar a soberania sobre suas riquezas naturais. Com efeito, era preciso manter a ordem capitalista contra possíveis instabilidades institucionais e políticas. Manter a ordem na Amazônia significava, nessa interpretação, criar as condições necessárias para o progresso da região como condição para a viabilização do conceito de desenvolvimento contido no sonho Brasil Potência (NASCIMENTO, 2000).

Essa forma de pensar o desenvolvimento contido nas narrativas militares, longe de ter desaparecido, revitalizou-se no Projeto Calha Norte (PCN) e com a implementação do Projeto SIVAM (hoje SIPAM), que revelam uma atenção especial ao aspecto militar ainda que ambos não se configurem exclusivamente como ações militares.

O PCN surgiu na Secretaria-Geral do CSN com o objetivo de desenvolver socioeconomicamente a Amazônia, pois esta devia se integrar à sociedade nacional. Os investimentos do Projeto limitaram-se a aberturas, manutenção e consertos de estradas, construção e reparos de aeroportos e construção e reformas de quartéis, bem como logrou-se obter equipamentos de vigilância nas margens do rio Solimões, nas fronteiras com a Colômbia, a Venezuela e a Guiana.

O projeto SIVAM se caracterizou por possuir uma vasta infraestrutura de meios técnicos e operacionais com o objetivo de coletar, processar e produzir dados de interesses das organizações governamentais e não-governamentais.

É necessário destacar, também, que o SIVAM armou-se de radares e sensores, visando reunir milhares de informações sobre desmatamentos, queimadas, tráfego aéreo, novas fronteiras agropecuárias, formação de nuvens, acidentes geográficos e até localização de tribos indígenas (NASCIMENTO, 2005).

O PCN, enquanto programa de desenvolvimento econômico-social e pretensões sustentáveis ecologicamente da fronteira política, guarda similaridades com outras iniciativas, o que confirma a existência de um padrão de apropriação do território, servindo-se, para tanto, da organização de meios burocráticos e financeiros, ainda que escassos, para resolver pendências históricas em relação às políticas públicas, insuficientes e incompatíveis com as singularidades sociais e culturais existentes na Amazônia. Sobretudo, o PCN é a tentativa de reviver no presente a tradição do poder central de controlar a Amazônia, especialmente a Faixa de Fronteira Norte por meio da estratégia do desenvolvimento regional.

Por outro lado, o SIPAM é um sistema multidisciplinar com finalidade de coordenar as ações de vigilância e monitoramento na Amazônia, objetivando integrar as diversas instituições públicas e privadas. Visa também gerenciar informações obtidas com os projetos para fins de segurança nacional e desenvolvimento social e regional, bem como reduzir custos infraestruturais necessários ao desenvolvimento sustentável da região e alavancar a integração nacional; aproveitar e garantir a biodiversidade e gerar bem-estar para os habitantes.

Ambos, PCN e SIVAM, no geral, têm a finalidade de defender, proteger e garantir a integridade do território nacional, combater os ilícitos e, sobretudo, alavancar o desenvolvimento

sustentado e sustentável da Amazônia e da Faixa de Fronteira, em particular. Um e outro, a partir de um determinado momento, 1996, passam a se constituir em objeto das diretrizes da Política de Defesa Nacional (PDN).

A PDN foi decretada em 1996, e a partir de 2000 integra-se ao *Avanço Brasil*. Fundou-se, inicialmente, na definição do Brasil enquanto potência média no ambiente institucional das relações internacionais e objetivou organizar a área da defesa para cumprir sua missão de liderança na América do Sul.

A análise dos meandros dessa política revela que ela é extremamente coerente com as nossas condições econômicas, políticas, geográficas e bélicas. Baseia-se na diplomacia para a resolução de conflitos em escala regional e global e, simultaneamente, corrobora o potencial militar de qualquer Estado para enfrentar os fracassos no campo diplomático. No geral, segue os preceitos contidos para esses temas estabelecidos na Constituição de 1988.

Em 30 de junho de 2005, por meio do Decreto nº 5.484, o governo Lula deu outras providência para a defesa do Brasil. Anuncia a Nova Política de Defesa Nacional.

O documento conceitua segurança e a coloca como condição necessária e imprescindível para a garantia da soberania e da integridade territorial. Condição que deve permitir o exercício dos direitos e deveres constitucionais, ao passo que a defesa refere-se ao conjunto de medidas e ações a serem implementadas pelo Estado para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais ante ameaças externas, potenciais e/ou manifestas. Frisa-se que as ações do Estado deverão ter ênfase ao aspecto militar, mas não apenas.

Em suma, busca-se instituir uma política de defesa com recursos próprios, isto é, baseados nas possibilidades do país, efetivamente, executá-la a partir das particularidades nacional e regional, que integre as visões estratégicas de cunho social, econômico, militar e diplomático, e que conte com o respaldo da sociedade quanto à preservação da coesão e da unidade da Nação, além do envolvimento dos segmentos acadêmico, científico-tecnológico e industrial.

Duas observações estritamente estratégicas na percepção dos militares são possíveis. A primeira é a proeminência da visão integrada multidisciplinar dos princípios fundantes da PDN. Neste particular, estende a política de defesa para além do setor exclusivamente militar, como sabido, abarcando a problemática ambiental e os aspectos sociopolíticos. A segunda observação inclui uma clara continuidade e reafirmação da cooperação internacional, a não ingerência nos assuntos internos de outros países soberanos e a busca da solução pacífica para os conflitos interestatais (NASCIMENTO, 2005).

Assim, o que torna a PDN emblemática é o fato de enquadrar a Amazônia como prioridade de defesa porque exige uma reflexão sobre os efeitos políticos no que tange à estabilidade da região amazônica. Tal inflexão fora motivada pela transição no sistema internacional caracterizado pelo realinhamento dos diversos interesses estratégicos em disputa no globo, a partir de 1991, o que torna o mundo econômica e comercialmente multipolar, indefinido e instável nas relações internacionais. Porém, unipolar no campo militar devido à predominância dos EUA, que dispõem de meios poderosíssimos para impor sua ação estratégica as demais nações e países, como demonstram as experiências do Iraque e do Afeganistão, inclusive na era Obama.

Do ponto de vista da ampliação da política de defesa, torna-se necessário lembrar dois outros componentes estratégicos que se inserem na dinâmica da discussão contemporânea acerca da Amazônia e sua geopolítica: a importância do debate sobre a questão da escassez de água doce no planeta e sobre sua diversidade biológica. Estas questões remetem ao fato de que um terço das espécies existentes no mundo está na Amazônia, para a qual existem referências mundialmente conhecidas acerca dos planos dos grandes conglomerados farmacêuticos interessados em explorar o manancial de insumos existentes. Isto tem conduzido pesquisadores a sugerir e definir os contornos de uma *Geopolítica da Biodiversidade* (ALBAGLI, 1998).

Outro aspecto da análise da PDN que merece destaque refere-se ao fato de que, ao lado da END, ela estabelece e incentiva a reorientação estratégica e geopolítica do Brasil para a região amazônica, vista como uma área prioritária para as ações de defesa (LE MONDE DIPLOMATIQUE-BRASIL, 25/08/2009). Contudo, a análise, até aqui, demonstra que, de fato, não têm sido materializadas, a contento, as diretrizes contidas em suas bases doutrinárias e políticas.

A PDN, o SIPAM e o PCN estão inseridos numa política de defesa conduzida pelo Ministério da Defesa (MD) que tem a prerrogativa de operacionalizar as ações de defesa no país. O MD possui prerrogativas institucionais e políticas para mobilizar a sociedade em caso de agressão externa e garantir a unidade federativa, bem como manter definidas e protegidas as fronteiras do Brasil. A propósito, essa discussão tem se limitado à questão das referências puramente abstratas da fronteira, vista como limite territorial de soberania. As mudanças em andamento no

mundo levam-nos a acreditar que o debate em torno de uma política de defesa nacional necessita incorporar as recentes formas de ver a fronteira: como faixa, zona e espaço cultural e simbólico de trocas comerciais e de relações interétnicas. Ou, como espaço social privilegiado para a origem, fortalecimento, movimento e circulação de redes de criminosos conectados local e globalmente e que atuam à margem da, e pela legalidade institucional-estatal.

4 AS FORÇAS ARMADAS NA AMAZÔNIA NO SÉCULO XX

A legitimidade institucional do governo para garantir a governança nesta área mediante o fortalecimento das instituições estatais na fronteira da Amazônia confere a este poder o papel de definir e executar um planejamento estratégico numa área consagrada como de segurança nacional com legislação específica demonstrada pelo volume dos recursos financeiros empenhados para as políticas de defesa na Amazônia.

As FFAA têm se revelado a única instituição que o Estado possui na fronteira. Pelas propriedades de *área marrom* (O'DONNEL, 1993); alta taxa de concentração urbana concentradas nas principais cidades da região (Belém e Manaus); economia extrativista; com um caleidoscópio de rotas de contrabando e tráfico de animais silvestres, madeira, minérios, peles, armas e cocaína entre outros entorpecentes; administrações públicas municipais e estaduais com baixa capacidade institucional para ensejar uma esperança de intervenção positiva para além dos marcos federais, as FFAA apresentam-se como o Estado capaz de, simbolicamente, representar o contrato político nestas *áreas marrons*.

No começo do século XX, o Exército, para cumprir as exigências e administrar a região, criou o Comando Militar da Amazônia (CMA), em 27.03.1909. Esse Comando parece encerrar a trajetória da construção dos fortes à moda dos primeiros séculos de ocupação Portuguesa. A propósito, na visão de Mattos (1990, p.100), os fortes construídos ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, mesmo os que não foram utilizados pela Coroa Portuguesa na batalhas para defender o Brasil na parte Norte, serviram para uma estratégia dissuasória de enorme valor simbólico.

No século XX, as mudanças engendradas pela era Vargas na construção de uma burocracia com caráter nacional e que conduz à modernização do Estado coincidem com os preparativos da Segunda Guerra Mundial, onde o Estado-Maior das FFAA mantinha vigilância quanto à possibilidade do Brasil sofrer as conseqüências de uma intervenção estrangeira. Num documento secreto de 1936, assinado pelo Coronel Francisco Gil Castello Branco, afirmava-se que a Amazônia, no contexto da situação de beligerância que circundava o mundo, tornava-se alvo predileto da conquista pelas potências “imperialistas” (Inglaterra, Japão e França) e exorta as autoridades para criarem uma forte organização militar para defendê-la (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1996, p. 180-182).

Em 1938, ao atender uma sugestão do comandante da 8ª Região Militar (RM), o General Góes Monteiro, então chefe do EME (Estado-Maior do Exército) autorizou a criação de Batalhões de Fronteiras. No hiato do conflito mundial, o tema da segurança na Amazônia ficara congelado. Todavia, com o surgimento de uma nova ordem mundial emergida das ruínas da Guerra, a Amazônia retornava para as agendas militar e da segurança nacional.

A arquitetura organizacional desenvolvida e mantida atende aos requisitos da disponibilidade de fornecer, na Faixa de Fronteira, uma armadura composta por unidades físicas, inicialmente constituídas por Unidades Militares, para posteriormente transformar-se em vilas e cidades, segundo a concepção geopolítica da vivificação da fronteira por meio da atração de contingentes primeiramente familiares dos militares deslocados de outras cidades e/ ou regiões do país. Essa sempre foi a concepção estratégica dos militares, pelo menos os do EB, para a defesa da região.

O Comando Militar congrega várias Regiões Militares (RM). Na Amazônia existe um Comando, o Comando Militar da Amazônia (CMA), que abrange toda a Amazônia Legal, com sede em Manaus. A ele estão subordinados duas RM: a 8ª, sediada em Belém e a 12ª, sediada em Manaus. Contudo, a centralização da PDN está em Brasília, no Ministério da Defesa.

Atualmente, estas Unidades Militares (UM) estão localizadas nos municípios da Faixa de Fronteira, observando os Estados do Amazonas e Roraima.

Apesar da presença militar no Amapá, especialmente em Clevelândia do Norte, não existem unidades significativas na fronteira, somente na capital, Macapá, que não está situada na Faixa. No geral estas são as principais UM: Tefé (AM) – Companhia de Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva; Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva; 16ª Base Logística; 17º Batalhão de Infantaria de Selva; 34ª Pelotão de Polícia do EB; 4ª Delegacia do Serviço Militar da 29ª C S M. São Gabriel da Cachoeira (AM) – Comando de Fronteira/Rio Negro e 5ª Batalhão de Infantaria de Selva; Hospital de Guarnição; 1ª Companhia de Engenharia de Construção do 1º B E. Tabatinga

(AM) - Comando de Fronteira - Solimões e 8º Batalhão de Infantaria de Selva; Hospital de Guarnição; 5ª Delegacia do Serviço Militar 29ª C S M. Manicoré (AM) - Tiro de Guerra. Maués (AM) - Tiro de Guerra. Eirunepe (AM) - Tiro de Guerra. Lábrea - Tiro de Guerra. Boa Vista - Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva; Comando de Fronteira - Roraima e 7º Batalhão de Infantaria de Selva; Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva; 1ª Base Logística; 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva; 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado; 32º Pelotão de Polícia do EB; 6º Batalhão de Engenharia de Construção; 6ª Delegacia do Serviço Militar da 29ª C S N; e Mucajaí (RR) - Tiro de Guerra.

As FFAA possuem 30.000 homens na Amazônia. Somente no período de 1998 a 2002, segundo dados de Lourenção (2003, p. 55), o efetivo salta de 3,3 mil para 23,1 mil. Esse número positivo não pode isentar a afirmação de que quando se compara o efetivo militar, principalmente os situados na Faixa de Fronteira terrestre do país, com o restante do Brasil, verifica-se que há ainda uma forte presença espacialmente concentrada na região Sul do país do total dos efetivos. Dos 288.500 homens integrantes das FFAA brasileiras, menos de 10% está na Amazônia, uma região definida como estratégica, tanto na versão da PDN de 1996 e 2005, quanto na END, de 2009.

Tabela 1 - Quantitativo de efetivos militares das Forças Armadas no Brasil e na Amazônia.

Força	Brasil	%	Amazônia
Exército	190.000	8.94	17.000
Marinha	48.500	10.30	5.000
Força Aérea	50.000	16.00	8.000
Total	288.500	10.39	30.000

Fonte: Observatório de Estudos de Defesa da Amazônia (OBED). [http:// www.obed.ufpa.br](http://www.obed.ufpa.br), 2009

Com efeito, em comparação com sociedades que se assemelham no aspecto da economia dos bens naturais e genéticos, população e extensão territorial, tais como EUA, Rússia, China e Índia, a posição do Brasil no sistema internacional e com seus vizinhos na América do Sul está abaixo da média mundial para um país que pretende enfrentar, em condições de igualdade, os desafios num cenário conturbado mundialmente, mas que não se vislumbra ameaças concretas no hemisfério sul.

Tabela 2 - Despesas militares e PIB dos maiores países em população, território e recursos - 2008.

Países	PIB* = US\$ trilhões	Defesa = bilhões	% = 100
EUA	10,4	276,7	3,2
Rússia	1,35	-	-
China	5,7	55,91	4,3
Índia	2,66	11,52	2,3
Brasil	1,34**	13,408	1,9

Fonte: Elaborada pelo autor calcado em diversas fontes, 2008.

* Usa-se o critério do poder aquisitivo para o cálculo do PIB.

Absolutamente, os EUA são, de longe, o país que gastam mais no complexo de defesa. Com um orçamento anual de US\$ 276,7 bilhões aplicados internamente e no exterior, com a manutenção de um arsenal convencional de 250.000 militares no mundo inteiro e 7.500 armas nucleares a um custo de 30 bilhões de dólares,² mantém a liderança mundial. Podem fazer isso porque têm o maior PIB do mundo, com um pouco mais de US\$ 10 trilhões e precisam exercer a supremacia militar nos

² Ver KORB, L. 1999. "Armas de Destruição em Massa: A Experiência dos Estados Unidos". *Revista Eletrônica da USIA*, v. 4, n. 2, set. p. 9.

cinco continentes. Em contraste, a República Popular da China, no tocante à relação PIB/Gastos Militares, é quem lidera o ranking mundial no setor. Invejavelmente a China investe atualmente um total de US\$ 55,91 bilhões. Esse valor representa 4,3% do PIB, o que é o maior percentual do mundo. A média de gastos em relação ao PIB dos países ricos que compõem o G-7 é 2,0%. O conjunto dos países industrializados aplica 2,2%, apesar de, relativamente por região do planeta, o Oriente Médio mais a Turquia registrarem um índice superior em relação ao PIB, de 6,6%. A América Latina e o Caribe são as regiões que menos gastam com defesa nacional, onde o Brasil investe apenas 1,15% do PIB – mesmo assim o maior orçamento da região.

Esse incremento de despesas em defesa efetuado pelas principais economias do mundo reproduz a escala armamentista em andamento em todos os continentes, com exceção da Europa, onde o percentual do PIB em relação à defesa está estagnado.

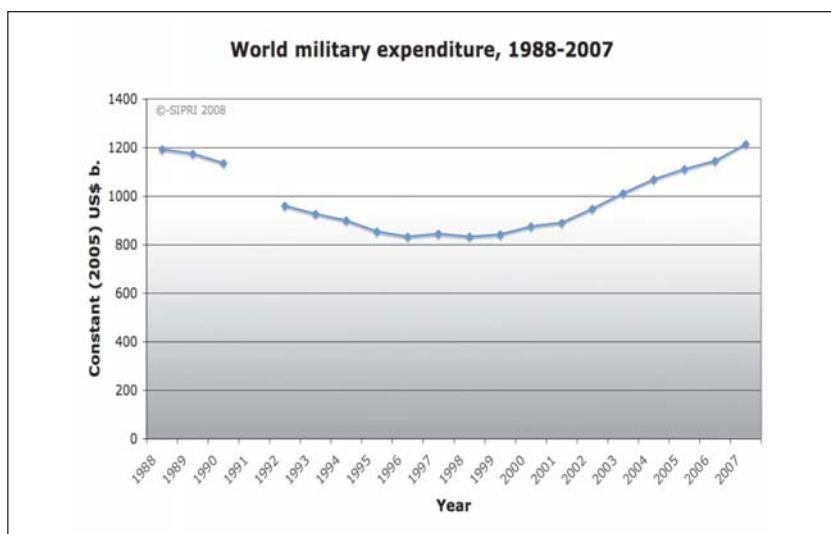


Gráfico 1 - Gastos militares no mundo, 1988-2007.

Fonte: SIPRI, 2008

O Brasil, a Colômbia e o Chile, são os entes estatais, na América do Sul, que mais despendem recursos para a defesa na América do Sul. As FFAA e a defesa são os que recebem poucos recursos se se considera o estritamente aplicado no desenvolvimento e manejo dos componentes ligadas ao setor: treinamento, operações de rotina, tecnologia, equipamentos etc. No Brasil, a razão disso está no fato de que gastos militares, equivocadamente, incluem a seguridade social que é de responsabilidade do MD depois da Constituição de 1988, responsável legalmente pelo pagamento de pessoal, incluindo ativos, inativos e pensionistas.

Tabela 3 - Gastos no setor militar dos países da América do Sul

Regiões / países	Em milhões US\$	Total %
Total Global	842.717	100,00
Argentina	1.386	0,16
Brasil	9.651	1,15
Uruguai	212	0,03
Paraguai	54	0,01
Total MERCOSUL	11.303	1,34
Bolívia	119	0,01
Chile	2.557	0,30
Colômbia	2.840	0,34
Equador	685	0,08
Guiana	5	0,00
Peru	865	0,10
Suriname	8	0,00
Venezuela	1.081	0,13
Total resto da América do Sul	8.160	0,97
Total América do Sul	19.463	2,31

Fonte: Elaborada pelo autor calcado em diversas fontes, 2008

* Usa-se o critério do poder aquisitivo para o cálculo do PIB.

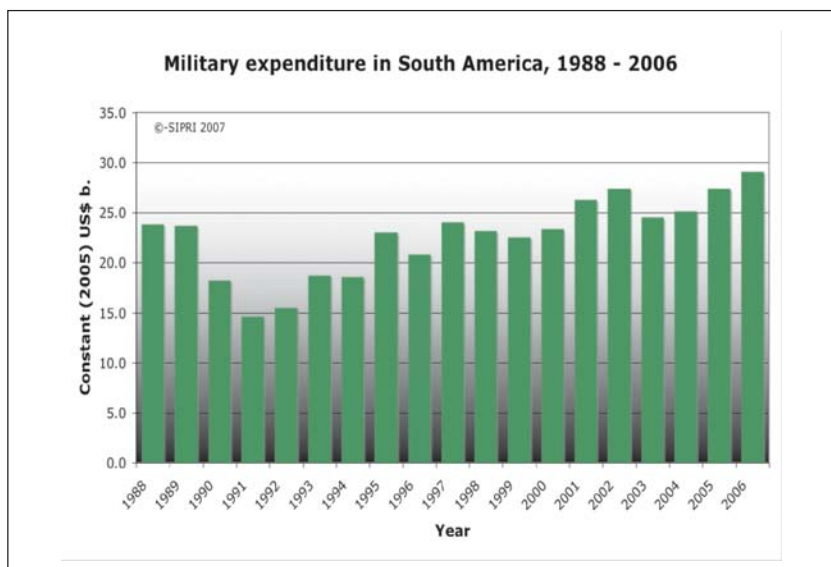


Gráfico 2 - Gastos militares na América do Sul, 1988-2006.
Fonte: SIPRI, 2007

A abordagem comparativa dos dados também revela que na América do Sul há um aumento dos gastos em defesa. Mas esse aumento não se verifica na América Central. Observa-se o biênio de 91-91 do século XX que houve substancialmente uma drástica queda nestes investimentos. Parece-nos que essa redução está associada ao fim da Guerra-Fria e em seguida, as reformas do Estado para o mercado que atingiu as economias do continente marcadas pelos desinvestimentos em diversos setores da economia. Esse incremento da taxa de recursos do PIB para a defesa nos anos seguintes é puxado para cima pelo percentual dos países do MERCOSUL em relação ao resto da América do Sul. Os dados revelam ainda a preponderância do Brasil neste cenário, o que acompanha uma tendência mundial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vigência de pressupostos democráticos e de instituições representativas no país desde 1986 e de fortalecimento dos canais participativos consagrados desde a Constituição de 88 não alterou a perspectiva histórica de dotar as instituições de defesa de sofisticados equipamentos de informação e de recursos orçamentários para garantir os preceitos constitucionais de proteção, especialmente da Faixa de Fronteira pertencente à Amazônia brasileira. O chamado PAC da defesa, que se constitui na aquisição de aviões de combate de transferência de Batalhões para a Amazônia, mostra a preocupação permanente com a região. Portanto, existe claramente um padrão de atuação do governo nas fronteiras ao Norte do Brasil.

Esse padrão caracteriza-se pela influência da geopolítica na concepção de programas e projetos em andamento na região, na medida em que se investe na implantação de Pelotões de Fronteira e na revitalização do PCN. O espaço social de implementação destes programas/projetos se atribui as variáveis de população, território e recursos naturais. Esse padrão é notado também no impacto para a defesa na descoberta do Pré-Sal e as justificativas governamentais para privilegiar o acordo Brasil-França, traduzido no argumento da proteção dessas enormes jazidas de petróleo.

Verifica-se ao mesmo tempo a existência desse padrão na construção de significados políticos em torno da chamada Amazônia Azul, onde, diante da sua dimensão e vulnerabilidade, justifica-se, ao lado do Pré-Sal, a construção do submarino de propulsão nuclear. Por fim, identifica-se esse padrão nas medidas políticas e práticas que estão sendo tomadas para amenizar a ausência da presença efetiva das instituições

públicas na Amazônia no aspecto estritamente da defesa de suas fronteiras. Uma delas são a construção e instalação de Pelotões de Fronteira, a exemplo do Programa *Amazônia Protegida*, que visa instalar as “células de vigilância” que passarão de 21 a 49 até 2018 e custará 1 bilhão de reais aos cofres públicos.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S. *Geopolítica da biodiversidade*. Brasília: IBAMA, 1998. p. 199-221.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército. Brasília, 1996. p. 180-182.
- ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA, mais poder com novas armas. *Le monde diplomatique-Brasil*, v. 3, n. 25, p. 4-7, ago. 2009.
- FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. 285 p.
- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV/FAPESP, 2001. 231p.
- GRÜN, R. Atores e ações na construção da governança corporativa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 139-161, jun. 2003.
- KORB, Lawrence. Armas de destruição em massa: a experiência dos Estados Unidos. *Revista Eletrônica da USIA*, v. 4, n. 2, set. 1999.
- LOURENÇÃO, H. *A defesa nacional e a defesa da Amazônia: o sistema de vigilância da Amazônia (SIVAM)*. 2003. 233f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/bc/pdf>>. Acesso em: 10 set. 2009.
- MATTOS, C. M. *Geopolítica e teoria de fronteiras: fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.
- MIYAMOTO, S. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1995. 257 p.
- NASCIMENTO, D. M. Áreas Marrons e Programa Calha Norte. In: NASCIMENTO, D. M. (Org.) *Relações internacionais e defesa na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2008. 244 p.
- _____. *Amazônia, governança, segurança e defesa*. In: NASCIMENTO, D. M. et al. *Governança, integração e meio ambiente*. Belém: NUMA/UFPA, 2007. p. 33-67.
- _____. *Projeto Calha Norte: política de defesa nacional e segurança hemisférica na governança contemporânea*. 2005. 355 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

NASCIMENTO, D. M. *A guerrilha do Araguaia: "paulistas" e militares na Amazônia*. 2000. 145 f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento/PLADES) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2000. PDF.

O'DONNELL, G. Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais: uma visão latino-americana com uma rápida olhada em alguns países pós-comunistas. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 36, p. 123-145, 1993.

PIERIK, R. Globalization and global governance: a conceptual analysis. *Hague Joint Conference*, 2003.

Capítulo 9

PROGRAMA CALHA NORTE (PCN): POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA, DEFESA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO NORTE DO BRASIL

Aurilene dos Santos Ferreira

INTRODUÇÃO

A principal característica de uma política pública como o PCN é a especificidade de ser uma política de Estado, e desse modo, diferente de outras políticas, possui um caráter de continuidade, independentemente da troca de governantes. Sua consolidação como política pública tridimensional (segurança, defesa e desenvolvimento regional) faz parte de uma nova concepção de defesa, e revela a intenção do governo brasileiro para tratar questões de fronteira, reconhecendo a necessidade de protegê-las, partindo de um enfoque ampliado de defesa que inclui as variáveis econômica, social, política e ambiental. Esse pensamento revela a necessidade de transversalidade entre políticas públicas de vários setores para fins de defesa nacional. A necessidade de interligar políticas públicas de desenvolvimento e política e estratégia de defesa e de segurança nacional pode ser atribuída à desconfiança dos militares em relação à eventual “ameaça” estrangeira ao território brasileiro, especialmente à Amazônia.

Essa concepção ampliada do conceito de defesa nacional é inovadora para Nascimento (2005), e está associada aos eventos que marcaram a sociedade nas últimas três décadas. Com o fim do regime militar (1964-1985) e dos regimes autoritários no Leste Europeu, a partir de 1989, que culmina com o fim da bipolaridade em 1991, as Forças Armadas (FA) em todo mundo foram obrigadas a reorientar-se para os novos tempos. Nessa virada, algumas delas buscaram se adequar aos regimes democráticos e a uma conjuntura instável no plano mundial com a expansão do terrorismo, do tráfico de drogas, seres humanos e armas, e, por fim, do aumento da crise ecológica.

O PCN é fruto dessa reorientação, que foi consolidada com a nova PDN (2005), apesar das limitações orçamentárias por que passara. Atualmente tem se destacado como política pública de grande amplitude na Região Norte nos âmbitos civil e militar. Ambas as vertentes, que possuem valores disponíveis para a realização de convênios, têm possibilitado a construção de obras na área de urbanismo (drenagem e pavimentação de ruas, saneamento etc.). A amplitude do PCN se reforça com a expansão de sua área de atuação, chegando a englobar Estados inteiros. Inicialmente o Projeto abrangia 14% do território nacional, numa superfície de 1.221.000 km², povoada por 1,7 milhão de habitantes, que se estendia pelos estados do Amapá, Amazonas, Pará e Roraima. Até o mês de agosto do ano de 2008, a área de abrangência do PCN totalizava 2.743.986 km², o que corresponde a 32,23% do Território brasileiro. Em comparação com a faixa de fronteira terrestre do Brasil, que é de 15.719 km, 10.938 km ficam na área de abrangência do PCN.

A expansão da área do PCN nos últimos anos está em congruência com os objetivos do Programa (2004 a 2007), que são:

Aumentar a presença do Poder Público na Região de atuação do Programa Calha Norte, **contribuindo para a defesa nacional**, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na Região. (grifo da autora).

Além de ser forte aliado da Política de Defesa Nacional (PDN), em alguns municípios amazônicos o programa é o único meio de realizar determinadas obras, uma vez que a cota de transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), principal fonte de recursos do Governo Federal aos municípios brasileiros, não é suficiente para financiar as políticas públicas necessárias para o município. Por outro lado, as fontes de recursos próprios, advindas de tributações e de outras fontes de arrecadação de competência municipal na área do PCN no Estado do Pará, e especificamente no município de Monte Alegre, indicam que pouco se pode fazer com esses recursos, como se verá mais adiante. Como política pública, o PCN nada mais é que o Estado em ação.

Nota-se, com isso, que o Estado brasileiro tem investido na defesa do país, sobretudo da Amazônia, ainda que de modo insuficiente, inclusive por meio do PCN. A estratégia de defesa da fronteira com o PCN é constituída não apenas pela atuação armada dos pelotões de fronteira em operações isoladas e/ou conjuntas com a Polícia Federal (PF) e com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), também se constitui das chamadas *Ações Subsidiárias* das Forças Armadas, como bem define a Doutrina Militar Nacional (DMN, 2007) em vigor. São ações que possuem um fundo social (saúde, construção de pontes, hospitais, infraestruturas urbanas etc.), porém estão diretamente

relacionadas à defesa nacional, como anota a Política de Defesa Nacional (2005), o que é ratificado no discurso do Coronel Roberto de Paula Avelino, Gerente do PCN, ao falar a respeito dos objetivos do PCN:

[...] a gente percebe o seguinte: há uma preocupação da defesa nacional do ponto de vista estratégico, militar. Mas nós temos a consciência do seguinte: o que nós precisamos mesmo é dessa simbiose da defesa não só como coisa militar, mas a presença do povo, do Estado brasileiro. Se você não conseguir fixar numa linha de fronteira, que é o objetivo do programa, outros vão ocupar. Então, por exemplo, se você não desenvolve aquela Ilha de Marajó, as pessoas vão viver na periferia de Belém; se você não desenvolve ali o norte do Pará, as pessoas saem, parte toda ali do norte vai sair! Vai para Oriximiná, vai para Santarém, vai para outros polos maiores [...].¹

Por essa razão é que o PCN tem ampliado sua área de abrangência para além de municípios que ficam na fronteira, passando a incluir novos municípios também em suas proximidades, mas que na maioria dos casos são estratégicos para servir como base logística para os municípios que ficam na faixa de fronteira. Além disso, segundo o General José Benedito de Barros Moreira:

A chegada de quartéis muda o perfil econômico das cidades. Eles contribuem para o desenvolvimento regional. Esse também é nosso papel ao ocupar as áreas de fronteira e inserir cada vez mais as Forças Armadas na sociedade (O ESTADÃO, 2 de dezembro de 2007).

¹ Entrevista concedida à autora em Brasília na Sede do PCN, no dia 05.12.2006. Também participou da entrevista o Prof. Dr. Durbens M. Nascimento, coordenador do CFAS21.

Para os militares, na atualidade, tão importante quanto as estratégias de defesa e a presença militar na Amazônia é a presença civil. Isto é, o surgimento de instituições civis e o estreitamento entre civis e militares, com objetivos estratégico-militares e sociais, é visto como fundamental no pensamento militar. Pautado nessa concepção Pós-Guerra fria, como já se colocou, são planejadas e implementadas as ações do PCN nos municípios.

Se por alguns anos, durante o governo Fernando Collor de Mello, as verbas foram reduzidas drasticamente, ao ponto de o projeto ser considerado praticamente extinto, no presente momento histórico as coisas têm se mostrado diferentes. A situação financeira do PCN foi revertida, o projeto foi transformado em Programa estratégico, passando a ter mais verbas no Orçamento Federal. Como resultado dessas transformações, a partir de 2003 aumentou sucessivamente o número de municípios que dele fazem parte.

Os dados dos Quadros 1 e 2 ilustram o aumento que se deu no número de municípios pertencentes ao PCN nos últimos anos.

ESTADO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS
Amazonas	45
Rondônia	27
Pará	26
Acre	22
Amapá	16
Roraima	15
Total	151

Quadro 1 - Número de municípios pertencentes ao PCN por estado de 2003 a 2005.

Fonte: Relatório Final de Atividades do PCN (2003 a 2005).

ESTADO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS
Amazonas	62
Rondônia	52
Pará	27
Acre	22
Amapá	16
Roraima	15
Total	194

Quadro 2 - Estados e número de municípios pertencentes ao PCN até o ano de 2008.

Fonte: Relatório Final de Atividades do PCN (2006).

Do ano de 2005 para 2006 foram incluídos 43 novos municípios. Isso resultou de uma redefinição do PCN, ato que, na avaliação de Nascimento (2007, p. 2), consolida o Programa como parte da PDN para a Amazônia brasileira, reafirmando a Doutrina de Segurança Nacional, que para muitos parecia esquecida, bem como o PCN que, em seu momento de crise, era considerado um fracasso por seus críticos mais desacreditados. Não obstante o PCN não seja de modo isolado, suficiente para assegurar a defesa e a segurança das fronteiras brasileiras, ele tem desempenhado papel relevante nessa área, seja direta ou indiretamente. Nos Quadros 2 e 3, visualizam-se os estados da federação que fazem parte do PCN, bem como o nome dos municípios do estado do Pará nele inseridos.

Nessa nova configuração do PCN o estado do Acre merece destaque porque antes de 2003 não pertencia ao programa. Sua inserção se deu em razão da maior parte de sua extensão territorial estar inserida na “faixa de fronteira,” de modo que os seus municípios fazem parte, total ou parcialmente, desta faixa. Nos últimos 20 anos, a faixa de fronteira foi objeto de políticas relacionadas à garantia da soberania nacional, implementadas pelas Forças Armadas e delineadas por uma longa linhagem de órgãos ligados aos militares: o Conselho de

Segurança Nacional (CSN), a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e, no atual governo, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência (GSIP) e o Conselho de Defesa Nacional (CDN). Inegavelmente, o PCN é fruto dessas políticas.

No estado do Pará, encontram-se no PCN vinte e sete municípios: Afuá, Alenquer, Almeirim, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Curuá, Faro, Gurupá, Juruti, Melgaço, Monte Alegre, Muaná, Óbidos, Oriximiná, Ponta de Pedras, Portel, Prainha, Salvaterra, Santarém, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Soure e Terra Santa.

Do ponto de vista do montante de recursos resultantes de convênios entre o Ministério da Defesa e os estados (Quadro 3), o estado do Pará aparece em desvantagem em relação aos demais, ocupando a última posição, apesar de possuir uma área territorial maior que alguns países europeus. Entretanto, há outros em posição mais favorável no ranking dos recursos do PCN, como é o caso do estado de Roraima e do Amazonas, localizam-se numa área mais estratégica do ponto de vista da defesa e da segurança nacional por estarem na área de fronteira propriamente dita. Além disso, outro fator que contribui para as vultosas quantias de recursos são as emendas parlamentares das bancadas desses estados.

Estado	Número de obras	Valor (R\$)	%
Roraima	212	111.853.341,49	39,18
Acre	92	61.008.429,01	21,37
Amazonas	135	45.537.164,89	15,94
Rondônia	131	30.289.243,62	10,61
Amapá	66	28.255.900,36	9,90
Pará	31	8.564.815,90	3,00
	667	285.508.895,27	100

Quadro 3 - Recursos repassados por meio de convênios entre o PCN e estados amazônicos e número de obras realizadas (2007).

Fonte: Relatório de Atividades do PCN (2007).

Os investimentos que o PCN realiza nesses estados da Amazônia são o reconhecimento de que a atuação do Estado com a intenção de *vivificar* a faixa de fronteira tem acontecido de fato. Os dados contidos no Quadro 3 informam a quantidade de obras realizadas nesses estados e o custo total delas ao PCN. O estado de Roraima ocupa a primeira posição em razão dos recursos adquiridos por meio de emendas da Bancada Parlamentar desse Estado, segundo revelou em entrevista o Cel. Roberto de Paula Avelino, gerente do PCN.

Como assinala a PDN (2005), a atuação do Estado brasileiro nessa região é dificultada pela baixa densidade demográfica, pelas grandes distâncias, aliada a uma precária malha viária, que colocam as hidrovias e o transporte aéreo como principais alternativas de acesso a alguns municípios. Ao mesmo tempo, o aumento da presença do Estado, em particular, por meio das Forças Armadas, ao longo das fronteiras, é condição necessária para se conquistar os objetivos de estabilização e desenvolvimento integrado da Amazônia.

Neste sentido, o PCN investe no desenvolvimento dos municípios que abrange, cumprindo função de Estado em perspectiva federal à medida que financia e executa políticas públicas por meio dos convênios que realiza com prefeituras municipais ou com o governo do Estado, ainda que a maioria deles financie projetos de infraestrutura. O município de Monte Alegre destaca-se na realização de convênios com o PCN no estado do Pará.

Cabe lembrar que o PCN não é a primeira política pública que objetiva o desenvolvimento da Amazônia a partir da segurança e da defesa da região. Historicamente, as políticas públicas de desenvolvimento voltadas para a Amazônia

possuem, uma intrínseca relação com a segurança nacional, seja no período áureo da política desenvolvimentista nas décadas de 1950 a 1970, seja no período pós-redemocratização brasileira, a exemplo do Programa Calha Norte (1985). Em 1966 ganhou destaque a *Operação Amazônia*, uma marca do período militar, cuja finalidade era desenvolver a Amazônia por meio de investimentos e de incentivos à ocupação territorial, atendendo assim ao discurso de segurança nacional que tinha como uma de suas principais metas, preencher o que equivocadamente se denominou de *vazio demográfico* (baixa densidade demográfica). A PDN se consolida, além outras coisas, como uma estratégia continuada de valorização da Amazônia, que nela é posta como prioridade.

A REGIÃO DO PCN E A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DE MONTE ALEGRE

O PCN abrange a maior parte da Amazônia Legal, excetuando-se apenas os estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Ele abrange uma região onde se concentra a maior reserva de recursos do país e do mundo. Além de englobar 95 municípios que ficam diretamente na faixa de fronteira em 6 estados, foram acrescentados mais os municípios que ficam ao longo dos 150 km da faixa de fronteira nos estados do Amazonas, Acre e Rondônia, bem como os municípios localizados à margem esquerda do rio Juruá, ainda no Amazonas, e os municípios da ilha do Marajó, no Pará.

De acordo com dados do Ministério da Defesa disponíveis nos relatórios de atividades do PCN (2007), essa região tem a especificidade de possuir cerca de 10% da água doce do mundo e 5% de toda a biodiversidade conhecida no planeta. Com esses

dados, é possível compreender a necessidade de investimentos em políticas públicas de defesa e de segurança na Amazônia em sua totalidade e, principalmente, nessa região, que também se destaca pela densidade demográfica de menos de 2 habitantes por km² em contraste com a alta taxa de concentração urbana. Este fenômeno se repete em toda a Amazônia Legal, que cresce a quase 2,0% ao ano, onde mais de 70% dessa população vive em áreas urbanas. No ano de 2007, a população da Amazônia Legal chegou a 23,6 milhões, o que significa quase 13% do total nacional e 518% maior que em 1950.

Parte da preocupação manifestada pelos militares no período de idealização do PCN, no que diz respeito à relevância estratégica da Amazônia para o Brasil e para o mundo, é aqui ratificada com as informações acima. Ganha destaque a desigualdade registrada no estado do Pará e na região do baixo Amazonas, onde se localiza a área de estudo (o município de Monte Alegre), ocupando a quarta posição no que se refere à desigualdade e concentração de renda, perdendo apenas para a região metropolitana de Belém, para o estado do Tocantins e para a região do Carajás. A região Norte ganha destaque também por possuir a maior área, contrastando com a sua população, que é a segunda menor do Brasil (IBGE, 2007).

Como parte da Amazônia Brasileira, a importância do município de Monte Alegre para o país está no fato de possuir rico potencial natural, merecendo destaque a rede hidrográfica, integrada por três grandes bacias, cujos principais cursos d'água são os rios Amazonas, Maecuru e Jauari (alto curso). A bacia do Amazonas, que fica situada no lado sul do município, serve de limite entre Monte Alegre e os municípios de Prainha e Santarém, ocupando cerca de 15% do espaço municipal e tendo

como principal integrante o rio Amazonas, que corta o município de Monte Alegre no sentido oeste/leste e, sudoeste/nordeste, num total aproximado de 100 km. Além disso, seu potencial histórico-cultural, herdado com os **sítios arqueológicos** e as **pinturas rupestres**, consideradas vestígios da mais antiga ocupação humana na Amazônia, e talvez nas Américas, são fatores relevantes para definir esse município como estratégico para a defesa nacional. Os sítios mais conhecidos ficam na área centro-sul do município, no complexo constituído pelas serras da Lua, do Ererê, do Paituna e do Aroxi.

Para a defesa nacional, o município de Monte Alegre possui características singulares para estar no PCN: além de estar localizado na área do programa, de possuir baixa densidade demográfica, de apresentar perfil social compatível com o que estabelece o PCN, quais sejam: alta Taxa de Urbanização, baixa densidade demográfica (sua população total é a terceira maior dos municípios que fazem parte do PCN, contudo ainda permanece com densidade demográfica abaixo de três pessoas por km², embora haja municípios com densidade demográfica menor que a sua), abriga a maior parte de uma das mais importantes áreas indígenas brasileiras, a Terra Indígena Paru D'Este, dos grupos indígenas Aparai e Wayana, cujas fronteiras se estendem e compreendem o Norte do Pará, Guiana Francesa e Suriname, Amapá, Parque do Tumucumaque, com 3,8 milhões de hectares, área equivalente ao tamanho da Bélgica, sendo que, 1. 195,786 hectares estão localizados no Estado do Pará, de acordo com informações do Instituto de Terras do Pará (ITERPA).

Tem-se ainda em Monte Alegre, como também em outros municípios da Amazônia brasileira, a ineficiência do Estado na fiscalização do cumprimento da legislação ambiental e também

em outras áreas, podendo impactar nos índices de desmatamento. No município de Monte Alegre, localizado na mesorregião do Baixo Amazonas e na microrregião de Santarém, a falta de agilidade para a legalização do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Serra Azul, criado no ano de 2005 pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), está contribuindo para o desmatamento ilegal na área, que foi interdita pela Justiça Federal no ano de 2007.

Alguns dos grupos indígenas da Terra Indígena Paru d'Este, como os que ficam localizados no estado do Amapá e os que ficam no norte do Pará, estão distribuídos em ambos os lados da fronteira entre o Brasil e os países limítrofes. De ambos os lados, há contatos regulares, embora irregulares (Quadros 4 e 5).

TERRA INDÍGENA	ESTADOS	MUNICÍPIOS	SUPERFÍCIE/HA	POVOS
Uaçá	Amapá	Oiapoque	470.164	Galibi Marworno Karipuna Palikur
Juminã	Amapá	Oiapoque	41.601	Galibi Marworno Karipuna
Galibi do Oiapoque	Amapá	Oiapoque	6.889	Galibi do Oiapoque Karipuna
Waiãpi	Amapá	Amapari, Laranjal do Jari	607.017	Wajãpi
Parque de Tumucumaque	Pará e Amapá	Oriximiná, Óbidos, Almeirim, Alenquer, Monte Alegre	3.071.067	Aparai Katxuyana Tiriyó Wajãpi Wayana
Rio Paru d' Este	Pará	Almeirim, Alenquer, Monte Alegre	1.195.785	Aparai Wajãpi Wayana
Zo'é	Pará	Oriximiná Óbidos, Alenquer	664.465	Zo'é

Quadro 4 - Terras indígenas na fronteira norte.

Fonte: Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (IEPE) (2008).

GRUPOS INDÍGENAS	PAÍSES	LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO/FONTE
Tiriyó	Suriname	Rios Paloemeu e Sipaliweni	1400 (Boven, 2001)
Wayana	Guiana Francesa Suriname	Margem direita do alto rio Maroni (ou Aretani) Margem esquerda do alto rio Maroni	800 (Lopes, 2002) 500 (Lopes, 2002)
Wayapi	Guiana Francesa	Margem esquerda do rio Oiapoque, entre Camopi e Trois Sauts	710 (Tinoco, 2002)
Palikur	Guiana Francesa	Saint Georges de l'Oyapock e rio Gabaret	720 (Passes, 1994)
Kali'nã (Galibi)	Guiana Francesa Suriname Venezuela	Awala-Yalimapo, Iracoubou, Mana, St. Laurent du Maroni, Kourou	3000 (OkaMag, 2002) 3000 (OkaMag, 2002) 11150 (OkaMag, 2002)

Quadro 5 - Grupos indígenas distribuídos em ambos os lados da fronteira entre o Brasil e os países limítrofes.

Fonte: Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (IEPE) (2008).

Além dessa importância estratégica de Monte Alegre, o município também possui o perfil social e econômico exigido para que possa fazer parte do PCN, o que não é apenas uma peculiaridade desse município, mas de todos os 27 do Estado do Pará atualmente inseridos no programa. Um dos instrumentos mais utilizados para delinear o perfil social de um município é o Índice de Desenvolvimento Humano² (IDH), que, no caso de Monte Alegre, segundo dados do PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano (2000), é de 0,69. Isso corrobora a necessidade de investimento das três esferas da federação brasileira para executar ações consideradas básicas para seu desenvolvimento.

² A conceituação sobre o que vem a ser Desenvolvimento Humano, segundo Sposati (2000, p. 5), está relacionada a estudos realizados pela ONU/PNUD. "Com base em suas reflexões, entende-se que o desenvolvimento humano é a possibilidade de todos os cidadãos criarem uma sociedade melhor e desenvolverem seu potencial com menor grau possível de privação e de sofrimento; a possibilidade da sociedade poder usufruir coletivamente do mais alto grau de capacidade humana."

Tabela 1 - Indicadores demográficos do município de Monte Alegre comparados com os indicadores do estado do Pará e do Brasil (2000 e 2004).

Indicadores	Monte Alegre	Pará	Brasil
População Total ¹	64.747	6.695.940	179.108.134
Menor 1 ano ¹	1.769	163.994	3.399.251
1 a 4 anos	7.274	677.799	13.918.815
5 a 9 anos	9.079	826.201	17.471.260
10 a 19 anos ¹	16.419	1.611.582	37.226.209
20 a 49 anos ¹	22.440	2.670.146	78.737.506
50 a 59 anos ¹	3.458	363.334	13.142.561
60 e + ¹	4.308	382.884	15.212.532
Proporção de menores de 5 anos de idade na população ¹	13,97	12,57	9,67
Proporção de adolescentes na população (10 a 19 anos) ¹	25,36	24,07	20,78
Proporção de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) ¹	28,28	31,61	32,73
Proporção de idosos na população (60 anos e mais) ¹	6,65	5,72	8,49
Densidade demográfica ²	3,07	4,96	19,92
Grau de urbanização ²	34,11	66,55	81,25

Fonte: Elaborada pela autora com dados do IBGE/Ministério da Saúde (2008).

Notas:

1 - IBGE estimativa 2004.

2 - IBGE 2000.

Além do IDH, o perfil social e econômico do município de Monte Alegre pode ser constatado com os dados da Tabela 1.

Pelo que mostram os indicadores do município de Monte Alegre, há uma necessidade explícita de atuação do Estado nas três esferas de poder por meio do planejamento em políticas públicas para incentivar o desenvolvimento. Todos os

indicadores apresentados na tabela acima, comparados com o Brasil e com o Estado do Pará, colocam-no em posição desfavorável. Como se nota, apesar das ações do PCN em Monte Alegre, os indicadores ainda são insatisfatórios. Isso não significa que o programa não contribua para o desenvolvimento local, pode significar que o PCN não seja, isoladamente, suficiente para elevar esses indicadores. Entretanto, deixaremos essa questão para outra pesquisa, haja vista não ser o objetivo desta investigação, mensurar a contribuição do PCN para o desenvolvimento de Monte Alegre.

Tabela 2 - Receitas municipais de Monte Alegre - PA (2002-2005).

Receitas municipais	2002	2003	2004	2005
Receita corrente	18.580.805,88	22.478.682,32	26.006.526,16	31.614,69
Receita tributária	444.988,19	552.327,88	534.819,75	1.015,780
Impostos	302.458,89	415.779,54	364.774,03	863.188
IPTU	101.426,16	115.079,71	141.793,86	107.507
ISSQN	116.943,07	111.547,20	114.090,96	241.088
ITBI	2.771,74	4.912,82	18.742,00	8.527
IRRF	81.317,92	184.239,81	90.147,21	506.065
Taxas	142.529,30	136.548,34	170.045,72	152.596
Outras receitas próprias	373.023,71	444.837,38	1.102.462,33	1.046.110
Receitas transferidas	8.847.411,27	21.481.517,06	24.369.244,08	297.552.79

Fonte: SEPOF (2005).

Ao se comparar os valores dos convênios feitos entre o município de Monte Alegre e o PCN, pode-se ter uma noção de como os recursos do PCN são relevantes. Apenas um dos convênios, no valor de 1.450.000,00, realizado no ano de 2007 para drenagem de águas pluviais, é maior que o valor referente à receita tributária do ano de 2005.

Tabela 3 - Transferências constitucionais do ICMS, FPM, IPI, FUNDEF, IPVA 1995 - 2006.

ANOS	ICMS (1)	FPM (1)	IPI (1)	FUNDEF	IPVA	TOTAL
1995	482.976,19	2.543.165,38	39.813,35	-	-	3.065.954,92
1996	560.419,78	2.877.186,70	50.137,29	-	14.862,93	3.502.606,70
1997	502.747,69	2.870.904,56	57.272,89	1.066.868,94	14.524,55	4.512.318,63
1998	513.880,26	3.498.207,51	52.877,87	2.733.193,30	25.056,20	6.823.214,44
1999	597.115,95	3.884.261,46	51.282,87	3.422.362,53	39.789,91	7.994.812,72
2000	906.530,00	3.881.009,00	69.392,00	3.657.141,00	30.657,00	8.544.729,00
2001	1.176.704,22	4.605.421,74	79.332,77	5.474.422,59	35.070,99	11.370.952,31
2002	1.278.935,72	5.397.854,72	67.038,64	6.727.840,26	54.335,91	13.526.005,25
2003	1.541.994,80	6.134.987,42	54.187,43	7.451.132,60	83.868,82	15.266.171,07
2004	1.741.005,87	6.776.176,65	58.122,59	7.353.476,21	95.297,79	16.024.079,11
2005	2.182.374,93	8.372.525,91	69.503,04	10.206.077,07	107.713,93	20.938.194,88
2006	2.799.139,51	9.257.856,99	91.728,82	11.177.714,91	122.651,39	23.449.091,62

Fonte: SEPOF (2006).

(1) Menos 15% do FUNDEF.

Como se pode observar, a maior parte dos recursos de que dispõe Monte Alegre advém de transferências constitucionais, das quais quase 50%, obrigatoriamente, devem ser aplicadas na educação, por ser verba do Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (FUNDEF). O diretor de convênios do município, Francisco Carlos Carvalho de Lima, em entrevista³, afirmou que, praticamente, todas as demandas maiores de Monte Alegre são atendidas via Calha Norte.

³ Entrevista realizada no dia 24 de agosto de 2007, na Prefeitura Municipal de Monte Alegre com a participação do Coordenador do CFAS21.

O GERENCIAMENTO DOS RECURSOS E A IMPLEMENTAÇÃO DO PCN EM MONTE ALEGRE

No processo de gestão do PCN, especialmente no que concerne à fiscalização da aplicabilidade dos recursos resultantes dos convênios, percebe-se certa preocupação dos militares que o comandam. A visitação às obras pelo programa financiadas são um claro indicativo da tentativa de impedir o desvio de recursos. Esse é um dos pontos positivos do Processo de Gestão do PCN. Nesse sentido, esse programa exerce função típica do TCU com os municípios que firma convênio, embora tudo isso também seja fiscalizado pelo TCU. O dispositivo legal que ampara os militares nesse tipo de ação encontra-se no Regimento Interno do MD, Inciso X, que diz: “cabe a essa instituição [...] supervisionar programas e projetos em áreas ou setores específicos, de interesse da defesa nacional” (BRASIL, 2000, p. 19).

Os investimentos realizados pelo PCN revelam um forte incremento em suas atividades, dentro de seus objetivos voltados à “manutenção da Soberania Nacional e da Integridade Territorial Nacional” e “promoção do Desenvolvimento Regional na Região da Calha Norte”. Após a realização dos convênios com as prefeituras, os recursos previstos são repassados em etapas pelo MD para, a partir de então, se iniciarem as obras. O município de Monte Alegre destaca-se por ter sido o maior beneficiado com esse tipo de convênio no estado do Pará⁴ (Quadro 12).

⁴ Os outros 12 municípios paraenses que não constam no quadro não fizeram nenhum convênio com o PCN.

Nº ordem	Município	Quantidade	Período	Total conveniado R\$
01	Monte Alegre	05	2000 a 2007	3.292.800,00
02	Terra Santa	04	2001 a 2007	1.120.803,90
03	Curuá	04	1997 a 2005	634.500,00
04	Juruti	03	2001 a 2007	260.000,00
05	Gurupá	02	1996 a 2005	450.000,00
06	Óbidos	02	1997 a 2001	269.750,00
07	Portel	02	1997 a 2007	950.000,00
08	Melgaço	02	1997 a 2006	900.000,00
09	Afuá	02	—	700.000,00
10	Faro	02	2001 a 2006	285.000,00
11	Muaná	01	2006	500.000,00
12	Oriximiná	01	2008	100.000,00
13	Breves	01	2008	100.000,00
14	Currálinho	01	2005	400.000,00
15	Alenquer	01	2000	99.000,00
				6.769.053,90

Quadro 6 - Convênios entre Ministério da Defesa (PCN) e municípios paraenses (1997 a 2007).

Fonte: Ministério da Defesa (2007).

Quase todo esse valor repassado ao município de Monte Alegre foi importante para a área urbana, que está dividida em Cidade Alta e Cidade Baixa, limitada por uma quebra de relevo, resultado desse processo de erosão ou voçoroca. Segundo nos falou o diretor de convênios do município, Francisco Carlos Carvalho de Lima, as obras do PCN foram fundamentais para atenuar a situação de erosão:

Basicamente [...], toda parte de convênio que foram celebrados com o Ministério da Defesa, no caso, por meio do Programa Calha Norte, eles foram obras de infraestrutura, né? É, a obra primeira que nós tivemos aqui no município foi a hidroviária, que foi entre 2002, mais ou menos, 2002, 2003 que foi o período. A gente tem aí o registro. E a partir daí, toda a obras se voltaram para a área de drenagem. Drenagem urbana

de águas pluviais. Ou seja, ao todo, aqui, precisamente, nós temos hoje um, dois, mais ou menos três convênios celebrados com o Ministério da Defesa. Ou três ou quatro convênio celebrado com o Ministério da Defesa. Já assinamos mais um que também é pra drenagem, já em 2007. E devemos ter, temos possibilidade de ter mais outro. A questão de ser obra desse porte, de drenagem, ela tá em função da própria geografia da cidade. Então, eu acho que tu já percebeste que a cidade tem um relevo muito acidentado e ela é uma cidade fisicamente muito bonita. É, ela tem um transtorno muito grande pro gestor, porque em função do relevo e da alta incidência de solos arenosos, ela acaba provocando aí um surgimento de assoreamento, voçoroca. Nós temos aqui, por sinal, a maior voçoroca do estado e talvez até da região Norte aqui. Uma voçoroca urbana aqui dentro da cidade. E por isso a gente canaliza todos os esforços na busca de recursos do que mais do Calha Norte, porque o acesso é mais fácil entre os nossos parlamentares que atuam na nossa área, onde tem as pessoas. E porque as áreas de infraestrutura sempre ela é mais visada pelo gestor. E aqui não se pode fazer asfalto sem antes fazer a drenagem. E por isso que se busca intensamente isso. E agora a gente concluiu a última etapa do convênio do Calha Norte que foi a drenagem e posteriormente nós pavimentamos, como o Bairro de Terra Amarela.

Os convênios realizados entre o município de Monte Alegre e o PCN resultaram na execução de obras voltadas para a área de infraestrutura. As obras as quais se refere o entrevistado chegaram ao total de R\$ 3.292.800,00 entre os anos de 2000 e 2007 (Quadro 7).

Objeto do convênio	Valor conveniado R\$	Data
Pavimentação e drenagem superficial na Avenida Pinto Martins no bairro da Serra Ocidental.	350.000,00	-
Custear, em parte, a construção de 581 metros de drenagem de águas pluviais na Rua Frei Othomar entre a Rua 1º de maio e a Rua Péricles Uchoa e na Rua Marcelino Brazão da Rua Frei Othomar até o canal do Curaxi, todos no bairro do Curaxi.	99.000,00	28/11/2000
Construção de uma Estação Hidroviária de Cargas e passageiros nas margens do rio Gurupatuba.	593.800,00	13/12/2002
Implantação de Sistema de Drenagem de águas pluviais no bairro de Terra Amarela, Sede do Município, com extensão de 2.832 metros.	800.000,00	28/12/2005
Custear a construção de rede de drenagem de águas pluviais com dissipador nos bairros de Terra Amarela, Serra Ocidental e Camarazinho.	1.450.000,00	04/10/2007
Total	3.292.800,00	

Quadro 7 - Convênios realizados entre Ministério da Defesa e o município de Monte Alegre no âmbito do PCN.

Fonte: Portal Transparência Brasil (2008).

Entretanto, em entrevista concedida à autora, em 25 de agosto de 2007, o Diretor de Convênios de Monte Alegre, Francisco Carlos Carvalho de Lima, definiu como mais rigorosa a forma como o PCN realiza os convênios e libera os recursos:

Eles são mais rigorosos nas análises e que, de certa forma, até penaliza os municípios. Porque, essa questão, dessa rigorosidade, eu acho que ela existe, sem dúvida. Mas, por um outro lado não é bem preciso assim. Eu vou te dar um exemplo:

quando nos é liberado recursos com outros ministérios, eles vêm 100% liberados pra nossa conta. Conta do convênio. Vem liberado o total do convênio. Então, [o Calha Norte] não vem, eles liberam uma parcela pra vim outra. Então, o Calha Norte sempre foi este o procedimento. Outros Ministérios não. O DNIT. Nós temos obras do DNIT. Liberaram uma no ano passado.

A percepção exposta no discurso acima, que atribui aos militares do PCN o adjetivo de *mais rigorosos*, corrobora a afirmação que Arretche (2001, p. 15) faz ao se referir à implementação de programas governamentais e políticas públicas, que se caracteriza como um conjunto complexo de *relações* entre formuladores e implementadores, situados em diferentes posições na máquina governamental. A princípio, as vontades, os interesses, as lealdades e as concepções ideológicas destes diversos atores dificilmente serão inteiramente coincidentes.

De outro modo, a fala do diretor de convênios do município de Monte Alegre instiga-nos a elaborar uma questão que poderá ser investigada em outra pesquisa: será que os recursos repassados em forma de convênios aos municípios sem as mesmas exigências e sem a mesma fiscalização que há no PCN são 100% aplicados como foram os recursos desse programa em Monte Alegre?

CONCLUSÃO

Num novo contexto, a segurança e a defesa da Amazônia são temas que se interligam a questões atinentes ao desenvolvimento regional e à gestão pública. O PCN, ainda que num contexto diverso daquele em que se tentou aplicar às teorias desenvolvimentistas de origem cepalinas no Brasil, constitui-se no aprimoramento da ideia de que política de desenvolvimento entrelaça-se a questões de defesa e de segurança na Amazônia, do ponto de vista dos militares. Uma das diferenças cruciais

entre a concepção militar daquela época e a do momento presente reside no fato de que naquele contexto, as funções militares se confundiam com as de governante (civis), enquanto que no estágio atual da política brasileira há uma clara definição entre o papel dos civis e o dos militares, demarcados pela Carta Magna vigente. Nesse contexto, a nova PDN foi identificada como marco legal que veio reforçar os objetivos do PCN em relação à sua importância estratégica para a Amazônia.

Constatou-se, empiricamente, com a pesquisa, que o PCN no município de Monte Alegre, por meio de suas ações e da forma como é implementado, concretamente pode ser definido como política pública de defesa, segurança e de desenvolvimento regional dentro dos parâmetros que o programa se propõe, constituindo-se em uma política de alta eficiência, considerando que seus recursos, nesse município específico, foram aplicados de acordo com o que estava previsto no projeto inicial (100% executados). Não se pode, portanto, negar que a promoção do desenvolvimento regional na Amazônia também agrega a área de infraestrutura, e o PCN, neste sentido, tem importante papel, visto que realiza obras voltadas para saneamento básico, educação (construção de escolas), saúde (construção de postos de saúde), urbanização (construção de terminais hidroviários, drenagem de águas, asfaltamento etc.

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Dr. Durbens Martins Nascimento, pela orientação e pelo incentivo.

Aos entrevistados: Roberto de Paula Avelino, gerente do PCN; Francisco Carlos Carvalho de Lima, diretor de Convênios de Monte Alegre. Sem essas pessoas, a pesquisa não teria sido possível.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. Uma contribuição para fazermos políticas sociais menos ingênuas. In: BARREIRA, M.; CARVALHO, M. (Org.). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC, 2001.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 113 /SPEAI/MD. Dispõe sobre a Doutrina Militar de Defesa - MD51-M-04. *Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais*. Brasília, DF, 1 de fevereiro de 2007. 52 p.

_____. Ministério da Defesa. *Recursos Aplicados pelo Programa Calha Norte*. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/programa_calha_norte/recursos_aplicados.JPG. Acesso em: 20 abr. 2009.

_____. Ministério da Defesa. *Relatório Final das Atividades do PCN – 2003 a 2005*. Disponível em < www.defesa.gov.br/pcn >. Acesso em: 12 mar. 2009.

_____. Ministério da Defesa. *Relatório Final das Atividades do PCN – 2006 e 2007*. Disponível em < www.defesa.gov.br/pcn >. Acesso em: 12 mar. 2009.

_____. Tribunal de Contas da União. *Técnicas de auditoria: indicadores de desempenho e mapa de produtos*. Brasília: Coordenadoria de Fiscalização e Controle, 2000. 32 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> >. Acesso em: 04 mai. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO E EM EDUCAÇÃO INDÍGENA. Disponível em: <http://www.institutoiepe.org.br/media/livros/livro_povos_indigenas_no_AP_e_N_do_PA.pdf>. Acesso em: 02 de fev. 2009.

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ. Disponível em: < http://www.iterpa.pa.gov.br/files/mapas/indigenas/29-rio_paru.pdf >. Acesso em: 19 fev. 2009.

NASCIMENTO, D. M. *Projeto Calha Norte: política de defesa nacional e segurança hemisférica na governança contemporânea*. Belém, 2005. 355f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

_____. *Amazônia: Governança, segurança e defesa*. In: Nascimento, D. M. et al (Orgs). *Governança, Integração e Meio Ambiente na Amazônia*. Belém: NUMA/UFPA, 2007, p. 33-65.

OLIVEIRA, E. R. Considerações políticas sobre a Defesa Nacional. *ComCiência - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico (SBPC)*, abril, 2006. Disponível em: < <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=12&id=101>>. Acesso em: 12 mai. 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M % 2 0 9 1 % 2 0 0 0 % 2 0 R a n k i n g % 2 0 d e c r e s c e n t e % 2 0 \(p e l o s % 2 0 d a d o s % 2 0 d e % 2 0 2 0 0 0 \) . x l s](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).xls). Acesso em: 20 abr. 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS (SEPOF). *Pará em Números*. Disponível em http://www.sepof.pa.gov.br/seplan/Para_em_numeros/index.html. Acesso em 04 de mai. de 2009.

SPOSATI, A. Cidade, território, exclusão/inclusão social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOINFORMAÇÃO - GEO BRASIL, *Anais...* 2000 a.

Capítulo 10

CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA AMAPAENSE: DA DEFESA NACIONAL À INTEGRAÇÃO (INTER)NACIONAL

Jadson Luís Rebelo Porto¹

1 INTRODUÇÃO

A margem esquerda da foz do rio Amazonas historicamente tem trazido interesses externos, seja pelo domínio territorial, pelo uso de seus produtos, ou pela fluidez ao interior do continente sul-americano. Esta condição de domínio e uso da foz do rio Amazonas e da fronteira setentrional ainda se apresenta pouco efetiva, embora haja uma frequência de investimentos externos na região, os quais se intensificaram após a criação do território federal do Amapá.

Segundo Porto (2005a e b; 2006), não se pode analisar os territórios federais somente como ação política, pois não abrange a sua real atuação, mas que também deve ser considerado o uso de suas potencialidades naturais, geográficas, geopolíticas e políticas em um mundo configurado em rede; as suas interdependências com os demais entes federativos e suas respectivas temporalidades, integrantes de um mundo em

¹ Paper elaborado no âmbito do Projeto de Pesquisa *Ajustes espaciais na faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: dos dilemas espaciais à defesa do território*, financiado pelo Edital Pró-Defesa (CAPES/ Min. Defesa).

constante conflito entre o global e o local; sua organização e ordenamento espacial; a gestão do seu espaço mediante os aspectos de ordenamento, a configuração e o planejamento territorial; e as suas relações e conflitos internos.

A hipótese aqui considerada indica que a condição fronteiriça amapaense neste artigo é decorrente da gradação da magnitude do Estado, estimulada pela justificativa da Defesa Nacional e pela sua integração ao mundo globalizado e articulado em redes, mediante as constantes ajustes espaciais², executados e fortalecidos pelo Governo Federal.

Para melhor entender tais situações, este artigo discutirá os seguintes tópicos: Defesa Nacional: reflexões para o uso do território lindeiro; a condição fronteiriça: construções para o uso do território lindeiro; a instalação de próteses e sistemas de engenharia e a formação espacial amapaense e; periodização econômica e a inserção amapaense na rede global.

Para garantir reflexões sobre a hipótese indicada, tem-se por questões orientadoras: Quais são os fatores estimuladores da construção da condição fronteiriça amapaense? Como se comportou a justificativa da Defesa Nacional na construção da condição fronteiriça amapaense após a inserção do Amapá no cenário internacional?

² Por "ajustes espaciais", entende-se as adaptações que são efetivadas no espaço, visando a garantia da instalação, existência, fluidez, manifestação e reprodução do capital (PORTO et. al.,2007). Ao analisar o espaço amapaense sob os enfoques de ajustes espaciais, magnitude do estado e o uso do território, Porto et al. (2007) sugerem que foram construídos condicionantes espaciais neste ente federativo. As condições criadas/construídas garantiram a criação, o planejamento, a organização e a instalação de mecanismos proporcionadores da (des)construção espacial, a fim de atender aos interesses e objetivos externos ao ritmo e vivência locais.

2 DEFESA NACIONAL E A CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA: REFLEXÕES PARA O USO DO TERRITÓRIO LINDEIRO

Diversas reflexões sobre segurança e defesa nacionais foram tecidas na bibliografia brasileira (MARQUES, 2001; FLORES, 2001; LOURENÇÃO, 2003; PINTO, et. al., 2004; PIERMARTEI FILHO, 2008). Entende-se aqui que segurança e defesa são interdependentes. Segundo Delgado (2004, p. 160), considerando esta interdependência e a abrangência das razões e políticas do estado democrático, tanto interno, como externamente, essas categorias “contêm e legitimam uma das mais importantes prerrogativas da autoridade pública que é o monopólio legítimo e legal do uso da força para manter a ordem democrática”. Para Delgado (2004, p. 160), segurança.

[...] é o dever do Estado de criar condições para que o indivíduo possa viver em comunidade livre de ameaças, em liberdade e bem-estar; é um estado em que a satisfação de necessidade e desejo está garantida pelo caráter daquilo que é firme ou daquele com quem se pode contar ou a quem se pode confiar inteiramente; a tranqüilidade que dela resulta é a situação em que não há nada a temer.

Para o Gal. Rui Monarca da Silveira (2004, p. 169), segurança pode ser entendida como

[...] a garantia das condições necessárias para que o indivíduo possa realizar, com liberdade, suas atividades, em determinado ambiente, na plenitude de seus interesses, para atingir o bem-estar e a felicidade. Segurança é, pois, uma necessidade e um direito de todo ser humano; uma “sensação de garantia, necessária e indispensável a uma sociedade e a cada um de seus integrantes, contra ameaças de qualquer natureza”.

Assim, a segurança não se restringe apenas à garantia de liberdade, de propriedade, de locomoção e de proteção contra o crime, mas, também, de outras necessidades básicas do indivíduo e da coletividade para atingir o referido bem-estar, como saúde, educação, moradia, alimentação, emprego, lazer, respeito e outros valores.

Quanto ao conceito de defesa, Delgado (2004, p. 160-161) interpreta que esta “é meio ou método de proteção; capacidade de resistir a ataque; equipamento ou estrutura de proteção; complexo industrial que autoriza e supervisiona a produção e a aquisição de armamentos e demais recursos militares”.

Silveira (2004, p. 171), por sua vez, relembra as palavras do Marechal Castelo Branco, quando este afirmava que “... o conceito tradicional de Defesa Nacional coloca ênfase sobre os aspectos militares de segurança e correlatamente aos problemas de agressão externa”. Sob este olhar, a criação dos territórios federais, em especial o Amapá, pode ser aceito, pois a Alemanha invadiu a França, em 1942. Com isso, a Guiana Francesa poderia ser considerada como “Guiana Alemã”.

Por outro lado, o General também informa que a partir das orientações do Ministério da Defesa, O Exército Brasileiro entende Defesa Nacional como sendo “o conjunto de ações do Estado, com ênfase na aplicação da expressão militar, para a proteção do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças externas” (SILVEIRA, 2004, p.171).

Proença Jr. (2004, p. 108-109), ao se referir ao tema da Defesa Nacional no pensamento brasileiro, entende-o sob dois prismas: um sentido estrito e outro, amplo. No primeiro enfoque podem conceber situações em que o uso da força pode ser politicamente necessário e ou desejável. No segundo, inclui as

questões relacionadas com o desenvolvimento, em particular; as ameaças de caráter econômico e tecnológico das grandes potências, com a necessidade do redesenho social diante de tendências demográficas; a prioridade para atingir indicadores econômicos promissores, e ainda pela necessidade da vivificação industrial e tecnológica do setor bélico.

Ao inserir o debate da Defesa Nacional no território federal, o foi utilizado como justificativa para suas criações na década de 1940. Até a Constituição de 1937, os territórios federais caracterizavam-se como uma adição ao espaço nacional, submetido diretamente à União, com a vocação de se converter em Estado-membro da Federação, cuja única experiência de estrutura administrativa fora o Acre (MAYER, 1976, p. 24).

A novidade dessa Carta Magna reside na sua substancial mudança na concepção política e jurídica deste ente federativo por três motivos: 1) por definir o Brasil como um Estado Federal, constituído pela União indissolúvel dos estados, do Distrito Federal e dos territórios federais; 2) porque foi a primeira e a única que os implantou efetivamente; e 3) por apresentar melhores justificativas e diretrizes que a Carta Magna de 1932, assim expressas no seu artigo 6º: a) apresentou uma justificativa para a sua criação, “no interesse da defesa nacional”; b) determinou que as suas áreas seriam oriundas de “partes desmembradas dos Estados”; c) a sua administração seria regulada por Lei especial³.

³ Sobre essa organização administrativa e judiciária dos territórios federais, as legislações sancionadas foram: Decreto-Lei nº 5.839, de 21/09/1943; Decreto-Lei nº 6.887, de 21/09/1944; Decreto-Lei nº 7.192, de 23/12/1944; Decreto-Lei nº 7.037, de 08/02/1945; Decreto-Lei nº 7.360, de 06/03/1945; Decreto-Lei nº 7.470, de 17/04/1945; Decreto-Lei nº 7.578, de 23/05/1945; Decreto-Lei nº 7.775, de 24/07/1945; Decreto-Lei nº 7.770, de 23/07/1945; Decreto-Lei nº 7.771, de 23/07/1945; Decreto-Lei nº 7.772, de 23/07/1945; Decreto-Lei nº 7.773, de 23/07/1945; Decreto-Lei nº 88, de 28/12/1966; Decreto-Lei nº 411, de 08/01/1969; Lei 6.448, de 11/10/1977.

No que se refere à justificativa de serem criados por “*interesse da defesa nacional*”, primeiramente deve-se entender o seu conceito para os territórios federais. Medeiros (1946, p. 507-508) interpretou que “defesa nacional”

não significa, somente, realizar atos com objetivos militares, mas sim empreender medidas com fim de preservar o país de ameaças de toda ordem; defender as fontes de tributação nas zonas de fronteira; salvaguardar riquezas contra a ação dispersiva das populações rurais; guardar as minas contra a obra inescrupulosa dos contrabandistas estrangeiros e sabotadores nacionais; enfim, assegurar a saúde das massas rurais pela realização de uma política de saneamento [...]. Povoar, organizar, sanear, educar significam, por isso mesmo (desde que compreendam um programa a ser vencido, sob a mais estreita afinidade, pela União em cooperação com os estados), obras de defesa nacional, capazes de justificar o interesse que levaria o Governo Central a criar núcleos administrativos federais em partes desmembradas ou não dos estados.

Reis (1949, p. 123) acrescentou, ainda, os perigos advindos do abandono em que se achavam aquelas regiões, sugerindo que fossem criadas políticas para que “procedesse a recuperação humana, cultural e econômica da fronteira, vivificando-a, vitalizando-a”.

Três décadas mais tarde, a visão de Defesa Nacional de Medeiros foi revista por Temer (1975, p. 28), que a entendeu como “a adoção de medidas cujo objetivo seria o de preservar o país de ameaças de toda ordem; salvaguardar riquezas contra a ação dispersiva das populações rurais; realizar atos objetivos militares, enfim, tudo que, subjetivamente, a União pudesse entender como relevante à preservação da unidade nacional”.

A visão nacionalista de Medeiros é substituída pelo enfoque mais flexível de Temer, devido aos distintos momentos históricos por eles vivenciados. Temer, por exemplo, não insere as orientações de “povoar, organizar, sanear e educar” em sua análise sobre a Defesa Nacional, algo que Medeiros considera de fundamental importância.

Enquanto Medeiros abordou o tema em um período de ebulição bélica, Temer encontrava-se num momento de expansão do capital internacional sobre o espaço brasileiro. Na década de 1970, nas áreas de fronteira, houve avanços no âmbito da saúde, com a implantação de hospitais nos territórios federais; na instalação de projetos incentivados por parte da SUDAM, na integração da Amazônia com as demais regiões brasileiras por rodovias; e na atuação de empresas com capital estrangeiro na região (a ICOMI no Amapá, na década de 1950; e o Projeto Jari, no final de 1960). Ou seja, a Amazônia já se encontrava integrada, conectada e acionada pelo capital externo.

Os territórios federais criados na década de 1940 os foram por desmembramento de estados já existentes⁴. Segundo Jacques (1977, p. 188) a expectativa dos territórios federais “como núcleos de civilização nesses recantos longínquos do território nacional era prestar grandes serviços ao país não só em assunto de defesa nacional, como também em matéria econômica e social”.

Medeiros (1946, p. 94), ao refletir sobre o papel do Estado no processo de desmembramento de estados pré-existent, percebe que este

⁴ Os territórios federais criados foram Fernando de Noronha (arquipélago desmembrado do estado de Pernambuco), Amapá, Rio Branco (hoje se constitui no Estado de Roraima), Guaporé (atualmente é conhecido como estado de Rondônia), Ponta Porã e Iguaçú.

desmembramento foi seguido do processo de centralização administrativa (entendida pelo autor como extensão da vontade do Estado sobre a administração local), [...], competindo à União governar e administrar as áreas por ela transformadas em Território. [...] pois foram criados em um período ditatorial, como *Estados-membro*, governados por interventores.

A centralização administrativa foi a principal característica de gestão espacial desses entes federativos. Sua regularização foi efetivada com a sanção do Decreto-Lei 411/1969. As limitações e as burocratizações em excesso das ações do Governo Federal nesses espaços foram alvos de críticas de José Renato da Frota Uchoa (ex-Secretário da Fazenda e ex-Presidente do Tribunal de Contas do Território Federal de Rondônia no Governo de Jorge Teixeira), que expôs afirmações do período de território, tais como: “o território era o quintal do Ministério do Interior” (MENEZES; HOLANDA, 2006, p. 198).

Ao observar a Amazônia no período pós-1970, esta região já se encontrava conectada com as demais regiões brasileiras pelas rodovias; no pós-1980, esta região apresenta-se como uma *fronteira de commodities* (LOUREIRO, 2009, p. 73-74). A partir desta data, o Governo Federal inicia a instalação dos primeiros megaprojetos amazônicos (Tucuruí, Carajás, Albrás-Alunorte). Passados 30 anos de uma região intensamente integrada e conectada ao cenário internacional, esta também deve ser competitiva. E o que a torna fortemente competitiva é a sua biodiversidade e os recursos minerais ali encontrados. Por isso é que se deve repensar o enfoque de Defesa Nacional.

Um caso a se destacar é o da exploração do manganês no atual estado do Amapá. Em 1946, as suas reservas foram consideradas como *reserva nacional* (Decreto n. 9.858, de 10 de setembro de 1946). Contudo, um ano e três meses mais tarde

começaram as criações de condições de acessibilidades para a exploração manganêsfera pelo capital internacional. O contrato de exploração deste minério foi transformado em diploma legal (Decreto n. 24.156, de 4 de dezembro de 1947, revisto pelo Decreto n. 28. 162, de 31 de maio de 1950) e fortemente criticado por Cunha (1962).

Outro aspecto digno de comentários se refere à gigantesca dimensão territorial amazônica e à porosidade da fronteira (BRASIL, 2005). Flores (2003, p. 15) indica que “na Amazônia, em razão de sua permeabilidade, a localização tem que ser flexibilizada, pois os problemas podem acontecer na fronteira ou até longe dela. Preocupações para-policiais com implicações militares são aplicáveis também ao espaço aéreo, naturalmente permeável”. É justamente nesta porosidade/permeabilidade por onde o ilegal e o legal circulam. O legal em crise e o ilegal, flexível, móvel.

Mediante as observações acima tecidas, a Defesa Nacional é uma questão que transcende os assuntos militares e deveria incluir ainda a perspectiva de enfrentamento de esforços de desestabilização interna causada por agentes externos. Sendo que os riscos externos dividem-se em três categorias: militares, econômico-tecnológico e de desestabilização provocada por agentes externos. Os de ordem não-militar seriam, no futuro presumível, os mais importantes (PROENÇA JR., 2004).

3 A CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA: CONSTRUÇÕES PARA O USO DO TERRITÓRIO LINDEIRO

O debate sobre fronteira é amplamente realizado por geógrafos, cientistas políticos, juristas, dentre outros. Variáveis também têm sido os seus significados, que permeiam desde a separação do “meu” e do “teu”, da área de atuação da soberania, até a sua articulação em um mundo globalizado em rede. Para

reflexões aqui traçadas, adotar-se-á o conceito de fronteira, apresentado por Álvaro Gallero, no XII Encontro de Geógrafos da América Latina:

Fronteira é um sistema mui particularmente dependente, encadeado com outros macrosistemas, com tremenda capacidade potencial, essencial na comunicação dos povos, em equilíbrio dinâmico e, sem embargo, quase desprotegido dos seus instrumentos operativos que permitem desenvolvê-lo (Eliseo Popolitzio).

Quanto às características da fronteira, Grimson (2003, p. 17) as analisa como “os regimes de movimentos materiais e simbólicos que através delas incluem uma série de relações econômicas, políticas, sociais e culturais”. Porém, seus sentidos são decorrentes da conjunção dos seguintes elementos formadores: território: população, regimes de fluxos e de outras relações sócio-históricas (GRIMSON, 2003, p. 17).

Com isso, o autor sugere o conceito de *fronteirização* (GRIMSON, 2003, p. 17), cuja ênfase sociocultural indica que “a fronteira nunca é um dado fixo, mas um objeto inacabado e instável. Um objeto disputado de diversas formas. Um objeto que como produtos histórico de ação humana pode ser e é, reestruturado e resignificado”.

Esta ênfase sociocultural também estabelece a condição fronteiriça como uma construção histórica, social, econômica e politicamente estabelecida por suas relações externas, cujas manifestações locais se expressam pelas reproduções indicadas e orientadas pelo capital externo. Por ser um produto historicamente construído, reestruturado, resignificado, a condição fronteiriça é constantemente (re)inventada. Ou seja, a cada momento histórico, é refeita por ser social e politicamente

estabelecida. No contexto social, pode ser percebida como um espaço de diálogo e/ou de conflitos.

Quanto às suas relações, a fronteira é pensada e legislada à distância, e sua construção prima para atender o externo. Embora seja um espaço de oportunidades, de tolerâncias, flexibilidades e mobilidades, não objetiva atender o local. A condição fronteira possibilita conflitos entre o tradicional e o moderno; garante ações para a (re)organização espacial e não estipula atos para a sua execução.

Quanto às articulações econômicas, são executadas com o exterior. Estabelece oportunidades, tolerâncias e flexibilidades de uso do território. As novas modalidades deste uso, historicamente construídas, refletem na construção e na configuração do espaço local, que dinamizam suas articulações nas diversas escalas espaciais.

Com essas características, percebe-se que o contato existente na fronteira entre o local e o internacional impõe um dinamismo próprio a este espaço; exigindo dos seus atores posturas que, em diversos momentos, são conflitantes às determinações legais, mas que são executadas devido a diversos interesses que esses atores se disponibilizam a executar ou conquistar.

4 A INSTALAÇÃO DE PRÓTESES E SISTEMAS DE ENGENHARIA E A FORMAÇÃO ESPACIAL AMAPAENSE

O estado do Amapá é um dos entes federativos autônomos mais recentes do Brasil (juntamente com Roraima e Tocantins, transformados em estados pela Constituição Brasileira de 1988) e apresenta-se em um processo de construção

de sua organização e ordenamento espacial. Sua origem como integrante da federação brasileira é decorrente de sua criação como território federal (1943)⁵.

Segundo Porto (2003; 2005a), os motivos da criação do território federal do Amapá foram: questões geopolíticas; a extração mineral, notadamente aurífera; a influência de políticos locais; a criação do território federal do Acre; as características regionais norte do Pará; a proposta pela Comissão Nacional de Redivisão Territorial na década de 1930; justificativa militar; a propaganda do *interesse da defesa nacional*; e jurídica (constitucional). Uma vez criado e implementado este novo ente federativo, a atuação do Governo Federal foi de fundamental importância ao se apresentar como centralizador das decisões, planejador, legislador e executor de propostas de crescimento econômico.

A partir de então, alguns aspectos sobre o uso do seu território começam a ser construídos, seja para se pensar as políticas públicas, seja para se investir recursos privados externos com aval do setor público. A ocupação de seu espaço no século XX foi estimulada pela exploração de suas matérias-primas (minérios, madeira), de grandes projetos (ICOMI, na exploração do manganês; Complexo Industrial do Jari, na fabricação de celulose e exploração do caulim; AMCEL, na silvicultura de pinhos e eucaliptos para celulose) e apoiadas por políticas públicas do Governo Federal (PORTO, 2003).

⁵ Os territórios federais foram resultados de ações que conduziram à formação de estruturas capazes de inseri-los em um mundo globalizado e em rede; que envolveram relações de políticas econômicas; que expuseram condições para atender as elites locais delimitando um espaço juridicamente definido e; territorializando suas relações de poder (PORTO, 2005b). Sobre os territórios federais, vide Medeiros (1944; 1946); Mortara (1944); Benevides (1946); Capes (1957); Rosa (1972); Temer (1975); Mayer (1976); Freitas (1990) e Porto (2003).

Desmembrado do vizinho estado do Pará, no século XX aconteceram várias reestruturações territoriais, refletindo nas redelimitações municipais e redefinições territoriais do/no espaço amapaense. As transformações efetivadas após essa criação evidenciaram a necessidade de se estudar: o uso de suas potencialidades em um mundo configurado em rede; as suas interdependências com os demais entes federativos e suas respectivas temporalidades; a sua organização e ordenamento espacial; a gestão do seu espaço; e as suas relações e conflitos internos.

Com isso, a configuração espacial amapaense deu-se mediante a instalação de próteses⁶, as quais foram histórica, cultural, política e economicamente construídas. Porto et al. (2007) identificam alguns modelos de próteses para o caso amapaense, tais como: próteses jurídicas, institucionais, administrativas e tecnológicas. Essas próteses só podem ser entendidas mediante a sua inserção na dinâmica de ajustes espaciais que, no caso amapaense, foram implantados e estimulados pelo uso de redes e a sua mobilidade, os quais foram estimulados pela instalação de sistemas de engenharia (estradas, ferrovias, hidrelétrica, porto) e redes de próteses tecnológicas neste espaço.

Por esse prisma, a dinâmica espacial amapaense “está diretamente ligada aos movimentos de criação destruidora que se manifestaram pela atuação desses fatores e suas influências sobre a expansão e mobilidade informacional no espaço amapaense” (PORTO et al., 2007, p. 11).

⁶ Segundo Porto et al. (2007), próteses são “atos elaborados externamente e implantados localmente os quais impõem novos ritmos ao meio primitivo. Essas próteses podem ser de vários modelos e que transformam e reconfiguram um espaço já existente”.

Com a criação da rede de próteses, tornou-se possível a inclusão de sistemas de engenharia, cujo processo de construção estimulou não somente o processo de migração, mas também a diversificação das atividades produtivas, principalmente na exploração mineral, com elevada participação do capital internacional. Com a instalação dessas próteses, ajustes deveriam ser realizados para o melhor funcionamento e atuação daquelas.

Com a configuração das redes informacionais no espaço amapaense, ocasionadas pela ação dos fixos e fluxos, este espaço passa por uma nova configuração territorial, seja esta ocasionada pelo ganho de próteses tecnológicas ou pelas construções de redes de circulação e comunicação os quais são modeladores do território (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

Neste sentido, com a nova configuração territorial do espaço amapaense, alavancada pela criação/construção de condições (PORTO et al., 2007), pela ação dos ajustes espaciais (COUTO et al., 2006), e pela mobilidade antrópica, reforça a necessidade da revisão do conceito de Defesa Nacional estabelecido na origem do território federal do Amapá, em função dos seguintes aspectos: é um estado amazônico; localizado na foz do maior rio do mundo; possui cerca de 70% de seu espaço com algum grau de restrição de uso; mais de 90% de seu espaço é preservado; possui forte participação de capital estrangeiro na exploração de seus recursos naturais (mineração, madeireira) e na criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (1992)⁷ e da Zona Franca de Santana (2008); nas expectativas da implantação do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal brasileiro e sua articulação

⁷ ALCMS representou a possibilidade, da “abertura de um leque de oportunidades e perspectivas de negócios para a economia do Estado, tendo em vista as vantagens oferecidas pelos incentivos fiscais federais constantes do Decreto n. 517 de 1992 que regulamentou a ALCMS” (SILVA; PORTO, 2005, p. 4-5).

com os planos de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA)⁸; a construção de articulações econômicas e culturais com a Guiana Francesa, estimuladas pela pavimentação da rodovia BR-156 e a construção da ponte binacional entre Oiapoque (BR) e Saint-George (GF); e a construção de novas políticas de relacionamento Brasil/França, bem como seus reflexos nos demais países localizados no norte da América do Sul.

Vale mencionar que a margem esquerda do rio Amazonas é caracterizada como *zona tampão*⁹ (BRASIL, 2005, p. 145), ao serem instaladas unidades de conservação e reservas indígenas neste pedaço do espaço amazônico. Ou seja, o governo pode criar uma dicotomia espacial de conflito entre as determinações da lei e o povoamento local.

5 PERIODIZAÇÃO ECONÔMICA E A INSERÇÃO AMAPAENSE NA REDE GLOBAL

Para se entender melhor as transformações e permanências ocorridas no espaço amapaense, Porto (2003, p. 109-178) indicou três períodos econômicos indicam as ações dos setores privados e públicos na aplicação de investimentos, e que repercutiram no aumento do movimento migratório, na sua urbanização e na sua reorganização espacial. Esses períodos são: gênese, estruturação produtiva e organização espacial (1943-1974); planejamento estatal e diversificação produtiva (1975-1987); estadualização e sustentabilidade econômica (após 1988).

⁸ Sobre este assunto, vide Silva e Rückert (2005) e Silva (2008).

⁹ Este termo é “aplicado às zonas estratégicas onde o Estado Central restringe ou interdita o acesso à faixa de fronteira, criando parques naturais nacionais, áreas protegidas ou áreas de reserva” (BRASIL, 2005, p. 145).

Em todos esses períodos foram criadas condições para a maior e melhor mobilidade do capital no espaço amapaense, seja na instalação de redes que garantissem a fluidez informacional; seja na formação e na estruturação das atividades econômicas e na organização espacial amapaense, capitaneadas pelas atividades minerais; seja nas tentativas de organização espacial, que garantissem a atuação e a valorização dos investimentos instalados. Contudo, em todos esses períodos, há fortes vínculos das propostas de investimento e de desenvolvimento às decisões do Governo Central (PORTO, 2006).

No primeiro período ocorre a formação e a estruturação das atividades econômicas e a organização espacial amapaense. Sob a propaganda de Defesa Nacional, foi ocupada a área lindeira com a criação de uma nova unidade federativa *sui generis* denominada de território federal. Neste período foram criadas diretrizes políticas e administrativas desses entes federativos, implantadas infraestruturas (constructo do Porto da Icomi; construção da ferrovia Serra do Navio/Santana; instalação de usinas termoelétricas em serra do Navio e em Macapá; incício da constructo da BR-156, no trecho Macapá/Oiapoque) e estimuladas atividades econômicas pelo Governo Federal, principalmente no setor do extrativismo mineral.

No segundo, tentou-se incluir os territórios federais na fase do planejamento regional, mas o que se viu na prática foi uma série de intenções elaboradas pelos seus dirigentes, a fim de responder às imposições do Decreto-Lei n. 411/69 e garantir o dinamismo político, jurídico e econômico próprios, apesar de continuarem vinculados às decisões do Governo Central, como se fossem departamentos do Ministério do Interior (PORTO, 2003; PORTO; BIANCHETTI, 2005). Neste período, fortaleceram-se a diversificação produtiva; a ampliação de

sistemas de engenharia rodoviária, conclusão da BR- 156 (conectando Oiapoque-Macapá); conclusão da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes; a população urbana ficou evidenciada no estado. A fronteira tornou-se conectada.

Quanto ao terceiro, as transformações pelas quais o Amapá vem passando desde a Constituição de 1988, abrangem os seus âmbitos político, econômico e político-administrativo (PORTO, 2003, 2005b). Com a estadualização, as expectativas criadas pelas novas relações deste novo estado com o federalismo brasileiro estimularam reflexões sobre sua nova realidade em um período de crise federativa, buscando ainda alternativas econômicas para seu sustento, preocupando-se com a proteção ao seu patrimônio natural e com sua comunidade autóctone.

Diversos fatores devem ser considerados para se analisar as dinâmicas que influenciaram na organização do espaço amapaense, dentre os quais se destacam: 1) a conectividade com as escalas regional e global (LIMA; PORTO, 2007); 2) a influência institucional governamental (PORTO, 2003); 3) a instalação de unidades de conservação (BRITO, 2003; PORTO, 2006); 4) a questão fundiária (LIMA, 2004); e 5) a reinvenção do uso do território, com a retomada do potencial mineral com a inserção de novas tecnologias em áreas já exploradas.

O primeiro fator foi estimulado pela construção de vias de comunicação (ferrovia e rodovias) ligando Macapá/Santana ao interior do estado, bem como a instalação de uma área portuária que conectou este espaço com o cenário global, inserindo o Amapá, no que Santos (2003; 2004) chamou de circuito superior da economia.

O segundo é demonstrado pela construção do espaço amapaense, cuja magnitude do Estado (CHELALA, 2008) é expressa nas relações econômicas internas amapaenses e nas constantes redefinições políticas que as propostas de gestão do

seu espaço, seja com território federal, seja como estado. Porto (2003) expõe que as principais atividades econômicas executadas no espaço amapaense foram transformadas em diplomas legais (decretos ou decretos-lei), cujo final do texto orienta para o “cumpra-se”. Ou seja houve uma *decretização do desenvolvimento* e não a sua efetivação.

O terceiro é um fator limitante de uso do espaço, pois tira as terras do mercado, mas não seus recursos naturais. Como fator de restrição de uso, não resta alternativas à população que não seja a ocupação da periferia urbana de Macapá e/ou Santana, onde se localizam os principais serviços urbanos do estado (PORTO et al., 2009).

O quarto é reflexo de sua origem como território federal. Enquanto terras federais, não há como geri-las nas escalas estadual e municipal. Considerando que mais de 80% das terras amapaenses são federais (sob a jurisdição do INCRA, do IBAMA e da FUNAI), a regularização fundiária é inviável, causando, com isso, ocupações irregulares em seu espaço.

O quinto se refere à retomada de espaços que haviam sido desconectados, como os casos dos municípios de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari¹⁰. Após o período de declínio das atividades mineiras no Amapá (1997-2007), retomaram-se as explorações mineradoras neste último município.

¹⁰ Serra do Navio nasceu como um canteiro de obras, crescendo para alojamento de funcionários da Indústria e Comércio de Minérios S. A. (ICOMI), até a sua consolidação como cidade-empresa (*company town*) e sua municipalização (1992), ocorreu faltando 10 anos para a conclusão do contrato da ICOMI com o Amapá; Localiza-se a 190 km a noroeste da capital amapaense; possui atualmente elevada dependência do Governo Estadual quanto ao Fundo de Participação dos Municípios, pois o seu principal setor econômico, mineração industrial, concluiu suas atividades, encerrando-as em 1997. O Município de Pedra Branca do Amapari é vizinho à Serra do Navio e possui um potencial mineralógico que atraiu os investimentos das empresas de mineração Anglo-América (2004) e da MMX (2005). Para as explorações do ouro e do manganês por essas empresas, respectivamente, aproveitou-se a infraestrutura instalada pela ICOMI, que exerceu suas atividades no período de 1957-1997.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerou-se neste trabalho que pensar Defesa Nacional significa transcender os assuntos militares. Ou seja, devem ser incluídos no debate a desestabilização interna causada por agentes externos, principalmente aqueles riscos oriundos de ordem não militar, os diversos graus de estabilidade democrática, o ambiente geoestratégico que espaços fronteiriços se manifestam e se comportam e as conexões existentes e efetivas na/da fronteira. Assim, à medida que essas conexões se efetivam, espaços são acionados por se integrarem às áreas de expansão de produtos industrializados, inventando-se novos espaços a serem ocupados, novos usos.

A ocupação desses novos espaços implica na necessidade de se inserir a segurança (no sentido de promover garantias de condições necessárias para que sejam realizadas atividades plenas de liberdade e em qualquer espaço), bem como a defesa (no sentido de se inserirem um conjunto de ações capazes de proporcionarem a proteção do território, da soberania e dos interesses nacionais). Considerando que o mundo de hoje se encontra conectado em rede, as ameaças externas são constantes, frequentes e invisíveis. Porém, as ameaças não são mais de conquista de território, mas de mercados. Não demarcam mais a espacialidade horizontal, mas vertical.

A integração da fronteira implica no aparecimento de novos conflitos. Uma vez efetivada a comunicação, a conectividade com outros espaços (seja centro ou periferia), novas informações, produtos, moedas, culturas e expectativas são acessadas e criadas. Ou seja, a fronteira é um local de trocas.

A nova configuração territorial amapaense implica em rever a sua condição fronteiriça, a sua atuação da defesa da faixa de fronteira e a sua inserção na economia-mundo em

função dos seguintes aspectos: localização geográfica; suas extensas áreas protegidas e preservadas; a forte participação do capital estrangeiro na exploração de seus recursos naturais; na instalação de regimes aduaneiros especiais e; nas expectativas das obras do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal brasileiro e sua articulação com o IIRSA como parte integrante da configuração de um Brasil competitivo.

A condição fronteiriça, então, é decorrente de três fatores: da participação do Governo Federal criando condições para a mobilidade e reprodução do capital, na articulação das redes criadas/construídas em um espaço poroso e na atuação do capital internacional na exploração de *commodities*, com o estímulo do Estado, no uso do território.

Esses fatores integram uma gama de relações complexas que garantem à fronteira amapaense a instalação de mecanismos proporcionadores da (des)construção espacial, ao perceber que esta fronteira é um espaço de oportunidades onde o legal e o ilegal convivem cotidianamente, que circulam aproveitando da sua porosidade; onde os movimentos materiais e simbólicos se expressam; está em constante mutação e manifestam-se em conflitos em diferentes escalas. Sobre este último, um conflito local pode se tornar internacional.

Assim, a condição fronteiriça amapaense está diretamente ligada aos movimentos de (des)construção e (des)territorialização; à grande atuação do Estado, porém com fraca fiscalização; à criação/construção de próteses dos mais variados modelos; à configuração e à intensidade de articulação das redes existentes, as quais expressam reflexos de cenários internacionais; às expectativas de integração com a Guiana Francesa; às suas restrições espaciais e; sua posição na economia-mundo como fornecedora de *commodities* e consumidora de produtos industrializados.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Marijeso. *Os novos territórios federais* (Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, Iguaçú): geografia história e legislação. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*: Bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Brasília, 2005.

CAPES. *Estudos de desenvolvimento regional* (territórios federais). Rio de Janeiro, 1957.

CHELALA, Charles. *A magnitude do Estado na sócio-economia amapaense*. Macapá: Unifap/Minteg, 2008. Dissertação. Orientador: Jadson Luís Rebelo Porto.

COUTO, Magdiel Eliton Ayres do; MELO, Luiz Rodolfo Paixão; MONTEIRO, Rodrigo Márcio Gomes; PORTO, Jadson Luís Rebelo. *Os ajustes espaciais e a expansão das redes geográficas*: a inserção de próteses tecnológicas no espaço amapaense. Macapá, 2006. (Artigo vencedor do Colóquio de Iniciação Científica da Faculdade Seama, área Ciências Humanas).

DELGADO, Paulo. Conceitos de segurança e defesa: Implicações para a ação externa e interna do governo. In: PINTO, J. R. de; ALMEIDA, A. J; ROCHA Ramalho da; R; SILVA, Doring Pinho da (orgs.): *Reflexões sobre defesa e segurança*: uma estratégia para o Brasil. Brasília: Ministério da Defesa, 2004.

FLORES, Mário Cesar. Defesa Nacional na ordem do século XXI. In: Centro Brasileiros de Relações Internacionais. *Dossiê*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2003.

FREITAS, Aimberê. *As políticas públicas e administrativas de territórios federais no Brasil*. São Paulo: FGV/EAE 1990. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Orientador: Edmur A. Chieregatto.

GRIMSON, Alejandro. Los procesos de frontierización: flujos, redes e historicidad. In: *Frontera Territorios y metáforas*. Medelin: Hombre Nuevos Ed./INER/Universidad de Antioquia, 2003.

LIMA, R. A. P. *Antropización, dinámicas de ocupación del territorio y desarrollo en la Amazonia Brasileña: El caso del Estado de Amapá*. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, 2004. Orientadores: David Saurí Pujol e Jacques Hubschman. Tese (Doutorado em Geografia).

LOUREIRO, Violeta R. *A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento*. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

MARQUES, Adriana A. *Concepções de defesa nacional no Brasil: 1950-1996*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, 2001.

MAYER, Luis Rafael. A natureza jurídica dos Territórios Federais. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 125, p. 15-41, jul./set. 1976.

MEDEIROS, Océlio de. *Territórios federais: doutrina, legislação e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Nacional de Direito, 1944.

_____. *Administração territorial (Comentários, subsídios e novas leis)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

MENEZEZ, Nilza; HOLANDA, Fabíola. *Jorge Teixeira: uma contribuição documental*. Porto Velho: EDUFRO, 2006.

MORTARA, Guido. Os territórios federais recém-criados e seus novos limites. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 16, jul. 1944.

PIERMATEI FILHO, Orestes. *Plano Estratégico Nacional de Defesa: algumas considerações*. Disponível em: <www.defesa.ufjf.br/fts/PENDAP.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2008.

PINTO, J. R. de; ALMEIDA, A. J.; ROCHA Ramalho da; R; SILVA, Doring Pinho da (orgs.) *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília: Ministério da Defesa, 2004.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. *Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000*. Macapá: SETEC, 2003.

_____. *Aspectos da ação do estado na fronteira amazônica: a experiência do território federal/estado do Amapá*. Macapá: Jadson Porto, 2005a. (Série Percepções do Amapá, v. 2).

_____. *Transformações espaciais e institucionais do Amapá: conflitos e perspectivas*. Projeto Percepções do Amapá. Macapá: Jadson Porto, 2005b.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. *(Re)construções amapaenses: 60 anos de transformações espaciais*. Macapá: Jadson Porto, 2006. (Série Percepções do Amapá; v. 4).

_____. A construção de condicionantes no espaço amapaense. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo; CHELALA, Charles; SILVA, Gutemberg de Vilhena; COUTO, Magdiel Eliton Ayres do. *Condicionantes construídos: reflexões sobre as transformações espaciais amapaenses*. Macapá: Jadson Porto, 2007. p. 13 -23 (Série Percepções do Amapá, 5).

PORTO, Jadson Luís Rebelo; BIANCHETTI, Arnaldo. Dinâmicas urbanas amapaenses: conflitos e perspectivas de um Estado em construção. In: *International Congress on Enviromental Planning and Management: Enviromental Challenges of Urbanization*. Brasília, 11 a 15 de setembro de 2005.

PORTO, Jadson Luís Rebelo; COUTO, Magdiel Eliton Ayres do; BARROZO, Joelson Martins; SANTOS, Maxwell dos M.; THALEZ, Giselly Marília. Do território federal a estado: condicionantes para a execução de ajustes espaciais no Amapá - Brasil. In: BRASIL, Walterlina; MIRTI, Emanuel; MACIEL, Francisco (Orgs.). *35 anos de colonização da Amazônia: Rondônia*. Porto Velho: EDUFRO, 2007. p. 188-198.

PORTO, Jadson Luis Rebelo; Mendonça, Magno; AZEVEDO, Luzimar Rebelo; ARAÚJO, Marcus Webster Rodrigues de. Dilemas territoriais amapaenses: a (des)configuração de um estado em construção. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12. Montevideú, 2009. *Anais...* Montevideú, 2009.

PROENÇA JR., Domício. Evolução do Pensamento Brasileiro em Matéria de Defesa e Segurança - Uma Estratégia Para o Brasil. In: PINTO, J. R. de, ALMEIDA. A. J.; ROCHA, Ramalho da; SILVA, Doring Pinho da (orgs.). *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília : Ministério da Defesa, 2004. p. 85 - 106.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

ROSA, Ruben. Dos territórios federais. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 181, jul./ago. 1972.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. *Economia espacial*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; PORTO, Jadson Luís Rebelo. O comércio internacional do estado do Amapá: condições, construções e adaptações. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE GEOGRAFIA, 15. Salvador, 2005. *Anais...* 2005.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; RÜCKERT Aldomar. A. *Uma avaliação comparativa de subordinação desigual de territórios transfronteiriços periféricos: os casos amapaense e gaúcho*. Macapá, 2005. (Projeto Percepções do Amapá).

SILVEIRA, General Rui Monarca da. Segurança e defesa – a visão do exército brasileiro. In: PINTO, J. R. de; ALMEIDA, A. J.; ROCHA, Ramalho da R; SILVA, Doring Pinho da (orgs.) *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília: Ministério da Defesa, 2004. p. 167 - 187.

TEMER, Michel. *Território federal nas constituições brasileiras*. São Paulo: Revista dos Tribunais/EDUC, 1975.

Capítulo 11

TRÁFICO DE NARCÓTICOS NA METRÓPOLE DE BELÉM: DAS REDES ILEGAIS À TERRITORIALIZAÇÃO PERVERSA

Aiala Colares de Oliveira Couto

1 REDES E TERRITÓRIO

O estudo das redes ilegais do narcotráfico na Amazônia e as transformações que essa atividade pode estar gerando no território das cidades da Amazônia legal envolvem sobretudo uma atividade organizada em rede que se materializa no território. A utilização do termo “rede” não é recente, muito menos a preocupação em compreender seus efeitos sobre a organização do território. Ela não é, tampouco, vinculada diretamente à Geografia: em um artigo publicado em 1832, o economista e engenheiro Michel Chevalier já reconhece as relações estreitas entre a rede de bancos e a rede de linhas de transporte, evocando a relação entre as comunicações e o crédito (DIAS, 2000, p. 144).

Dias (2000) destaca que a questão das redes aparece hoje de outra forma, renovada pelas grandes mudanças do final de século pelas descobertas e avanços em outros campos disciplinares e na própria Geografia. Assim, um novo contexto teórico estimularia uma abordagem relacional das redes com a urbanização, a divisão territorial do trabalho e a crescente diferenciação que esta introduz entre as cidades (DIAS, 2000).

De fato, as redes assumem um importante papel no mundo contemporâneo, visto que a intensificação dos diversos tipos de fluxos acontece através delas e são as redes que dão sentido ao território como forma de articulação com a economia globalizada não negando os efeitos perversos que elas podem trazer para o lugar.

Como forma de organização técnica (infra-estrutura de suporte ou logística), transacional (econômico-político), informacional (cognitiva), a estrutura de conexões por rede tem um significado bem mais complexo do que o do simples desenho de nódulos conectados por linhas (MACHADO, 1996, p. 6).

Nesse sentido, deve-se perceber os processos de estruturação do espaço geográfico a partir das formas de organização em redes buscando-se conexões entre esta forma de organização e a materialização destas no território de forma que dê sentido à Geografia. E se tratando das redes internacionais do narcotráfico na Amazônia se faz necessário reconhecer que “a rede de relações é também rede de organização” (DIAS, 2000, p. 233 apud DUPUY, 1984).

Segundo Santos (1996, p. 209),

as múltiplas concepções de definição do conceito de rede se enquadram em duas grandes matrizes. A primeira delas considera a realidade material das redes: as redes seriam uma “infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação”. A concepção de rede da segunda matriz, levaria em conta além do dado material, o dado social, “a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens e valores que a freqüentam”.

Para Santos existe a necessidade de articular as diferentes esferas sociais na análise das redes, quando afirma que o atual estudo das redes

supõe a descrição do que constitui, um estudo estatístico das quantidades e das qualidades técnicas, mas, também, a avaliação das relações que os elementos da rede mantêm com a presente vida social, em todos os seus aspectos, isto é, essa qualidade de servir como suporte corpóreo do cotidiano (SANTOS, 1996, p. 210).

Para implantar e administrar suas operações, e diminuir os riscos de apreensão e de intervenção pelos órgãos públicos de segurança, os empreendimentos ilegais necessitam criar “canais de comunicação” entre os diferentes níveis de organização territorial, gerando uma tensão entre lógicas diferenciadas que devem ser levadas em conta:

As redes encontram outras lógicas, ancoradas no solo. Podem adaptar-se mais ou menos facilmente às cidades ou aos países, à inércia do semi-urbano ou a rigidez das malhas agrícolas. No entanto, existe uma instabilidade e uma tensão entre as redes e o território, entre o dinâmico e o estático, entre aquilo que circula e aquilo que habita (MACHADO, 1996, p. 23).

Fazendo uma discussão sobre as relações das cidades (“nós”), com suas respectivas hinterlândias, Castells (1999) destaca que os “territórios em torno destes nós desempenham uma função cada vez mais subordinada, às vezes, perdendo a importância (ou até mesmo a função)”. Para este autor, nenhum nó consegue estruturar a rede por si mesmo, por mais importante que seja a função da cidade ali situada “nenhum lugar existe por si mesmo na rede, já que as posições são definidas pelos fluxos” (CASTELLS, 1999, p. 409).

Para Machado (2003), as redes ilegais ocupam os lugares, mas não são definidas pelos lugares que ocupam. Cada lugar é tão importante quanto qualquer outro para a organização do

espaço-de-fluxos através do qual a dispersa comunidade ilegal controla o sistema, o que denuncia os interesses geopolíticos das grandes potências em associar uma atividade que sabidamente opera em rede transnacional ao nome de um lugar geográfico específico, como a Colômbia ou a Amazônia.

É só lembrar das cidades gêmeas na Faixa de Fronteira Norte, Tabatinga e Letícia, que ligam Brasil e Colômbia e nesse sentido têm um grande destaque no comércio ilegal como rota obrigatória do tráfico internacional de drogas e armas e por isso recebem grande atenção da mídia.

No entanto, apesar do fato das redes obedecerem, em princípio, a uma “concepção teleológica” (MACHADO, 1995, p. 7), ou seja, direcionadas para objetivos específicos, não se pode afirmar que os lugares são neutros, muito menos que a localização geográfica tenha perdido seu valor estratégico (DIAS, 2000, p. 156 apud VIRILIO, 1977). Esta valorização das características dos lugares está necessariamente presente na lógica de organização das redes ilegais, as localidades inseridas na rede são cuidadosamente avaliadas pelas organizações e proto-organizações que operam na ilegalidade (MACHADO, 2003).

Assim, as características da Região Amazônica são importantes para a articulação das redes ilegais do comércio internacional de drogas, destacando o papel do Brasil nesse sistema como uma área de trânsito da droga até os principais mercados consumidores. Além disso, o Brasil fornece os produtos químicos que são utilizados para o beneficiamento da droga e assim uma parte da droga é exportada e outra parte fica no país para ser comercializada. Nesse sentido, o comércio se realiza através da organização territorializada do tráfico de drogas nas principais metrópoles brasileiras, incluindo também as cidades da Amazônia que estão próximas dos principais produtores de droga do mundo.

2 A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO

O espaço de uma grande cidade é reflexo e condição para a reprodução de relações sociais capitalistas. Assim, esse espaço sintetiza desigualdades, bem como expressa toda sorte de mazelas sociais que persistem e se reproduzem em um sistema de relações que beneficia alguns e joga para as suas margens muitos. Nas margens sociais e espaciais atores levam a cabo uma vida que caminha no limiar do desespero, entre a violência de todos os dias e as necessidades que se avolumam...

Para Corrêa (1989, p. 7),

[...] o espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e encontro social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado.

Nesse espaço urbano fragmentado, os espaços habitados pela elite identificam-se pelo consumo de bens e serviços, assim como uma infraestrutura de alta qualidade com grande densidade técnica, que, muitas vezes, são financiados pelos governos. Porém, nos espaços periféricos predominam a uma dinâmica de necessidades e, junto a ela, um sem número de alternativas econômicas criadas no cotidiano que têm como fim a sobrevivência. Ao lado das alternativas econômicas torna-se imperativa a criação de alternativas habitacionais, uma vez que

sem opções no mercado imobiliário formal, com pouco ou nenhum financiamento público ou privado, os atores das periferias são forçados a se sujeitar as formas de habitação altamente degradadas, num entorno social sem emprego, saúde e educação de qualidade.

Com isso, emergem nas grandes cidades, espaços de segregação sócio-espacial que representam a dinâmica do espaço urbano no que se refere à reprodução social do/no espaço.

Segundo Corrêa (1989, p. 9),

as áreas residenciais segregadas representam papel ponderável no processo de reprodução das relações de produção, no bojo do qual se reproduzem as diversas classes sociais e suas frações: os bairros são os locais de reprodução dos diversos grupos sociais.

Dessa forma, a cidade também é vista como um campo de lutas dos mais diversos atores ou grupos sociais que constituem o espaço urbano, onde expressam os seus anseios e desejos por vida digna, sem preconceito e exclusão social, mas criando estratégias de sobrevivência que o próprio capitalismo lhe impôs.

Esse fenômeno faz parte de um processo pelo qual a urbanização, por seu caráter excludente e desigual, segrega especialmente a população pobre: segregação sócio espacial com periferização. Forma-se assim, os enclaves de mão-de-obra submissa, prato cheio para o crime organizado, tráfico de drogas e outras atividades criminosas, as quais se tornam a única alternativa de ganhar a vida para a população segregada, desempregada e sem expectativas de melhores condições de vida.

Nesse sentido, a pobreza se torna funcional para o narcotráfico, o qual atrai pessoas que se sentem excluídas,

marginalizadas e sem perspectivas de ascensão socioeconômica, que passam a fazer parte da rede do tráfico de drogas, pois servem como mão-de-obra barata e também descartável.

Nessa perspectiva, o que assistimos em nossas cidades é o crescimento intenso do tráfico de drogas nas áreas segregadas, pois o tráfico de drogas tornou-se funcional para inserir a população pobre e excluída em uma rede de relações bastante complexa que se organiza e se territorializa nas metrópoles.

A territorialização do tráfico de drogas nas metrópoles não pode ser entendida como um sistema fechado, isolado, e sim como um sistema interconectado, aberto e fazendo parte de uma cadeia global de relações.

Um bairro, uma favela, a cidade, a região ou, de modo geral, o território não são 'sistemas fechados', com limites fixos e relações estáticas (mecanicamente reproduzidas). São sistemas abertos (complexos), pois que trocam bens (matéria), trabalho (energia) e informação (signos) com o 'ambiente' (o não-próprio do sistema, aquilo que está 'fora' dele) (MACHADO, 1999, p. 24).

O tráfico de drogas não encontra tantas dificuldades em se organizar territorialmente em áreas precárias, pois o sentimento de exclusão e de abandono pode levar algumas pessoas a fazerem parte do sistema, a partir do momento em que o tráfico se apresenta como uma oportunidade de lucro. Claro que se trata de uma escolha racional do pobre, já que as possibilidades de lucro justificam os riscos.

Surgem territórios controlados por traficantes e traficantes controlados pelas redes que se materializam nesses territórios. "Tais redes emergem das interações não só com o 'exterior' (do bairro, da favela, da cidade, da região) como das interações que estruturam cada entidade espacial" (MACHADO, 1999, p. 24).

Os traficantes, então, reproduzem-se nos espaços periféricos da cidade, e os atores que vivem nestes espaços acabam se inserindo direta ou indiretamente pela economia criada a partir do circuito da droga, seja se beneficiando dos lucros da revenda, seja sofrendo pressões de um poder paralelo estabelecido que se territorializa e define espaços sob o exercício do poder.

Destaca-se a importância que a Amazônia tem para a distribuição da droga, pois como já foi destacado, a sua localização próxima dos principais produtores de coca (Peru, Colômbia e Venezuela), além da invulnerabilidade da fronteira que é considerada “vazia”, facilita a ação de narcotraficantes que entram na região e articulam a distribuição da droga em escala regional, nacional e global onde a entrada da droga se dá tanto por via terrestre, viária ou marinha, “as redes constituem um meio de *produzir* o território” (RAFFESTIN, 1993).

3 DA METROPOLIZAÇÃO À “TERRITORIALIZAÇÃO PERVERSA” DO TRÁFICO DE DROGAS

As cidades brasileiras passam por uma grande crise relacionada a problemas estruturais que muitas vezes são irreversíveis. Ressaltamos que nesse contexto de desorganização socioespacial acompanhado de um intenso processo de favelização, a partir do crescimento das metrópoles, existe uma interação entre os processos econômicos, sociais, espaciais, institucionais, políticos e culturais que estão presentes em seu cotidiano e que se refletem a partir das relações sociais que se realizam no espaço urbano.

Essa desorganização é favorável para a emergência de espaços extremamente controlados por grupos ligados ao tráfico

de drogas ou ao crime organizado, a partir do discurso da diferença de classes sociais ou diferença de grupos ou até mesmo da necessidade causada pela pobreza e falta de oportunidades, construindo certa identidade territorial dessa população pobre e favelada que é aproveitada pelo tráfico.

A importância da geografia urbana para o estudo desse fenômeno está em fazer uma reflexão sobre as territorialidades urbanas que vêm sendo configuradas na cidade, e neste trabalho se tratando do narcotráfico chama-se de “territorialização perversa”, ou seja, uma espécie de poder paralelo que impõe limites e regras à sociedade, pois o tráfico faz as leis que vigoram nas favelas e nas periferias pobres das metrópoles, como acontece em Belém.

Esta contribuição vem a partir da criação de um conceito que permite uma melhor apreensão do problema enfocado. Nesse sentido, se temos conjuntamente ao processo de espoliação urbana e segregação socioespacial, uma dinâmica de inclusão precária dos atores sociais subalternizados nos sistemas econômicos formais. A este processo de inclusão precária, bem descrito por Martins (2002), associa-se uma dinâmica de territorialização precária, que consiste na criação de territórios com grande instabilidade e insegurança socioespacial, com uma fragilidade dos laços entre os grupos sociais e destes com o espaço (HAESBAERT, 2004). Porém, para além do par inclusão precária-territorialização precária, quando analisamos a economia do crime, ligada ao tráfico de drogas, percebemos o que Castells (1996) chama de inclusão perversa de atores em formas econômicas ilegais, sendo que esse processo, sendo visto territorialmente, pode ser explicado por uma dinâmica de territorialização perversa que se constitui em um

processo de apropriação/dominação de espaços a partir da economia do narcotráfico. É com este conceito que pretendemos contribuir teoricamente com este trabalho.

O processo de metropolização é uma tendência que não se restringe à concentração da população e das atividades relacionais modernas, ou ainda, à concentração do capital e da própria estrutura urbana; ultrapassa esses limites e chega a evidenciar um processo de concentração da pobreza. Nesse sentido, o processo de expansão do espaço metropolitano é também um processo de produção de desigualdade. Santos (1996, p. 10) sublinha que “a grande cidade, mais do que antes, é um pólo da pobreza [...], o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas”.

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial (SANTOS, 1996, p. 10).

A urbanização rápida e acelerada pelo qual passamos com o processo de industrialização e integração nacional criou uma forte exclusão social nas grandes metrópoles brasileiras, exclusão social acompanhada com desigualdades sociais. Nestes termos, Castells (1996, p. 98) sublinha que:

Exclusão social é o processo pelo qual determinados grupos e indivíduos são sistematicamente impedidos de acesso a posições que lhes permitiriam uma existência autônoma dentro dos padrões sociais determinados por instituições e valores inseridos em

um dado contexto. Em circunstâncias normais, no capitalismo informacional, tal posição em geral está associada à possibilidade de acesso ao trabalho remunerado e com relativa regularidade a, pelo menos, um membro de um lar estável. A exclusão social é, de fato, o processo que priva alguém do direito ao trabalho no contexto do capitalismo.

Tratando-se de uma escala nacional, a exclusão social se mostra bem mais evidente nas regiões metropolitanas das grandes cidades brasileiras, principalmente nos espaços rejeitados pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas situadas em regiões desvalorizadas, onde a população trabalhadora pobre vai se instalar, nas encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchente, áreas alagadas, regiões poluídas e outros tipos de riscos.

As periferias das grandes cidades como Belém, na Amazônia oriental, com áreas faveladas representam em grande parte lócus de exclusão social, pois boa parte da população vive em extrema precariedade, fruto de uma urbanização problemática.

O crescimento das cidades brasileiras se realiza centralmente pelo aumento do número de moradias que não atendem os padrões mínimos de habitabilidade, criando uma situação de instabilidade social.

Esta situação de instabilidade, constante movimento e condições de sobrevivência extremamente precárias revelam se não um “aglomerado de exclusão”, no sentido aqui aludido, pelo menos um processo em direção a ele. Na verdade, a população excluída dos “aglomerados” pode não ser socialmente relevante – pelo menos momentaneamente – nem na condição de trabalhadores (diante do desemprego estrutural), nem de consumidor (dado seu nível extremo de

pobreza, muitas vezes sobrevivendo, apenas com os restos deixados pela “sociedade do consumo”) [...] Não se trata nunca de uma exclusão total, existindo laços que os ligam à sociedade formalmente instituída que produz. Considera esta restrição, não é exagero afirmar, que muitas vezes eles constituem “uma massa indefinida e desintegrada”, como dizia Marx, sem uma clara função social (HAESBAERT, 1996, p. 324).

Do ponto de vista geográfico visualizaremos estes processos de inclusão precária relacionados a uma grande instabilidade e insegurança socioespacial, a uma fragilidade dos laços entre os grupos sociais e destes com o espaço e, ainda, a uma mobilidade sem direção ou a uma imobilidade sem efetivo controle territorial, enfim, visualizaremos a partir de uma dinâmica de territorialização precária (HAESBAERT, 2004). Além disso, essa territorialização precária pode ser associada em parte ao conceito de “integração perversa” de Castells (1996, p. 99):

O processo de exclusão social e a insuficiência de políticas de integração social levam a um processo fundamental que caracteriza certas formas específicas de relações de produção no capitalismo informacional: chamo-o de integração perversa, refere-se às formas de trabalho praticadas na economia do crime. Entretanto por economia do crime atividades geradoras de lucro, segundo as normas vigentes, são tratadas como crime, estando sujeitas às sanções legais cabíveis em um determinado contexto institucional. Não a qualquer julgamento de valor imbuído nessa rotulação, não porque eu aprove o tráfico de drogas, mais sim por não concordar com uma série de atividades tidas como respeitáveis, do ponto de vista institucional, que causam estragos enormes nas vidas das pessoas. Não obstante, o que uma sociedade considera criminoso é tratado como tal, trazendo sérias conseqüências para quem quer que se preste a praticar tais atividades [...]

o capitalismo informacional é caracterizado pela sua interdependência crescente em relação à economia formal e as instituições políticas. Segmentos de uma população socialmente excluída, junto com indivíduos que optam por meios bem mais lucrativos - e arriscados - de ganhar ávida, constituem um submundo cada vez mais populoso que vem se tornando um elemento essencial da dinâmica social da maior parte do mundo.

Essa “integração perversa” de que fala Castells diz respeito à economia do crime, pois dessa forma pessoas se inserem no mundo da informalidade (tráfico de drogas, contrabando etc.) como a única saída para os problemas causados pelo capitalismo excludente. Quanto mais o capitalismo gera desigualdades sociais, maior será o contingente de pessoas que partirão para essa “integração perversa” como forma de ganhar a vida e sobreviver no sistema desigual e excludente representado por este sistema.

Nesse sentido, formulamos o conceito de “territorialização perversa” relacionada do ponto de vista geográfico ao domínio territorial do tráfico de drogas nas periferias de Belém, pois a manifestação do fenômeno do tráfico de drogas na cidade não pode ser entendido a partir do papel que a Amazônia representa para o tráfico internacional de drogas.

Assim, o eixo teórico pelo qual percorre nosso estudo parte de uma problematização acerca do tema urbanização e metropolização do espaço, o que nos induz a uma análise mais detida dos trabalhos de Geografia urbana, como os de Lefebvre (2001; 2002), Souza (1996, 2004, 2005) e Santos (1996). Para entrarmos mais especificamente na dinâmica dos territórios do narcotráfico torna-se necessário dialogar com Haesbaert (2004) e Souza (1996) e, ainda com Castells (1996).

Contudo, é necessário interrelacionar a dinâmica de configuração de territórios do narcotráfico com a dinâmica das redes deste mesmo narcotráfico, ou seja, entender melhor o caminho da droga até sua expressão concreta na economia do crime nas periferias de Belém.

A problemática central da discussão deste artigo está nos efeitos sociais e econômicos que as redes ilegais do tráfico de drogas podem proporcionar às localidades que incorporam em sua organização territorial. “A nossa região amazônica é um caso interessante pela proximidade das maiores áreas produtoras de coca e cocaína do mundo, localizada na bacia Amazônica (Colômbia, Bolívia e Peru)” (MACHADO, 1996).

Nesse contexto, de afirmação do espaço dos fluxos não há como não considerar o fato de que a fluidez e a funcionalidade técnica requerida evidenciam a importância estratégica e funcional das redes técnicas (SANTOS, 1994). Nesse aspecto, as reflexões quanto aos efeitos e às determinações do processo de globalização da economia em relação ao papel das redes e sua relação com a produção e organização do espaço geográfico em geral, e do território em particular, adquirem fundamental importância.

Assim, torna-se fundamental estabelecer um diálogo com Dias (1995) que afirma que a história das redes técnicas é também a história das inovações tecnológicas em resposta às demandas sociais que surgem em determinados locais e em determinados momentos. Esse é o sentido do surgimento, por exemplo, das redes de transportes, da telegrafia, da telefonia e da informática; ou ainda das redes de energia, como a energia elétrica, os gasodutos e os oleodutos.

Nessa perspectiva, Dias (1996, p. 147) complementa que a rede apresenta a propriedade de conexidade, isto é, através de conexão de seus nós, ela simultaneamente tem a potencialidade de solidarizar ou de excluir, de promover a ordem e a desordem. Além disso, ela destaca que a rede é uma forma particular de organização, e no âmbito dos processos de integração, de desintegração e exclusão espacial ela “aparece como instrumento que viabiliza [...] duas estratégias: circular e comunicar”. Essa é a importância das redes antes de analisar os territórios do tráfico de drogas, pois existe uma variedade de processos expressos em fluxos ilegais, rotas clandestinas, pontos de difusão escondidos, para se chegar à “territorialização perversa”, que diz respeito às formas violentas de controle de uma determinada área pelo tráfico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia se mostra como um local de passagem das redes internacionais do tráfico de drogas como já foi ressaltado pela facilidade do acesso e pela falta de policiamento das fronteiras. Nesse sentido, o fluxo da droga que tem como destino final os países centrais, tem a Amazônia como um lugar de entrada, sendo o Brasil, nesse sentido, um ponto de difusão da droga pelo mundo. Dessa forma, uma parte da droga que fica na região vai para os centros urbanos para ser comercializada na própria região, ou então, é distribuída para outras cidades fora da região.

Nas últimas décadas os circuitos ilegais vêm obtendo relativo sucesso em fazer uso da bacia amazônica como unidade funcional e como região geográfica (MACHADO, 2003). A integração da Amazônia brasileira a esta unidade funcional

mais abrangente explorada pelas redes ilegais, traz consequências econômicas e sociais que passam a integrar estas redes. Conseqüentemente, na atualidade, é difícil compreender a dinâmica regional/local da Amazônia brasileira sem considerar as redes ilegais.

Essas redes se mostram em termos concretos nos locais onde esses resíduos da droga chegam e, ao chegarem, promovem uma reorganização social e territorial, uma vez que o que se configura é um cenário em que traficantes dominam determinados espaços para venda da droga onde a pobreza da população é aproveitada por essa atividade. A pobreza urbana vê no tráfico de drogas, principalmente naquelas áreas mais precárias, o ponto de referência para uma ascensão financeira e fuga do desemprego.

Tradicionalmente, a violência costuma ser relacionada à pobreza, à exclusão social, à omissão do Estado, à ausência de serviços públicos urbanos e ao próprio processo de urbanização que cria os enclaves de pobreza e as periferias. A complexidade e o crescimento da violência nas cidades têm levado a considerá-la como resultado da junção de todos esses aspectos, facetas do processo social. É no território que esses diferentes aspectos do processo social se articulam, se interpenetram, se completam e se contradizem. Admite-se então que a violência também se territorialize.

Os bairros mais periféricos são os mais atingidos pela economia do narcotráfico, pois neste caso existe uma relação direta entre pobreza urbana e criminalidade em Belém, já que as áreas mais carentes e precárias em termos de infraestrutura urbana são aproveitadas pelo tráfico de drogas.

Nesse sentido se configura uma economia horizontalizada com diversos atores envolvidos cada qual com funções específicas para comércio/varejo da droga onde se destacam os gerentes da boca que distribuem a droga para ser comercializada pelos atravessadores (aviões) que tem um papel fundamental para o tráfico, pois ao mesmo tempo em que eles fazem a venda da droga, para os consumidores (viciados) servem como elementos simbólicos para a demarcação do território.

Outro fato importante é que conseqüentemente estes bairros periféricos citados são os mais violentos e com as maiores taxas de homicídios que em grande parte estão articulados aos conflitos por grupos rivais que disputam pontos de venda da droga, comprometendo a qualidade de vida da população por conta da violência urbana. Para a configuração desses territórios são utilizadas as estratégias tais como pichação (simbólico), em muros ou postes e a violência aos “elementos estranhos”, ou seja, as pessoas que não são reconhecidas no território como assaltos, espancamento e alguns casos assassinatos, vale ressaltar que se trata de território que são controlados por uma poder que não pode sofrer nenhum tipo de ameaça, caso contrário o grupo pode ser desterritorializado.

As redes do narcotráfico ao se materializarem em territórios nas áreas periféricas de Belém criam uma dinâmica de violência e por isso uma “territorialização perversa”, onde o Estado está ausente e a sociedade inserida de forma direta ou indireta no circuito da droga. Tal situação facilita a atuação do crime e dificulta a ação do Estado e na atual conjuntura político-econômica torna-se necessário o Estado repensar suas políticas e articular ideias para solução da problemática.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. Rumo ao estado-rede. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E REFORMA DO ESTADO. São Paulo, *Anais...* São Paulo: Maré, 1999.
- _____. *Fim do milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: _____; SILVEIRA, L. L. S (orgs.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. P. 10-27.
- _____. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.), *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.141-162.
- DIAS, Lia Ribeiro (org.). *A revolução da mobilidade: o celular no Brasil: de símbolo de status a instrumento de cidadania*. [São Paulo]: Plano Editorial, 2002.
- DUPUY, G. Les effets spatiaux des techniques de télécommunications: ouvrons la boîte noire! *Bulletin de l'IDATE*, n. 7, p. 77-83, 1982.
- DUPUY, G. et al. *Reseaux territoriaux*. Caen: Paradigme, 1984.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 2001.
- _____. *Revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- _____. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MACHADO, L. O. Região, cidades e redes ilegais. Geografias alternativas na Amazônia sul-americana. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. (orgs.) *Regiões e cidades, cidades nas regiões*. São Paulo: Edunesp, 2003. p. 695-707.
- _____. The Eastern Amazon basin and the coca-cocaine complex, *International Social Science Journal*, n. 169, p. 387-395, 2001.

MACHADO, L. O. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 109-138, 1999.

_____. Les mouvements d'argent et le trafic de drogue en Amazonie brésilienne. *Autrepart. Cahiers des Sciences Humaines* N.S.8, p. 141-158, 1998.

_____. Movimento de dinheiro e tráfico de drogas na Amazônia. In: RIBEIRO, M. M.; SEIBEL, S. (orgs.). *Drogas. Hegemonia do cinismo*. São Paulo: Memorial, 1997. p. 217-242.

_____. O comércio de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORREA, R. L. (orgs.). *Brasil. Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.15-64.

_____. Notas sobre o complexo coca - cocaína na Amazônia sul - Americana. In: Relatório CNPq/FINEP, 1996.

_____. A fronteira agrícola na Amazônia Brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 27-54, 1992.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, E. *Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém*. Belém: NAEA/UFPA, 1996.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: EDUSP, 1996.

SOUZA, M. J. L. de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SOUZA, D. *Intervenção estatal no município - o caso de Belém na década de 80*. Belém: UFPA, 1988.

SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceito e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 207-238.

SOUZA, M. L. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.